



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS  
MIL E VINTE E DOIS. -----**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **5 – ORDEM DO DIA** -----

----- **5.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL;** -----

----- **5.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 39.2022|DPGU APRESENTADA PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO – APROVAÇÃO DA PROPOSTA FINAL;** -----

----- **5.3 – ELEIÇÃO DE REPRESENTE(S) DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS;** -----

----- **5.4 - APRECIÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAIS DOS CONSELHOS E COMISSÕES DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO ANO DE 2021;** -----

----- **5.4.1 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL;**-----

----- **5.4.2 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;** -----



----- 5.4.3 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA; -----

----- 5.4.4 - COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA; -----

----- 5.4.5 - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL; -----

----- 5.4.6 - CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE. -----

----- 5.4.7 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** e **ELISABETE RESTE REI**. -----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo.

----- Eram dezanove horas e vinte minutos, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes e verificada a existência do quórum, tendo todas as bancadas asseguradas a sua representatividade, informou que iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número 1 do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o número 1 do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, na Vila da Mamarrosa, na União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, com o intuito de dar continuidade a uma estratégia de descentralização das sessões da Assembleia Municipal, contribuindo para a proximidade e valorização deste órgão. -----

----- No que respeita ao ponto **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** o Presidente da Mesa da



Assembleia Municipal, deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, a fim de verificar a presença dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada, verificou-se a ausência do Membro Luís Sérgio da Silva Pelicano, que será substituído pelo Membro Jéssica Dias.-----

----- Deu nota que chegariam mais tarde aos trabalhos da presente reunião, o Membro da Assembleia Municipal, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, o Membro Jéssica Dias, o Membro Ricardo Samuel de Oliveira Regalado e o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias Bustos, Troviscal e Mamarrosa, Acílio dos Santos Ferreira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA**, deu nota, que no seguimento do direito de renúncia ao respetivo mandato do membro da Assembleia Armando Humberto, iria de seguida, dar posse ao cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Após a verificação da sua identidade e legitimidade, chamou ao púlpito o cidadão Acácio Almeida de Oliveira, para assinatura do termo de posse.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** assumiu com lealdade as funções que lhe foram confiadas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – endereçou os seus agradecimentos ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira, desejando-lhe um bom mandato como eleito efetivo. -----

----- De seguida, procedeu-se à apreciação e votação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2021, questionando para o efeito, se os Membros da Assembleia pretendiam usar da palavra. -----

----- Verificou-se uma inscrição, do Membro Ana Rita Jesus, tendo-lhe sido dado o uso da palavra. -----



----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** - agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pelo uso da palavra, referindo que apresentaria os seus cumprimentos formais um pouco mais à frente. Afirmou que seria bom alinhar a forma de trabalhar, uma vez que se estava a começar. -----

----- Referiu que a ata foi apenas colocada no repositório na área reservada, não tendo sido comunicado a existência de uma Ata para ser votada naquele dia. Afirmou que não a recebeu e estava perplexa, porque só foi consultar alguns assuntos, não consultou a ata e nem sequer a leu, porque não tinha conhecimento da sua existência, pelo que, no máximo, o que poderia fazer seria decidir como é que ia votar. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – informou os Membros da Assembleia Municipal que estava convicto que os serviços tinham distribuído a Ata eletronicamente, porque seria esse o formato. Nesse sentido, não havendo a garantia que todos o Membros tinham lido o referido documento, este não seria apreciado nem votado naquele dia, mas sim, na próxima Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciado o ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu conhecimento da troca de correspondência efetuada desde a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 8 de fevereiro, até aquele dia, lembrando os presentes, que a pasta da correspondência se encontrava disponível para consulta. -----

----- Começou por mencionar que foi distribuída para todos os Membros da Assembleia a Lei 39/2021, de 24 de junho, que estabelece o Regimento Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias. -----

----- De seguida, enumerou a receção dos seguintes documentos: -----

----- Comunicação escrita da renúncia ao mandato do Membro Armando Humberto, anunciada na última Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal; -----

----- Dois pedidos de informação formulados por dois Membros da Assembleia que



brevemente obterão resposta; -----

----- Um convite da União Desportiva, Cultural e Recreativa do Silveiro, para um espetáculo no Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, que se realizou no passado dia dezanove, com a participação Banda Polk e a Banda Filarmónica da Mamarrosa, um espetáculo extraordinário que teve como ponto mais alto a interpretação conjunta de uma música dos anos 80, *Fisherman's Blues* de uma Banda Folk Rock Britânico-Irlandesa, *The Waterboys*, o que considerou ter sido um momento inesquecível e delicioso; -----

----- E um convite da Casa do Povo do Troviscal, para um concerto de Coros que se realiza no dia vinte e sete, domingo, a partir das 15 horas, no âmbito do 31º Aniversário do seu grupo coral.-----

----- Deu conhecimento, de duas reuniões ocorridas com o Executivo Municipal e a Comissão Permanente, para que o executivo prestar esclarecimentos acerca o ensino a poente;

----- Uma reunião com o Executivo Municipal, a Comissão Permanente e os Presidentes de Juntas de Freguesia, com o intuito do Executivo e a Técnica responsável prestarem os devidos esclarecimentos, quando à alteração do PDM; -----

----- Entrega por parte do Grupo de Trabalho de Reflexão Estratégica e Planeamento de Atividades, de uma proposta para as Comemorações oficiais do 25 de Abril, que foi de imediato apresentada, apreciada e acolhida, com alguns ajustamentos, pela Comissão Permanente, pelo que, nesse âmbito se reuniu com o Senhor Presidente da Câmara, para discussão do assunto, referindo que, brevemente iria discutir com a Mesa e com a Senhora Vereadora Lília Ana Águas, para operacionalizar a proposta.-----

----- Para finalizar, deu nota que nas próximas semanas iria ser subscrita pela Mesa, a proposta do Regimento da Assembleia Municipal, após auscultar, em sede de Comissão Permanente, os quatro líderes de bancada e os dois secretários da Mesa, sendo posteriormente submetida ao parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, antes de apreciado e votado



pela Assembleia Municipal. Reconheceu que o processo de revisão do Regimento está um pouco mais demorado que o desejado, no entanto, tal deve-se ao facto de se pretender construir um Regimento que dê resposta com enquadramento legal, a várias questões importantes, como por exemplo a questão legal e regulamentar da transmissão das Assembleias Municipais e a intervenção por parte do público, em função dos pareceres apresentados recentemente pela CCDR.-----

----- Concluído que estava este período, deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - deu conhecimento que não havia qualquer inscrição por parte do público presente, dando por concluído este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Deu nota que o Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado, já se encontrava presente.-----

----- De imediato, iniciou o ponto **4 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** e questionou os Senhores Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou que havia oito inscrições, nomeadamente os Senhores Membros, Carolina Ribeiro, Acácio Oliveira, Nuno Barata, Ricardo Regalado, Valdir Coimbra, José Cotrim, Marco Alves e André Chambel.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – alertou que cada Membro dispunha de sete minutos e trinta segundos para intervir, passando de imediato a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, José Cotrim.-----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes e felicitou a Mesa da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente, pela rotatividade das Assembleias Municipais, agradecendo por levar a Assembleia Municipal à zona poente, concretamente à Mamarrosa.-----



----- Referiu, que se dirigia à Assembleia de forma diferente da última vez, mais sereno, mas com o coração a transbordar, conforme a imagem, o slogan do concelho de Oliveira do Bairro. Esclareceu, que aquela inquietação inicial, a falta de conhecimento, adquirido por prática, aquele pulsar da jugular, aliado ao nervosismo que ainda persiste, a adrenalina de expressar o pensamento em articulação com as palavras é a sua forma de ser, é exatamente como é, a viver as situações. Agradeceu, publicamente as palavras de incentivo, reparo e de ajuda que, quer durante as intervenções, quer no final do debate aceso, emotivo, construtivo, democrático, por vezes cómico, que todos demonstraram, sem exceção. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, aos Senhores Secretários, à Vereação, aos Presidentes de Junta, a todos os colegas de bancada, sem exceção referiu que, o seu afeto por Oliveira do Bairro não foi com o intuito de se sobrepor a qualquer um destes, pelo contrário, de o fazer e de o despontar em todos os Oliveirenses, que o centro das atenções seja Oliveira do Bairro e nunca ele. -----

----- Congratulou a sessão de esclarecimentos prestada no dia anterior, na Póvoa do Forno pelo Município, na sequência do trabalho desenvolvido na limpeza das valas hidrográficas, referindo que o Executivo demonstrou estar próximo das necessidades ambientais e da população. -----

----- Por fim, deu uma última nota de rodapé sobre a edição especial do aniversário do Jornal da Bairrada, afirmando que foi com enorme consternação que reparou que o Museu Etnográfico da Bairrada, situado no Troviscal, que estuda e preserva o património cultural produzido na área musical, que contribui para o desenvolvimento do conhecimento sobre a música etnográfica da Região, que acolhe importantes coleções ligadas à música, instrumentos musicais, um espólio documental de onde se destacam importantes partituras originais e manuscritas de compositores locais, não é um destino da Bairrada. Conforme a mensagem de aniversário do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Duarte Novo, que citou "*reconhecendo que o jornalismo local é também um importante instrumento de coesão e de identidade territorial*",



lamentavelmente, a identidade territorial do Troviscal ultimamente só aparece representada na secção de Necrologia. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia José Cotrim, passando de imediato o uso da palavra para o Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes dando início à sua intervenção, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara a colocação de melhor iluminação na sala de audiências do Tribunal de Família e Menores de Oliveira do Bairro, bem como ordenar o acionamento da climatização daquele espaço e na secretaria do mesmo, a funcionar agora no segundo andar do Edifício Paços do Concelho, uma vez que das três lâmpadas que lá foram colocadas, uma já está fundida e são necessárias mais três, atrás, porque é muito difícil ler documentos ou até mesmo escrever naquela zona. -----

----- Referiu, que a bancada do Partido Socialista propôs ao Senhor Presidente da Câmara a eliminação de quinze lugares de estacionamento na Rua Conde Ferreira, do lado esquerdo da Igreja Matriz de Oliveira do Bairro, no sentido Alameda, sendo que do lado direito devia ficar um espaço para cargas e descargas de veículos pesados. Tratando-se de uma Rua com muito movimento de veículos ligeiros e pesados, encontram-se várias vezes ali estacionados veículos pesados, em segunda fila, a efetuar cargas e descargas de mercadorias para o comércio local, o que congestionava muito a fluidez do trânsito naquela rua. -----

----- Mencionou a existência de uma árvore, no mesmo local, do lado esquerdo, quem vem da Avenida Doutor Abílio Pereira Pinto e entra na Rua Conde Ferreira, que perturba a visão de quem ali parar, para dar prioridade a quem transita nessa Rua, recomendando uma avaliação cuidada e técnica a esta questão que achou pertinente transmitir. -----

----- Expôs que no concelho de Oliveira do Bairro existem cinco ou seis Bairros de famílias de etnia cigana. Em Oiã, existe um perto da estação, outro próximo da área de descanso da A1





e outro na Bunheira, em Oliveira do Bairro, existe um por trás da empresa Tipolito - Maquibrindes, e outro, passando pela Rua do Rossio, descendo por uma estrada estreita em terra batida, em direção à N235. Referiu saber da existência de um outro Bairro, mas não sabe precisar onde.

----- Nesse sentido, solicitou informação ao Executivo Municipal, do que pretende fazer, a curto ou médio prazo, para resolver de uma vez por todas as paupérrimas condições de habitação, as más condições de saúde e salubridade, que põem em risco e perigo crianças, jovens e adultos que ali residem há longos anos, que continuam a estar entregues a si mesmos e à sua cultura sem que a Junta de Freguesia nada possa ou tenha possibilidade de fazer, porque os sucessivos Executivos Camarários têm assobiado para o lado, fazendo de conta que nada ali acontece, deitando por terra a dignidade e a integração na sociedade não cigana, daqueles que são homens, mulheres e crianças com direitos e também com deveres sociais, tal como os demais Oliveirenses. -----

----- Alertou ainda, para uns lancis que considerou estarem acima do que é o normal, em espinha, sitos na Rua Conde Ferreira, na lateral do Edifício Paços do Concelho, em virtude do piso ter abatido à frente, originando que os veículos ligeiros se arrastem ao entrar naquele estacionamento, julgando que seria importante nivelar esses lugares de estacionamento com a Rua. ---- -----

----- Para finalizar, considerou pertinente haver uma reunião com a participação das principais entidades envolvidas no processo de ensino do Concelho, com o propósito de discutir de modo verdadeiramente envolvente, o futuro e os investimentos a realizar na área da educação. No fundo, pretende-se uma reflexão sobre o caminho a levar para os jovens a esse nível, referindo que o Executivo tem tomado decisões precipitadas, pouco sustentadas e mascaradas, com um silêncio comprometedor, apenas e só para não ter repercussões políticas, ou seja, votos. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira, dando, dando nota da chegada do membro da Assembleia, Jéssica Dias. De seguida, deu o uso da palavra para o Senhor Membro da Assembleia, Marco Alves. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** - saudou todos os presentes e apresentou-se como o autor da expressão Guarda Pretoriana do PSD, esclarecendo que foi ele a proferir tal expressão, assumindo-a, e entendendo que não feriu qualquer tipo de suscetibilidades, sendo quase um elogio, e para servir de consolo afirmou que todos os partidos têm a sua.-----

----- Posto isto, partilhou um estudo, a que teve acesso de forma transparente, idónea e sem atropelos de qualquer espécie, sobre os custos com as tarifas de água por Município, o qual foi produzido pela Deco Proteste. O estudo revelou até à exaustão, o erro colossal e os custos que os Municípios de Oliveira do Bairro estão a suportar com a decisão tomada, que é da inteira responsabilidade do PSD, em prescindir e abrir mão da gestão Municipal da água.-----

----- Para se ter uma noção do peso com os custos a que estão sujeitas as famílias em Oliveira do Bairro, referiu que o Município paga a nona fatura mais cara do país. Decidiu também fazer um exercício, comparado entre os valores pagos pelas famílias no Concelho, parceiro da ADRA, com outro Município que resistiu e manteve a gestão da água nas mãos do Município, que é o caso de Anadia. O estudo apresenta dois cenários de consumo anual, isto é, para cento e vinte metros cúbicos, os Municípios de Anadia pagam anualmente duzentos e dezoito euros e quarenta e quatro cêntimos, enquanto os Oliveirenses, para os mesmos cento e vinte metros cúbicos, pagam quatrocentos e quinze euros e onze cêntimos. Mas, se os consumos forem na ordem dos cento e oitenta metros cúbicos anuais, em Anadia, paga-se pela água, duzentos e oitenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos, enquanto que em Oliveira do Bairro, paga-se quinhentos e quarenta e quatro euros e setenta cêntimos.-----

----- Afirmou, que o Executivo atual não tem qualquer responsabilidade nesta opção, devendo-se à transferência da competência da gestão da água para fora da esfera do Município,



mas questionou o Senhor Presidente e ao Executivo, se a discussão suscitada pelo PSD há algum tempo atrás, sobre a reversão desse contrato, provavelmente na sequência de algum qualquer rebate de consciência, tem pernas para andar ou se não passará de mais um número de grande ilusionista para desviar as atenções daquilo que foram e são as suas responsabilidades em todo este processo. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Marco Alves, dando de seguida o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – iniciou a sua intervenção endereçando os seus cumprimentos a todos os presentes, manifestando ainda, o seu voto de solidariedade para com o povo da Ucrânia. Clarificou que a sua intervenção versava em dois pontos em concreto: o ensino na zona poente e a desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.-----

----- Relativamente ao ensino na zona poente, salientou a postura dos representantes máximos da Autarquia Local, o Presidente da Câmara Municipal, pela maturidade democrática em reunir com os Partidos com assento Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, pelo constante empenho e abertura, para agilizar processos e criar consensos, tendo visto recentemente essa postura aquando do agendamento da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal e aquando da marcação de duas reuniões com o Executivo Municipal, e com os Técnicos da Câmara Municipal, para perceber a estratégia neste domínio. Anunciou que o posicionamento do PSD é claro, desde que foram confrontados com a denúncia do contrato, com o decorrer do leilão e com a urgência da postura estratégica do Executivo Municipal em relação a tudo isso, sendo que, o PSD defendeu e defende, a bem de um acesso equilibrado e justo ao ensino no próximo ano letivo, a continuação do ensino na zona poente e a continuação do mesmo naquele espaço. -----



----- Mencionou, que durante o período entre a primeira reunião tida entre a Comissão Permanente e o Executivo Municipal até à presente Assembleia, acompanharam a postura do Presidente da Assembleia Municipal, mantendo-se no devido recato, para que a Câmara Municipal pudesse implementar a sua estratégia, nos exatos termos que tinha referido e para o qual, era determinante o silêncio. Contudo, esclareceu, que não se deve confundir solidariedade institucional, com concordância com a estratégia e procedimentos, mantendo os pressupostos que referiu, pelo que urge um conjunto de esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Questionou, quanto à notificação da denúncia do contrato de arrendamento datada de 22 de julho de 2021, quando teria sido essa situação dada a conhecer à totalidade do Executivo e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e porque não se negociou logo a compra daquele espaço, optando-se pela sua expropriação. Tendo conhecimento que, entre o valor base, o leilão e o valor da avaliação pedida pela Câmara Municipal, dista cerca de meio milhão de euros, questionou, se haverá garantia de no próximo ano letivo haver ensino na zona poente, qual o modelo, de forma autónoma ou como extensão, qual era a estratégia da Câmara Municipal, que prazos existem para garantir a oferta educativa existente naquela zona do concelho e a que entidades é necessário dar informações sobre o número de alunos existentes, o número de salas disponíveis e até mesmo do circuito de transporte estabelecido para satisfazer as necessidades dos alunos. -----

----- Interpelou, se porventura falhar essa estratégia, qual seria a alternativa, questionando se os encarregados de educação já tinham sido informados acerca do processo, de como será o próximo ano letivo. -----

----- Acerca da desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, o PSD abraçou este objetivo de forma pronta, clara e evidente, referindo que, teve esse compromisso em Mandatos anteriores, e que foi defendido em manifesto eleitoral. No entanto, assumiu, que tudo tem o seu devido procedimento, a devida auscultação e os seus devidos



timings, e nesse sentido, o desafio e a pressão que o Grupo Municipal do PSD fez, seria dirigido aos autarcas com responsabilidade na condução desta matéria, para que assumam o início dos devidos procedimentos. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado, passando de seguida o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Valdir Coimbra. ----

----- **VALDIR ANTÓNIO COIMBRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. Mencionou uma campanha de sensibilização relativa à prevenção da violência no namoro, promovida pelo Município de Oliveira do Bairro durante o mês de fevereiro, designada “Amor não causa dor”. Disse, que nos dias 14 e 15 de fevereiro foram realizadas sessões de sensibilização para os alunos da Escola Secundária de Oliveira do Bairro e do Instituto Profissional da Bairrada, dinamizadas por Susana Santos, do projeto Dar Voz, da delegação de Águeda, Cruz Vermelha Portuguesa, sendo que, os alunos que participaram nas sessões receberam uma pequena lembrança do Município, que incluiu uma mensagem da Associação de Estudantes da Escola Secundária Oliveira do Bairro sobre a temática e os contactos das respostas existentes para caso de violência doméstica, não só no Concelho, mas também a nível nacional. -----

----- Mencionou que, no âmbito da campanha, “Amor não causa dor”, a Autarquia de Oliveira do Bairro se encontrava a promover até ao final do mês de fevereiro, um concurso de artes plásticas e expressão escrita, cuja população alvo eram jovens do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Esta iniciativa promovida pelo Município, através do seu espaço de apoio à vítima, tinha como parceiros, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Bairro, a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Oliveira do Bairro, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e o Instituto Profissional da Bairrada, referindo ser importante reconhecer e congratular o Município, pela iniciativa que toca diretamente os mais jovens, procurando educá-los ou reeducá-los sobre um tópico de extrema relevância, rodeado de falsas crenças, mitos e más práticas e, sobretudo, porque os acompanhará durante todo o seu



desenvolvimento. Além disto, tornou-se notória a aposta no associativismo estudantil e na visibilidade dada a estruturas para os mais novos que, ao mesmo tempo e muitas vezes são desconhecidas pelos mesmos. -----

----- Disse também que, o concurso de artes plásticas e expressão escrita a decorrer no âmbito da campanha mencionada, terá como prémio um voucher de compras no comércio local, assumindo-se assim como a iniciativa que promove a economia do Concelho, bem como a motivação dos alunos no envolvimento de atividades extracurriculares, que tanto contribuem para as suas aprendizagens e desenvolvimento de *soft skills*. Desta forma, considerou importante continuar a realizar iniciativas idênticas no que diz respeito à sua concretização e operacionalização. -----

----- Terminou a sua intervenção, comentando ser notório o bom caminho do Município na sua relação com jovens estudantes e deixou a sugestão que a sensibilização, consciencialização e educação destes deverá ser uma constante abordando temáticas como a sexualidade, a cultura e a arte, o ambiente, a política, o racismo, feminismo, dado que são temáticas que não se apresentam com parte integrativa das metas curriculares da maior parte do ensino português e que, nos últimos anos, se tem vindo a mostrar cada vez mais pertinentes e cruciais para o crescimento saudável do Indivíduo em sociedade. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Valdir Coimbra. Deu nota que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, Acílio Ferreira, já se encontrava presente na Assembleia Municipal e, de seguida, deu o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes, deixando um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa da Assembleia e à Comissão Permanente, pelo gesto de



descentralização das Assembleias Municipais. Associou-se também à situação que se vive na Europa, uma situação dramática e, obviamente, subscreveu o apoio solidário ao povo invadido.

----- Referiu que, na última Assembleia e por constrangimentos Regimentais, não foi possível prestar uma palavra ao Membro da Assembleia Municipal, Armando Humberto, pela sua saída deste Órgão. O que tinha para dizer, tentou pensá-lo com todo o distanciamento possível, da sua relação pessoal com o Armando, que tem décadas, e que, portanto, o compromete emocionalmente. Referiu também, e em tom de brincadeira, a maldade que lhe fez, e muito provavelmente também ao PS, quando aceitou encabeçar a lista à presidência da Mesa da Assembleia, na lista de CDS, confessando que não digeriu bem esse momento, particularmente o resultado, relativo à eleição dos Secretários. -----

----- Dito isto, deu ênfase a três virtudes da intervenção do Armando, na última Assembleia. Foi cristalino, porque, foi claro e objetivo nos motivos, foi honesto, porque descomplexado e pragmático na fundamentação e foi apaixonado, porque todos sabem porquê. Confessou, que foi também um alívio para ele, porque como o próprio referiu, é necessário, por vezes, ser um pouco desagradável e aborrecido e o Armando estava numa situação de gestão, politicamente muito difícil, que talvez, e não era apenas por consideração pessoal, visto que já não liderava a bancada do Partido Social Democrata, ainda não tinha sido por este, politicamente abordado naquela Assembleia, pedindo permissão para partilhar também, depois das suas palavras e antes do silêncio, importará, por imperativo de consciência, que o silêncio da sua ausência seja por ele hoje quebrado. -----

----- Considerou-o um dos mais marcantes Membros da Assembleia Municipal desta geração, tendo sido um líder de bancada de grande qualidade, de intervenção política e de trabalho institucional, dentro e fora da Comissão Permanente. Teve o privilégio durante os Mandatos em que foi líder da bancada do Partido Social Democrata, de trabalhar com o Armando Humberto, na Comissão Permanente, na Assembleia Municipal e fora dela. -----



----- Foi testemunha da sua competência, do seu equilíbrio e da sua capacidade de gestão estratégica e política, mas também reconheceu que, nos últimos tempos, essa capacidade tenha estado uns furos abaixo, embora pelos melhores motivos do mundo, mas a verdade é que o que fez na última Assembleia Municipal, revelou muito da sua extraordinária capacidade de leitura estratégica política, como também mostrou, e de forma muito vincada, o Armando Humberto a ser ele próprio, tendo compreendido a sua decisão de renúncia ao Mandato, teve também, porque é justo, sério e correto, que reconhecer que a Assembleia perdeu um excelente Autarca e um dos seus melhores tribunos, portanto, ficou mais pobre. A valorização das decisões e das posições, têm sempre muito que ver com a qualidade das exposições e essa qualidade, mede-se na força dos argumentos, na sua sustentabilidade argumentativa e também no mérito e carisma de quem as defende. Muitas vezes, em desacordo, mas não lhe custou rigorosamente nada reconhecer no Armando Humberto, todas essas forças, rigor, sustentabilidade argumentativa, mérito, autoridade e uma capacidade extraordinária de oratória. O Armando Humberto prestou elevados serviços à causa do municipalismo e à Assembleia Municipal, defendendo que os melhores adversários são os que os colocam perante dificuldades e com contundência, com elevação, com critério e com educação. O princípio será sempre da superação e os melhores combates são os mais difíceis. O Armando Humberto, foi um adversário admirável, difícil e respeitado e está-lhe grato também por isso, deixando, na sua opinião, uma muito pesada herança, endereçando-lhe um abraço. -----

----- Referiu-se à questão da guarda pretoriana e outro tipo de nomes e adjetivações que um membro da bancada do CDS chamou à bancada do Partido Social Democrata, como estando exatamente na outra extremidade de tudo o que disse sobre o Armando Humberto. Disse ainda, que por questões de exposição das cadeiras do espaço, poderia parecer que o Partido Social Democrata e o Partido Socialista estão juntos, mas considerou-o circunstancial. Clarificou, que não há nenhum bloco central entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, uma vez que os dois partidos têm identidade própria e pensam pelas suas cabeças. -----





----- Por último, afirmou ser extraordinariamente relevante, a discussão da questão da fatura da água, considerando haver um equívoco importante a esclarecer. Referiu, que o Partido Social Democrata nunca propôs a reversão, apenas disse na Assembleia Municipal que era necessário debruçar sobre o assunto, considerando essa possibilidade ou outras. Mencionou que era necessário perceber que este Executivo não tinha responsabilidade nenhuma sobre essa matéria, no entanto, estava à frente dos destinos do Município, importando perceber se estariam completamente contra. Sugeriu, falar-se também da questão das tarifas sociais nesta matéria.

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata, dando de seguida, o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia e, Primeiro Secretário, André Chambel. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes. Salientou, acerca das voltas que a política dá e a importância das pessoas que fazem política, referindo que, se há três ou quatro anos, o Partido Socialista, na altura a UPOB, defendia a colocação de parquímetros na Avenida Dr. Abílio Pereira Pinto, porque havia pouco estacionamento, agora, o Partido Socialista, pelo mesmo Membro, defende a eliminação de pelo menos sete lugares de estacionamento numa artéria próxima da mesma avenida. -----

----- Proferiu uma citação de um cronista francês, que considerou aplicar-se a quem o antecedeu na área, que é “Eu muitas vezes não concordo comigo próprio”, parecendo-lhe ser isto que acontece, porque ou há falta de estacionamento, ou há estacionamento a mais ou carros a mais na estrada. -----

----- Deu nota, que a discordância que há consigo próprio, neste caso acabou a provar a discordância relativamente ao posicionamento do Partido Socialista relativamente a algumas matérias, porque, se com o anterior representante do Partido Socialista na Comissão Permanente



e nos grupos de trabalho, relativamente à educação na zona poente do Concelho, houve uma pequena discórdia e vieram a acusar o Executivo de andar à busca de votos, felizmente, também existiam Membros da oposição, saudando o colega Ricardo Regalado, por congratular a maturidade democrática do Executivo ao reunir com todas as forças políticas relativamente a esse assunto. Posto isto, considerou serem fases do Partido Socialista e espera que a nova geração do Partido, representada pela líder da bancada, possa trazer um bocadinho de orientação ou rumo para o Município. -----

----- Um outro tema, passou pela existência de um bloco central, que efetivamente existiu na questão do IRS, mencionado que que o Partido Socialista apresentou uma proposta, tendo o PSD secundado, tendo havido um acordo, relativamente à Mesa. -----

----- Relativamente à fatura da água, referiu não o incomodar que tivessem dito que está nas mãos do Executivo, pronunciar-se ou dizer o que entende, e o que pretende fazer na questão da ADRA. Referiu que tem de ser feito, e que já se espera há muito tempo, desde o Executivo anterior. Considerou necessário um estudo económico que permita rever alguns trâmites da gestão da água no Distrito de Aveiro e lembrou que nunca assumiram que a venda da água foi um erro, a única coisa que foi feita foi a ingestão dos meios que tinham e a angariação de dinheiro para os projetos, sendo que, quem pagou (e paga) a maior fatura foram os Municípes, os empresários e as empresas. -----

----- Para terminar, dirigiu-se ao caro amigo Armando Humberto, dizendo que escreveu quatro palavras que acha dizerem bem daquilo que é o Armando Humberto como político, duvidando que ele ponha simplesmente a política de lado, já que a política não é estar num órgão autárquico e apresentar-se a eleições. Considerou que a política é falar, discutir, dar opinião sobre a melhor forma de organização do Estado e da sociedade. -----

----- As quatro palavras que referiu foram paixão, serenidade, clareza e seriedade. Paixão porque o Armando Humberto, para além da paixão que tinha e tem pela política, demonstrava-o



quando falava apaixonadamente acerca dos assuntos, mais ainda quando o fazia de improviso. Serenidade, porque o fazia com conhecimento de causa, o estudo que fazia acerca dos assuntos, o conhecimento que tinha e o seu posicionamento de pensamento relativamente a cada um dos assuntos, dava-lhe e transmitia essa serenidade, porque o que o Armando Humberto dizia era pensado, tinha base, não era simplesmente um conjunto de palavras que eram transmitidas, porque todos os argumentos que apresentava, e indo um pouco contra aquilo que o colega José Cotrim defendeu, comparava muito o Concelho com os outros, do ponto de vista de métricas, números e valores, mas fazia-o com clareza. Clareza em relação ao posicionamento que Oliveira do Bairro tinha e que ele achava que podia melhorar, não se imiscuindo muitas vezes de dar os parabéns relativamente ao posicionamento de Oliveira do Bairro, tanto neste Executivo, como nos anteriores. E seriedade porque tiveram vários combates políticos e, para ele, palavra dada era palavra honrada, referindo ainda, um combate político complicado que tiveram, no primeiro Mandato, em que o Armando Humberto, por uma questão de posicionamento ideológico de princípios, apoiou o Dr. Nunes desde o princípio, e em muitas reuniões para tentar que assim não fosse, continuou a fazê-lo, porque tinha dado a sua palavra, considerando isso como a melhor homenagem que pode dar à democracia e à política pura, que é fazer o bem, pelo bem.

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia e Primeiro Secretário, André Chambel, dando de seguida o uso da palavra à Senhora Membro da Assembleia Carolina Ribeiro.- -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – Endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes, iniciando a sua intervenção, com o tema da erva das pampas, considerando ser uma ameaça aos ecossistemas e ao agravamento de doenças do sistema respiratório humano. No entanto, deu ênfase aquilo que torna esta espécie uma ameaça no Concelho e nos Concelhos vizinhos, que é a sua rápida proliferação, uma vez que apenas uma semente desta espécie consegue gerar até cem mil raízes, na Primavera, a qual se aproxima, tornando esta situação



ainda mais urgente. Disse, que a sua eliminação deve ser uma ação concentrada entre os Municípios, porque não terá qualquer efeito a médio prazo, caso seja um ato singular. Desta forma e tendo-se já verificado no passado outono, um financiamento de vinte mil euros, citou o artigo de imprensa em que o mesmo foi anunciado “para o controlo preventivo e deteção rápida de exemplares isolados, dispersos ou em pequenos núcleos de erva das pampas”, questionou também, se este financiamento seria apenas para a campanha de sensibilização para o perigo da espécie que já se tem visto pelos cartazes espalhados pelo Concelho e no site da Câmara Municipal, ou se também há um plano para o combate desta espécie, que, na maioria das vezes, se encontra em terrenos baldios, perto das principais vias rodoviárias, referindo particularmente a Estrada Nacional 235 na zona de Oiã, ou mesmo outros locais, em que se encontra, numa dimensão tão alargada que não é possível que esta seja removida por mão humana, tornando-se um perigo público. -----

----- Afirmou, dirigindo-se ao Primeiro Secretário André Chambel, quanto ao rumo da bancada do Partido Socialista, que também esse será tomado, e já começou pela separação total entre o Partido Socialista e a UPOB, uma vez que, se os Membros da UPOB também se transferiram para o PS e para tantos outros Membros de outros partidos, também já estiveram ou apoiaram a UPOB, ou houve mesmo troca, entre o CDS e o PSD. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção da Senhora Membro da Assembleia Carolina Ribeiro e, concluída que estava a ronda de intervenções, questionou o Senhor Presidente da Câmara, se pretendia usar da palavra, informando que dispunha de vinte e quatro minutos para o efeito. ---

-----Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes. Endereçou um especial agradecimento ao Senhor Presidente da Direção da AMMA, que gentilmente cedeu as instalações para que se realizasse esta sessão, e em particular, aos técnicos municipais que deslocaram um conjunto de equipamentos para que fosse possível a realização da sessão naquele local. Endereçou ainda,



um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que os recebeu, aos seus colegas presentes e em particular ao Senhor Secretário da Junta de Freguesia por recebê-los na sua casa, que é a União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.---

----- Deu nota que o Município recebeu da Junta de Freguesia, um extenso pedido relativo à matéria da desagregação, sendo que já encaminhou para os serviços, que estão a estudar e darão o melhor encaminhamento. Referiu, publicamente, ao Senhor Presidente da Junta e ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, que não estava presente, que naquilo que depender do Município, se encontrava ao dispor e tudo faria para que o povo fosse ouvido e fossem salvaguardados os superiores interesses do povo. -----

----- Antes de dar outras explicações, e até porque foram aflorados assuntos, quer na área de educação, quer na área do ambiente, passou a palavra à Senhora Vereadora Lília Águas, que falaria sobre a área da educação, falando de seguida, o Senhor Vice-Presidente. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes. Referiu que, quanto à área social, uma vez que o Membro Acácio Oliveira falou sobre uma matéria que lhe era cara, necessitava prestar um breve esclarecimento. -----

----- Mencionou, que a Assembleia fala de algumas características e princípios que se devem ter na política, pelo que iria tentar não se esquecer dos exemplos que devem seguir, deixando os partidos e as farpas políticas de lado, para falar daquilo que considera relevante, nomeadamente na área da educação, um assunto tão importante para o Concelho, e na área da Ação Social. -----

----- Fez referência aos Oliveirenses ciganos que vivem no Concelho, e que fazem parte da sociedade, dirigindo-se ao Membro Acácio Oliveira, afirmando não poder aceitar ouvir dizer, que os diversos Executivos assobiam para o lado, porque não foi só o trabalho que fizeram nos últimos cinco anos, também foi feito trabalho nos Executivos anteriores, independentemente da



cor política. Acrescentou que tem sido feito um trabalho com esta população, mas não é suficiente, porque eles continuam a viver em barracas. Mencionou um plano estratégico de habitação em que as famílias de etnia cigana estão elencadas e definidas como as primeiras a ser realojadas, porque são precisamente aquelas que vivem em situação de maior precariedade social, afirmando que começa por aí, aquilo que é intervenção do Município e a intervenção deste Executivo, ao avançar com a estratégia de habitação local. -----

----- A intervenção e o trabalho com esta comunidade são feitos em diversas áreas, quer na educação, na área social e na saúde e, portanto, o dizer que não se fez nada, é quase um atentado. -----

----- Referiu, que existem técnicos e profissionais que trabalham diariamente com estas pessoas, crianças e idosos, dando nota, que Oliveira do Bairro faz parte de um projeto denominado “Integrar Valoriza”, constituído por catorze Municípios, precisamente porque a tutela reconheceu o trabalho que o Município tem feito nesta área e com esta população, sendo um projeto que define e orienta aquilo que são os planos estratégicos de intervenção com esta população a nível nacional, referindo o avanço com o plano municipal, para a integração de portugueses ciganos. -----

----- Assumi que estas populações precisam de ajuda, mas já precisavam no passado, afirmando que o Município tem trabalhado e ajudado muito, desejando, que no fim do prazo que dispõem para a aplicação do Plano de Estratégia de Habitação Local, estas famílias estejam realojadas, que haja um acompanhamento social, notando que agora já existem crianças ciganas no pré-escolar e no ensino secundário, que há uns anos atrás não se verificava, e, portanto, o desejo é que haja uma integração plena. Concluiu este tema, mencionando que isso poderá não vir a acontecer, mas têm trabalhado tal, pedindo para não dizerem, que os Executivos assobiam para o lado, porque é feio, e nesta matéria não é verdade. -----

----- Relativamente à educação, referiu querer esclarecer a todos, o máximo possível,



especificamente às questões do Senhor Membro Ricardo Regalado, começando por dizer, quanto ao início dos procedimentos em 2017, quando entraram para o Executivo, a primeira reunião que a Senhora Vereadora e o Senhor Presidente tiveram fora do Município, foi com a Senhora Secretária de Estado da Educação da altura, e foi, precisamente, para devolver o ensino a poente que, infelizmente, tinha deixado de existir. Disse que o trabalho que tem sido feito não é fácil, mas tem sido um trabalho, ao longo destes anos todos, de devolver a autonomia para o ensino a poente, porque todos defendem o ensino a poente como uma necessidade, uma questão de justiça social e de equidade e, acima de tudo, também é uma necessidade para o desenvolvimento económico do lado poente do Concelho. Deu nota que, foi desde essa altura, e não com a denúncia de qualquer contrato de arrendamento, que começaram a trazer ensino para poente, e paralelamente, a trabalhar para a autonomia do ensino a poente, mas uma vez que passaram por três secretários de Estado, a situação tem sido muito difícil. -----

----- Acrescentou que, não obstante a denúncia do contrato de arrendamento, todos os procedimentos legais foram feitos para acautelar o ensino a poente, não tendo sido necessário dizer aos pais, mas que o fariam, se tal fosse necessário. Referiu, não haver necessidade de levantar instabilidade e insegurança na população e na comunidade educativa. Até porque existem entidades que tutelam, nomeadamente da DGEstE, sendo todo o trabalho feito com o conhecimento e por vezes, com orientações desta, quer a parte processual de garantia do edifício, quer a garantia da autonomização, porque, naturalmente, o Município não iria avançar com a aquisição do edifício, sem obter a garantia da DGEstE, que permitiria um ensino a poente. Com outro Secretário de Estado, que poderia entender fechar, gastaria o Município, dois milhões do erário público para ter um edifício, que depois não poderia abrir. Referiu, que são dois processos a ser geridos em paralelo, que é o que tem sido feito e acredita piamente que se vai chegar a bom porto. -----

----- Comunicou também que, não obstante todas as reuniões e todos os procedimentos legais, no dia seguinte à Sessão da Assembleia Municipal, iria estar no Município a equipa e os



responsáveis da DGEst, para continuar a ultimar todos os procedimentos necessários para a autonomização do ensino a poente, com a perspetiva de ter todas as garantias, algumas já por escrito. Disse já ter dado conhecimento, nas reuniões de trabalho, quer no Executivo, quer nas reuniões com a Comissão Permanente, que no próximo ano letivo, haverá ensino a poente, sendo nesse sentido que todos trabalham. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando que a DGEstE não tem interesse nenhum em não ter uma escola, porque a responsabilidade última da educação no Concelho é da DGEstE e não do Município, que, os cerca de quinhentos alunos que não teriam local para ser colocados, visto que o agrupamento já o teria testado, pelo que, a DGEstE já deu parecer favorável quanto à autonomia do edifício. Reforçou, que nesta matéria não estariam à caça de votos, pois a educação é um pilar essencial para a evolução da sociedade e todos estão convictos de que se irá conseguir garantir o ensino poente de uma forma autónoma, sendo o que querem no Concelho. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora e prestou mais alguns esclarecimentos.-----

----- Começou por se dirigir ao Membro Acácio Oliveira, referindo que as questões com o Tribunal de Família e Menores, são transmitidas ao Município através do Juiz Presidente, que sempre foi assim e através dele é que faziam contactos, continuando a ser dessa forma. Pelo que, teria de aguardar, no entanto, quanto ao que lhe for transmitido, será cumprido sem qualquer tipo de problema. Depois, mencionou que não poderia concordar mais com o Membro André Chambel no que toca aos lugares de estacionamento, porque recorda-se do Presidente da Junta de Oliveira do Bairro referir a sua preocupação com a falta de lugares de estacionamento em Oliveira do Bairro, no entanto, manda-o eliminar, considerando isso um contrassenso. Informou estar prevista uma reestruturação do Adro da Igreja e da zona envolvente, estando o arranque preparado, sendo visível pelas obras da Rua Tavares de Castro e toda a zona envolvente, cujo projeto já teria sido discutido em Reuniões de Câmara e constava do PPI, para ser concretizado





no Mandato que se iniciou há pouco, sendo acauteladas essas situações, em particular a segurança. -----

----- Relativamente à educação, acrescentou que no dia anterior ao da Sessão da Assembleia Municipal, tinha recebido um telefonema de um dos assessores da Senhora Secretária de Estado, acerca dos investimentos na educação na Escola Secundária. Espera que o PS local em Oliveira de Bairro esteja em linha com o PS nacional nesse aspeto, porque pretendem o desenvolvimento do nosso Concelho, não querendo andar com umas situações contra outra. Aliás, foi reconhecido como uma necessidade, exatamente naquele local. Desejou que todos se conciliassem, esperando não sair dali um PS que não quer uma escola a ponte, porque a determinada altura, ficou com essa sensação. -----

----- No que respeita à ADRA, no Mandato anterior, muito se debateu para que a ADRA viesse a apresentar o próprio estudo de viabilidade económica e financeira, considerando importantíssimo para que os Municípios saibam com o que contar, e, acima de tudo, como algo que ainda está nas mãos do Município, sendo muito importante que tenham consciência disso.

----- Afirmou que o Município é também proprietário da Associação de Municípios Carvoeiro Vouga, sendo aí extraída a água em alta, e aí extraída a quase totalidade da água que é fornecida no Município de Oliveira do Bairro, tornando-se necessário controlar o preço da água, pelo menos o preço da água que é fornecida à ADRA, tendo sido uma das salvaguardas que quiseram deixar enquanto autarcas no Mandato anterior, o que teria sido reconhecido pela Assembleia. -----

----- Deu nota, que a Assembleia Municipal teve a hombridade de reconhecer e permitir a alteração de Estatutos, para que os Municípios estejam em pé de igualdade nesse voto, não pela representatividade, não pelo seu território, ou como existia antes, que uns tinham mais peso que outros, estando hoje todos em pé de igualdade, o que dá mais alguma liberdade. Obviamente que se encontram a acompanhar de perto essa situação, deixando claro que não vão deixar fugir do Município aquilo que é do Município e que os preocupa imenso, nomeadamente o peso que



tem na fatura das pessoas, a somar com a eletricidade, o gás e os combustíveis, que estão a subir de uma forma desmesurada, face ao que está a acontecer no centro da Europa, que faz mal a todos, não só a nível social, mas acima de tudo a nível económico e que transfigura todos, assumindo que devem estar bastante atentos e solidários. -----

----- No que concerne à erva das pampas, expôs que a intervenção que o Município foi em território próprio, sendo esse o objeto do apoio. Independentemente desse apoio existir, fazem a sua retirada, faltando um terreno para retirar a erva e tratá-la, considerando que se trata de um processo fácil, visto que enterram, tratam ou queimam. Depois divulga-se, para que o próprio Município também o faça, salvaguardando que ainda não existe apoio para intervenção fora da parte pública, cabendo ao IP fazer essa mesma intervenção. -----

----- Alegou ser uma das grandes falhas dos últimos governos, o abandono completo de um conjunto de instalações e de equipamentos rodoviários, sendo algo que se arrasta há vários governos, tornando-se visível a degradação e o estado de abandono em muitos dos locais. Exemplificou que, num certo dia, nos semáforos do Facho, tirou uma fotografia a uma sinalética para o Parque do Vieiro, que se encontra completamente arrancada, dizendo que a enviou a um dos técnicos do IP de Aveiro, porque até se sentia envergonhado, porque existe confusão, como se o Município não tratasse das suas placas, mas isso é da responsabilidade do IP. -----

----- Informou, sobre a questão dos lancis, que para aquela zona estaria prevista uma intervenção, tendo sido lançado a concurso, a passagem sobre o caminho de ferro, que vai ser suportado pelo Município, porque ninguém faz nem se disponibiliza a fazer esse tipo de projeto, tendo o Município assumido, por considerar crucial para o alargamento da zona. Solicitou que lhe fosse indicado o local, para ser corrigido, e facilitar no âmbito da manutenção, ou caso seja com a Junta de Freguesia, também teria disponibilidade para o fazer. -----

----- Mencionou não gosta muito de fazer comparações, particularmente com os Municípios vizinhos, por respeito e por considerar que todos são diferentes e têm atitudes diferentes, mas



deu nota que quando se falou durante anos que a ADRA teria sido uma base para a recolha de fundos comunitários para o investimento neste setor do tratamento de resíduos e distribuição de água, sendo a única forma de muitos fundos comunitários, a verdade é que o Município de Anadia conseguiu ver todo o investimento financiado. Terminou o seu discurso, comentando que criou alguma confusão entre os presentes, mas relativamente à ADRA, queria deixar claro o trabalho que estava a ser feito, e as posições que o Município tem vindo a defender e a salvaguardar.---

----- Informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que estava ao dispor, caso surgisse mais alguma questão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Duarte Novo e, antes de finalizar o período questionou se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Verificada que foi uma inscrição por parte do Senhor Membro, Acácio Oliveira, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou-o para que efeitos, tendo-lhe entretanto dado o uso da palavra, informando-o que dispunha de três minutos.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – agradeceu pela concessão dos três minutos e direcionou a sua primeira questão para o Membro André Chambel, afirmando que talvez a sua memória de vez quando falhe, não conseguindo transmitir com precisão aquilo que foi na altura dito enquanto UPOB sobre os parquímetros. Referiu que prestou um esclarecimento ao Jornal da Bairrada, que poderia ser consultado, pelo que teriam a resposta, de que não foi uma afirmação, mas sim uma pergunta feita por este, apenas foi interpretada e divulgada de outra maneira que não aquela com que foi intencionalmente feita. Insistiu que esta era a verdade, estando presente para esclarecer, e diz que não foi uma afirmação nem um desafio ao Executivo, mas sim uma pergunta.-----

----- Relativamente às comunidades ciganas, mencionou que não sabia se a Senhora Vereadora alguma vez tinha entrado dentro dos Bairros das comunidades ciganas, afirmando



que com certeza que não, que não saberia o que lá estava, nem o que era e como era. Garantiu que já lá entrou e conhece muito bem as comunidades ciganas, viu e ouviu-as e, portanto, transmite aquilo o que ouve, sendo o que está em causa, seria o hoje, não o ontem nem o amanhã, eles querem e necessitam já, de ser acudidos na sua pobreza, no seu estado de vivência e de convivência. -----

----- Sobre a questão da escola, referiu que não há contradições e citou uma afirmação que a Senhora Vereadora fez, numa última reunião “Se for necessário, faremos a requisição civil do edifício”. Afirmou que esta requisição civil não existe, porque a Lei 637/74, Lei da Requisição Civil, só era aplicada a casos muito graves, assegurando que a Senhora Vereadora a podia ler toda, que não encontraria lá, estabelecimento de ensino. Assim, sugeriu que tivesse cuidado com as afirmações que fazia, porque garantiu, que estão atentos e precisam de mais informação, que esta não lhes tem chegado, porque não a querem dar, mas insistiu que vão ter que a dar, de uma forma ou de outra, dizer o que é, onde estão, para onde querem ir, quais são os timings e se estarão a tempo para iniciar o próximo ano letivo na escola a poente. -----

----- No que diz respeito ao estacionamento dos quinze ou dez lugares, deixou a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, de como vai resolver aqueles constrangimentos se não for assim, deixando, então, o repto ao Senhor Presidente para dizer como resolverá o problema. --

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – informou que os pedidos de esclarecimento já estavam anotado, pelo que iria chamar os Membros da Assembleia pela ordem que registou, dando o uso da palavra, para esclarecimentos, ao Primeiro Secretário, André Chambel. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu pelo uso da palavra e disse que demoraria menos de um minuto. Dirigiu-se, ao Membro Acácio Oliveira, afirmando que este podia dizer o que quisesse ao Jornal da Bairrada, mas o que é certo é que havia uma ata onde estavam as suas declarações e o Membro Acácio Oliveira não pediu que a



ata fosse alterada, para passar de uma afirmação para uma pergunta, insistindo que o disse e propôs que passassem a existir parquímetros. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Primeiro Secretário André Chambel, dando de seguida o uso da palavra ao membro da Assembleia, António Campos. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes e informou que ia pedir e dar ou tentar prestar esclarecimentos sobre quatro ou cinco notas. -----

----- Começou por se referir ao colega, Membro Ricardo Regalado, mostrando que ficou com algumas dúvidas, mas não questionando e até enaltecendo a postura que teve, em reconhecer o bom trabalho do Executivo em tentar, pela primeira vez, que se lembre, em dois Mandatos e um ano, chamar a si todas as forças vivas para tentar solucionar um problema que afeta todos. Não obstante isso, questionou se se lembrava, que foi o seu Executivo que perdeu o ensino a poente, perguntando ainda se estará a questionar a forma com que este Executivo está a tentar com que a mesma instituição fique de vez com o Município, afirmando que pode ter percebido mal, mas pensa não ser muito legítimo estar a questionar a estratégia do Executivo atual. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu dizendo que o Senhor Membro da Assembleia estava a fugir do tema, pedindo-lhe apenas que colocasse as questões. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Perguntou, se o Membro Ricardo Regalado estaria de alguma forma a questionar o modo como o executivo estaria a tratar o assunto da educação a poente. -----

----- Quanto ao colega, Membro Nuno Barata, referiu, que em democracia são livres de fazer o que entenderem, pelo que, gostaria de saber em que ponto, dentro dos limites que a ética moral e dos costumes permitem, se afinal, o colega Armando Humberto era bom ou não era bom. -----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu, dizendo que tinha alguma dificuldade e, naquele dia até estava com um espírito mais aberto daquilo que é normal, mas não podia permitir tudo e mais alguma coisa, alertando o Senhor Membro de não cumprir o que está previsto no Regimento, relativamente ao esclarecimento. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** - afirmou que estava a tentar enquadrar para depois fazer a questão, pedindo por favor, um bocadinho de margem. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que, assim sendo, podia continuar o seu discurso. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Esclareceu que tentava perceber a coerência no assunto do colega Membro Nuno Barata, que criticou o colega Armando Humberto por se tentar aliar ao CDS na formação da bancada e ao mesmo tempo compactou com ele na baixa do IRS. -----

----- Pediu ainda, permissão ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, porque sabia que estava a fugir ao tema, mas que se tinha esquecido anteriormente, de deixar rapidamente três palavras ao colega Armando Humberto. -----

----- Terminou, dirigindo-se a este, conforme já lhe tinha dito pessoalmente, afirmando que fazia falta à Assembleia Municipal, à política do Concelho, pois sempre foi uma oposição válida, porque se apoiava em argumentos e sustentações válidas, não se opunha por opor, mas sim por crença no que dizia, e da sua parte, remeteu-lhe um abraço de amizade, esperando que volte depressa. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Membro António Campos, reforçando a ideia do que é um pedido de esclarecimentos, que não pode ser aquilo que tinham acabado de assistir, estar a discutir, a questionar e solicitar que os Membros da Assembleia peçam a palavra para direito de



resposta, dizendo que o esclarecimento é sobre a posição que foi anunciada.-----

----- Referiu, que estar a questionar faz com que andem em diálogo e em debate, quando esse período já acabou, ou nem sequer existiu. Para isso acontecer, quando questiona quem pretende intervir, os Senhores levantam a mão e fazem a intervenção, considerando que isto é subverter um pouco aquilo que está descrito no Regimento, esperando que sirva para todos. --

----- De seguida, deu o uso da palavra ao Membro Ricardo Regalado, para o esclarecimento.

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – começou por pedir esclarecimentos porque fez uma série de perguntas que não foram respondidas. Disse que percebe, naturalmente e mal de um Executivo que dissesse que a educação não era a prioridade, que faz todo o sentido, nunca afirmando que não é esse o caminho do Executivo do CDS, não diz também que concorda com todas as decisões, questionando sobre a forma como o assunto está a ser tratado, foi isso precisamente que tinha ido fazer, e até fez várias questões, das quais algumas ia repetir para que o Senhor Presidente da Câmara o pudesse esclarecer.-----

----- A notificação da denúncia do contrato foi feita a 22 de julho de 2021 e a sua questão seria, se a totalidade do Executivo e o Presidente da Assembleia Municipal à altura, souberam desta denúncia de contrato. A questão seguinte, foi porque é que não se negociou no imediato uma solução possível ou, negociando-se, quais foram os trâmites. Questionou também quais as exigências da DGEstE para com esta permissão de terem o ensino a poente e se haverá prazo suficiente para garantir que, no próximo ano, os alunos da zona poente tenham educação. Esclareceu, ainda, que não foi o PSD que deixou cair a educação a poente, mas não sabe se se recorda, mas o PSD retirou a confiança política ao então presidente da Câmara Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Membro Ricardo Regalado. Deu nota, que havia outro Membro da Assembleia para prestar esclarecimentos, o Membro Nuno Barata, tendo-lhe dado de imediato o uso a palavra. -----



----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – informou que antes do pedido de esclarecimentos, pretendia fazer um protesto à Mesa. -----

----- Em relação ao pedido de esclarecimento, ouviu atentamente a Senhora Vereadora e importa também esclarecer o que pensa sobre esta matéria, que era mesmo importante ouvir, com todo o respeito e deferência pela Senhora Vereadora, o Senhor Presidente de Câmara sobre essa matéria, no seu entendimento, o Senhor Presidente passar a palavra à Senhora Vereadora serão as palavras dela, mas com a assinatura do Senhor Presidente. -----

----- Referiu que a Senhora Vereadora falou, e bem, sobre a questão do ensino a ponte, mas falou de perspetiva, depois de garantias, depois de convicções e o que lhe pareceu relevante, e obviamente o cumprimento tem de ser dado sobre a questão, da forma democraticamente madura como este assunto foi tratado dentro de portas, com recato, que foi pedido na Assembleia anterior, que cumpriram e importa perceber, de facto, qual a estratégia que está a ser implementada, porque, se por acaso, e espera que não, mas se não acontecer ou se não chegar a bom porto, qual seria a alternativa. Estes são os dois pontos fundamentais que pensa que já foram colocados nas intervenções que já aconteceram, e que, na sua opinião, pedindo desculpa se percebeu mal, não foram cabalmente esclarecidos. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo já estar a apresentar o protesto e demoraria um minuto para o fazer. Explicitou as razões do protesto na medida em que, afirmando que todos se recordavam, por intervenção da líder de bancada do partido do CDS-PP na Sessão da Assembleia Municipal que decorreu em Oiã, não fez uma intervenção por razões de eventual não enquadramento regimental, muito menos difíceis de enquadrar que a intervenção anterior. Disse, que o que se passou na intervenção anterior foi um desrespeito absoluto sobre o Regimento da Assembleia, foi uma intervenção para fazer combate político, a dirigir-se a outros elementos, parecendo-lhe completamente desajustada. -----

----- Realçou que tinha acontecido com ele, servindo de exemplo, tendo abandonado o





púlpito, considerando que o que se passou foi um desrespeito pelo Senhor Presidente, pela Mesa e pela Assembleia, achando que devia ser dada a possibilidade, e esperava tê-la, para poder responder cabalmente a um conjunto de afirmações de âmbito político, que não tiveram nada a ver com o que se estava a tratar. -----

----- Terminou, mencionando outro aspeto que não conseguiu entender, em que o Senhor Membro da Assembleia terminou a sua intervenção com uma referência, e ainda bem que o fez, ao colega Armando Humberto, mas não se inscreveu na altura própria para o fazer, quando o ponto existia também para esse efeito, portanto, tendo sido completamente fora do contexto. Disse, ainda, que, e percebendo que tem que procurar ser, e estava a ser o Presidente de toda a Assembleia Municipal, mas o Senhor Presidente não pode permitir este tipo de abusos absolutos, como aconteceu na última intervenção. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - agradeceu a intervenção do Membro Nuno Barata, tomando em boa conta aquilo que o Membro referiu. Deu nota, que na sua intervenção, o próprio referiu isso mesmo e apelou aos Membros da Assembleia para cumprirem escrupulosamente o que está no Regimento, mas agradeceu a referência. -----

----- De seguida, deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos, que também considerou oportunos, alertando que dispunha de seis minutos. -

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que ia distribuir o tempo com a Senhora Vereadora porque acompanhou o processo, que o Executivo é um todo, e não só o Presidente da Câmara, sendo vários para tratar de muitos assuntos que existem no Município. -----

----- Iniciou a sua intervenção, pela questão dos estacionamento, dizendo ao Membro Acácio Oliveira, quando quiser poderá consultar o projeto com ele, com a senhora Dirigente da área e conhecerá o projeto que está a ser desenvolvido e tirará todas as suas dúvidas, -



acrescentando ainda, que gostaria que o fizessem mais vezes e em vez de estarem a levantar algumas questões que consideram menos próprias em alguns Órgãos, permitindo que fossem para a Assembleia Municipal mais esclarecidos. -----

----- Mostrou-se ao dispor e passou a palavra à Senhora Vereadora Lília Águas, para responder às restantes questões. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – começou por responder ao Membro Acácio Oliveira, com todo o respeito institucional que lhe merece, dizendo que é preciso ter cuidado com as afirmações, começando a ficar um bocadinho enervada, por vir a uma Assembleia Municipal e ao púlpito, dizer que tem a certeza absoluta que não entrou num acampamento. Dirigiu-se a este, dizendo que da sua vida ainda é ela que sabe e não o Senhor, portanto, referiu que pode questionar o que quiser e estava para responder, mas tinha de ter cuidado quando fazia as afirmações, e sobre aquilo que as faz.-----

----- Deu nota de que também conhece os acampamentos ciganos que foram indicados, e que estão a resolver a questão do que é o mediador cultural, e curiosamente, o seu nome não foi indicado por nenhum elemento da etnia cigana, tendo sido outros da comunidade e, portanto, estão a avançar com o processo em várias vertentes. Referiu que toda a gente quer os problemas resolvidos para já, que também quer, mas de facto, os problemas não se conseguem resolver para já. Afirmou, que resolvem os problemas no tempo certo e naquilo que é possível, pedindo ao Membro Acácio Oliveira, que pensasse duas vezes quando faz afirmações que, de facto, não tem a certeza daquilo que está a dizer ou a falar de outras pessoas, porque da sua vida não fala dessa maneira e dessa forma, pedindo desculpa. -----

----- Relativamente ao ensino a ponte, também para o Membro Acácio Oliveira, que estava na reunião, e outras pessoas, mencionou que se falou ser posição civil, pois estava lá uma jurista, e quando se fala em requisição civil, foi dito que não era esse o termo, que era requisição administrativa de bens imóveis, portanto, pediu ao Membro Acácio para não retirar do contexto



as coisas, quando outras coisas também foram ditas nessa reunião, tendo sido uma reunião privada, mas se quisesse dizer tudo o que lá foi dito, estaria à vontade para discutir. -----

----- Referiu que o processo seria complexo e teria duas partes. Uma parte, a autonomia do ensino, que neste momento, funciona numa extensão da Acácio de Azevedo e o que pretendem é que a poente exista uma escola autónoma, um estabelecimento de ensino autónomo, que essa parte, é gerida pela DGEstE e pelo Ministério da Educação. sendo com eles que o Município está a trabalhar para o processo de autonomização. A DGEstE exige, de entre várias situações que estão plasmadas na legislação, que haja um edifício, e os edifícios, ou são do Município ou são da tutela, portanto, aquilo que foi dito é que o Município tem um edifício que já lá funciona, mas se não tivesse, a tutela teria a responsabilidade de o garantir.-----

----- Continuou dizendo, que aquilo que estaria a ser feito, seria dois processos distintos, ou seja, na parte da garantia do edifício, o Município avançou com o processo de expropriação, estando a decorrer no Tribunal. Paralelamente a isso, e porque entendem que não devem deixar tudo assim, avançaram com uma tentativa de negociação particular com os responsáveis pelo edifício, da administração de insolvência e da obra. Referiu que existe um processo de insolvência, que houve um acordo entre eles no âmbito do processo judicial e, portanto, tudo está a ser feito em paralelo, estando a negociação particular em andamento, se as partes chegarem a um entendimento, o assunto termina aí e a expropriação finda, se eventualmente isso não acontecer, segue o processo judicial. -----

----- Para a garantia da propriedade do edifício, que não tem nada a ver com autonomia, esclareceu, que só avançam com a propriedade do edifício depois de ter a garantia da tutela, que podiam ter o ensino a poente, porque, não iriam em momento algum avançar com a aquisição de um imóvel de dois milhões de euros sem essa garantia, sendo assim, o que estão a fazer com a maior transparência possível, tendo chamado as bancadas, e toda a gente, porque querem é resolver o assunto, e o ideal seria resolver no dia seguinte, estando as partes disponíveis para isso. ---- -----



----- Referiu também, que no dia seguinte à Sessão da Assembleia Municipal, a DGEstE viria ao Município, que também tinha estado na semana anterior, para fazer a avaliação ao imóvel e apresentar as condições, para, no fundo, analisar o que se deve melhorar no imóvel, para continuar com o ensino lá.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – solicitou à Senhora Vereadora que concluísse a sua intervenção. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – Referiu que para qualquer esclarecimento, as reuniões seriam feitas, que o processo estava a decorrer, que o sigilo pedido, foi antes do processo entrar em tribunal, naturalmente, mas afirmou que agora seria tudo feito de forma transparente.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora e para finalizar este período, usou da palavra, enquanto Presidente da Assembleia, para se pronunciar sobre duas questões. -----

----- Em primeiro, pela questão da renúncia do mandato do Membro da Assembleia Municipal, Armando Humberto, e em segundo, sobre o procedimento de desagregação de freguesias. Referiu ainda, que para finalizar, a Mesa iria apresentar uma Moção, e que seria o Primeiro Secretário a fazê-lo.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigiu-se às Senhoras e Senhores Membros da Assembleia dizendo que o Armando Humberto, enquanto Membro da Assembleia sempre desempenhou as suas funções, com dedicação exemplar à causa pública e com uma profunda consciência e responsabilidade democrática, procurando sempre cumprir o que assumiu nos muitos atos de tomada de posse na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, cumprir com lealdade as funções que lhe foram confiadas. O Membro da Assembleia Municipal que, com a sua competência, valorizou e dignificou este órgão, que acrescentou qualidade aos debates, e as apreciações nas diversas



matérias que se apresentaram na agenda política no nosso Município. -----

----- Saliu que, quem considera, tal como ele, que os debates e as apreciações são exercício de inteligência, de capacidade oratória, de velocidade de leitura e raciocínio político, mas também de estilo de argumentação, facilmente se pode constatar que o Armando Humberto foi um dos Membros da Assembleia, que conjugava de forma marcante estas qualidades, que avaliavam o seu desempenho político. Importa também realçar outros aspetos e outros detalhes políticos pelos quais também se passou a interessar, na avaliação dos debates e das apreciações dos Membros da Assembleia, pois o Armando Humberto, enquanto Membro da Assembleia, nunca teve a necessidade de impor a sua opinião de qualquer forma, nunca teve a necessidade de esmagar, inferiorizar os seus adversários políticos, nunca encarou os seus adversários políticos como inimigos ou com necessidade de os derrotar, tem a certeza que estas foram as qualidades que lhe permitiram ser eleito, em quatro mandatos consecutivos como Membro da Assembleia Municipal e líder de bancada, quer pelo Partido Socialista, quer pelo movimento cívico Unidos Por Oliveira do Bairro, designado por UPOB, Para finalizar, referiu, que facilmente se compreendem os argumentos apresentados para a sua renúncia ao Mandato, e sendo a Assembleia um Órgão político representativo do Município, pediu permissão para, em nome da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, agradecer ao Armando Humberto, o seu elevado desempenho político enquanto Membro da Assembleia Municipal, convicto, mas mesmo convicto que todos os presentes saberão estar à altura do legado do Armando Humberto neste Órgão. -

----- Mencionou, que no seguimento de intervenções tidas por Membros da Assembleia, pelo Senhor Presidente, em sessões anteriores e ainda naquela Sessão, sobre a desagregação de freguesias, e depois de ter procurado inteirar-se do enquadramento legal, cumpre-lhe informar a Assembleia Municipal, que com a publicação da Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, que define o novo Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias, foi criada a possibilidade, através de um procedimento especial e transitório, reverter a agregação de freguesias de 2013.-----



----- Este diploma, determina que este procedimento só poderá ser iniciado no prazo de um ano após a entrada em vigor, isto é, vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois. O procedimento de desagregação define cinco critérios, que têm de ser observados cumulativamente, nomeadamente a prestação de serviços à população, a eficácia e eficiência da gestão pública, a população e o território, a história e identidade cultural e a vontade política da população, manifestada pelos respetivos Órgãos representativos. Estabelece ainda, que a proposta de desagregação a ser apresentada, terá que ser subscrita, no mínimo por 5 Membros da Assembleia de Freguesias da União de Freguesias, ou no mínimo, por 390 cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da União de Freguesias, proposta esta que terá que ser apreciada e votada na Assembleia de Freguesia, acompanhada por um parecer obrigatório do Executivo da União de Freguesias, e depois de aprovada, a mesma terá que ser remetida à Assembleia Municipal, para ser apreciada e votada. Será também solicitado um parecer ao Executivo Municipal, e depois de aprovada pela Assembleia Municipal, a mesma será remetida a Assembleia da República, a fim de ser apreciada. Resumidamente, este é o procedimento administrativo e político da desagregação vertido no diploma, deixando o assunto ao cuidado dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, reservando-se o direito de, e no âmbito das suas competências, diligenciarem no sentido da Assembleia Municipal, se debruçar sobre esta importante matéria. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Primeiro Secretário para fazer a apresentação da Moção, fruto dos tristes acontecimentos nos dias anteriores na Ucrânia, invasão do território Ucrâniano pelas Forças Armadas da Federação Russa. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pelo uso da palavra, dando início à leitura da Moção - Invasão do Território Ucrâniano pelas Forças Armadas da Federação Russa.-----

----- *“A Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, reunida no dia 24 de fevereiro de 2022, na vila da Mamarrosa, Concelho de Oliveira do Bairro, perante os tristes acontecimentos do dia*



*de hoje ao longo das fronteiras entre a República da Ucrânia e a Federação Russa, vem apelar a todos os intervenientes à tomada dos passos necessários no caminho para a paz.-----*

*----- Apelamos à declaração mútua e imediata de um cessar fogo e a posteriores ensejos no sentido de conversações francas entre os dois países que permitam a coabitação pacífica e próspera entre os dois povos que tão difíceis momentos viveram, lado a lado, durante a longa noite comunista. -----*

*----- Apelamos à comunidade internacional para que seja facilitadora deste entendimento e que não tenha a tentação de querer usar este infeliz desfecho de uma crise que começou apenas a ter o seu fim para prosseguirem outros interesses que não a da paz. -----*

*----- Este fim não é desejado nem desejável. É o culminar, triste e lamentável de um processo que nenhuma das partes soube gerir, exceto os povos ucraniano, indefeso e espectador, que se limitou a assistir ao perigo que se aproximava e ao russo, participante involuntário, instrumentalizado por um poder oligarca, que sob o disfarce de uma democracia musculada, se afirma seu defensor.-----*

*----- Apelamos ao Governo Português que se demonstre disponível para contribuir que a solução que esteja ao alcance das partes seja a paz e apenas a paz, em liberdade e livre emancipação dos povos na escolha das suas formas de organização política. Que os nossos recursos, diplomáticos e militares (no âmbito dos nossos compromissos internacionais) sejam colocados ao serviço da paz e do bem-estar dos que hoje, na Ucrânia, sofrem.-----*

*----- Apelamos aos partidos portugueses, da esquerda à direita, que pugnem apenas pela paz, sem desvios doutrinários, meias verdades ou acusações extemporâneas. Que reforcem a vontade esmagadora do povo português pela opção da paz.-----*

*----- Somos um concelho pequeno, mas, entre nós, vivem, trabalham e estudam mais de uma centena de ucranianas e ucranianos e de russas e russos. Adultos, jovens e crianças. Todos eles sofrem hoje juntamente com os seus familiares e amigos, nessas terras distantes do Leste.*



----- Hoje as nossas preces e os nossos corações estão com o povo ucraniano e com as famílias dos soldados russos lançados nesta aventura irresponsável e sangrenta. Que o seu sofrimento seja breve e a paz que virá duradoura. -----

----- Que desta moção seja dado conhecimento às Embaixadas Ucraniana e da Federação Russa, aos partidos políticos portugueses, ao Governo Português e à Comunicação Social.”----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – antes do período de debate e votação da moção, suspendeu os trabalhos por três minutos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – solicitou aos Senhores Membros da Assembleia Municipal e Executivo para retomarem os seus lugares, para dar seguimento à Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Após o período de reflexão sobre a Moção apresentada pela Mesa, questionou os Membros da Assembleia Municipal, se pretendiam usar da palavra. -----

----- Verificadas que foram duas inscrições, passou de imediato a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira, informando-o que dispunha de três minutos. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, fazendo referência também à Associação que os recebeu na Mamarrosa. -----

----- Em relação à Moção, referiu que vivemos num período, já há uns tempos a esta parte, muito estranho, e o pior de tudo é que faltam historiadores para discutir e estarem nos sítios certo, para lembrar que a história é cíclica, ou seja, existem crises sociais, crises económicas, pandemias e guerra, tudo associado a intervalos de tempo muito diminutos, e por mais tecnologia e evolução que se consiga ter, enquanto sociedade, em vários termos, continuamos a ser os mesmos humanos, e logicamente, qualquer ação feita pela Assembleia Municipal, pelos Órgãos locais é sempre de valorizar, de pressionar e de dar um sinal de solidariedade muito forte.-----





----- Referiu que as comunidades residentes em Oliveira do Bairro não querem a guerra, efetivamente, ninguém quer, foram muitas as imagens que se viram nas redes sociais a dizer que normalmente as guerras são combatidas por jovens que nem sequer se conhecem, e que se matam, protagonizadas por velhos que estão nas suas secretárias e nem sequer se podem ver, mas também nem sequer podem combater, acabando por ser muito injusto, sendo isto uma palavra de ânimo e de solidariedade. Está certo, que isto vai trazer um colapso nos próximos tempos, mas será necessário aguentar, porque o acesso às matérias-primas poderá estar condicionado e pode haver uma explosão social. Ou seja, isto pode trazer um conjunto de reflexões, até para as Autarquias Locais nos seus planos sociais, porque em Oliveira do Bairro existem iniciativas que poderão no futuro, ter um papel preponderante em relação a tudo isto, mas nesta temática, logicamente que estão ao lado da Moção, de solidariedade e de pressão, para que as pessoas se entendam neste mundo, que é uma aldeia global. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Membro Álvaro Ferreira e para concluir este período de intervenções, deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, Simão Vela.-----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – cumprimentou todos os presentes, começando a sua intervenção por dar nota da total concordância sobre o tema e sobre a Moção.-----

----- Mencionou, como reflexão, o que poderão ser as consequências, ao nível social e ao nível económico, quer mundial, quer europeu, quer nacional e ainda a repercussão local e, por isso, apesar de saber da resiliência de mercado normalmente ocidental a este tipo de guerras e conflitos, referindo que já foi assim na Bósnia, no Iraque, na Crimeia, na Guerra do Golfo. Deu também nota da importância, como o colega Álvaro Ferreira falou, de facto, para estarmos todos atentos para aquilo que poderá ser um futuro muito próximo em termos de desenvolvimentos, principalmente ao nível dos setores sociais e económicos. -----



----- Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, indo ao encontro daquilo que estava a ser debatido, o que pensa no que diz respeito à exposição do tecido industrial ao mercado Russo, se isso está em estudo, análise ou se tem esses dados, sobre a pertinência dos mesmos e se considera ser um dado importante a aferir. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Membro Simão Vela, reiterando que o Senhor Presidente da Câmara, no ponto da atividade municipal, iria enquadrar a sua intervenção, respondendo às questões que foram colocadas, referindo que naquele momento não faria sentido, uma vez que o propósito seria apreciar a proposta. -----

----- Concluída a apreciação, passou-se à votação da **MOÇÃO - INVASÃO DO TERRITÓRIO UCRANIANO PELAS FORÇAS ARMADAS DA FEDERAÇÃO RUSSA.** -----

----- **DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, aprovar a Moção apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.**-----

----- Concluído que estava este ponto, deu início ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, da ordem do dia com o ponto **5.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da Atividade Municipal**, questionando o Senhor Presidente da Câmara, se pretendia usar da palavra para apresentação do ponto, e informando que dispunha de dez minutos para o efeito. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – começou por ler um pouco da missiva que recebeu da União de Freguesias, que dizia o seguinte: -----

----- *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias, aprovado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, entrou em vigor no dia 21/12/2021 e pretendo proceder à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, através dos Órgãos Autárquicos, nomeadamente a*



*Assembleia de Freguesia*". -----

----- Deu nota, que o Senhor Presidente da Assembleia, mencionou a data de 25 de junho, mas na realidade, o prazo começou a contar seis meses mais à frente, ou seja, no dia 21 de dezembro, considerando importante que esta correção ficasse bem patente. -----

----- Continuou a ler a referida missiva *“como bem sabe, a União de Freguesias dos Troviscal e Mamarrosa nasceu da agregação das antigas Freguesias, Bustos, Troviscal e Mamarrosa, através de um processo orientado de cima para baixo, ou seja, da iniciativa da Assembleia da República e com implementação forçada dos Órgãos Autárquicos de Freguesia e Municipais. Esta nova legislação permite aos Orgãos das Freguesias “tomar as rédeas” do processo e preparar uma tomada de posição da eventual iniciativa de desagregação.”* Depois são apresentados os pedidos que são formulados pela Assembleia de Freguesia e pela Junta de Freguesia, respetivamente, nas pessoas do Senhor Presidente da Junta e do Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- Referiu, quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Oliveira do Bairro formulou, que o tecido industrial de Oliveira do Bairro tem várias vertentes e patentes. Ou seja, existe um conjunto de empresas que tinham assegurado, pelo menos por alguns anos, o fornecimento, quer de gás, quer de energia, no entanto, temos a cerâmica muito dependente do gás e da energia elétrica, como é sobejamente conhecido. Há outro tipo de indústria, dependente de materiais ferrosos, cujo preço também subiu de forma extremamente desmesurada, e há depois outros setores, como a agricultura, cujos preços também dispararam por todos os lados, sendo que, preço dos combustíveis está a prejudicar todos eles. -----

----- Disse, que não obstante a todos os cuidados que os mesmos tomaram, estão a sofrer de uma forma drástica toda esta pressão, sendo que alguns deles já conseguiram repercutir no preço do produto final e os mercados também estão a reagir, de forma a que seja permitido. Existem algumas empresas, que efetivamente vendem para o mercado Russo, que



transparecem, para já, que tudo está a fluir de uma forma normal, contudo, apenas sabe que ao nível das matérias primas e subsidiárias, facilmente todos compreenderão, que o impacto será muito grande, não só para eles, mas como para todos. -----

----- Dirigindo-se, ao Senhor Presidente da Junta, e ao Membro Álvaro Ferreira, que referiram a nível económico e social, porque tudo está sempre interligado, existirá um impacto muito grande no país, porque depende grandemente da energia que é fornecida e produzida na Europa e, as opções que têm sido tomadas pelo nosso Governo ou pelos Governos anteriores no que toca a estas matérias é que nos colocam em determinada posição. -----

----- Relativamente à Atividade Municipal, acrescentou que os desenvolvimentos foram referidos pela Senhora Vereadora Lília Águas, no que toca a área da Educação, e como disse no período antes da ordem do dia, das interligações da tutela, nomeadamente no que à educação se refere. -----

----- Terminou, dando nota que, relativamente ao posto da GNR em Oliveira do Bairro, estão a preparar a hipotética instalação noutra local, para entrada de obras, encontrando-se a aguardar as diretivas do Ministério da Administração Interna, mostrando-se à disposição, face também ao documento integrados. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e de imediato, procedeu à abertura do debate sobre este ponto, questionando os Membros da Assembleia Municipal, se pretendiam intervir. -----

----- Verificadas que foram nove inscrições dos Membros da Assembleia, Carolina Ribeiro, Acácio Oliveira, Nuno Barata, Álvaro Ferreira, Ricardo Regalado, Francisco Oliveira Martins, Ana Rita Jesus, Miriam Ferreira, e Simão Vela, o Presidente da Assembleia Municipal informou os referidos Membros, que dispunham de seis minutos para as suas intervenções, dando o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta, Simão Vela. -----



----- **SIMÃO MOREIRA VELA** – referiu que a sua intervenção seria muito breve, muito concisa e relativa a duas ou três questões que gostava de ver esclarecidas. Uma particularmente com a Senhora Vereadora da Cultura, apresentando-lhe um desafio doce e salgado, e até ponderou trazer este tema à Assembleia Municipal, mas considerou que por mais caricato que possa ser, estava na altura de o poder abordar e pensar. Tem a ver com a questão do cinema em Oliveira do Bairro, e com aquilo que acha que pode ser um pequeno melhoramento do serviço que é prestado, sendo que há uma coisa que está tão ligada ao cinema, que é o facto de poderem existir pipocas no cinema. Sabe que pode parecer um bocadinho caricato, e afirmou que a Senhora Vereadora certamente estava a prestar atenção àquilo que estava a dizer, porque também sabe que as mulheres têm sempre essa capacidade de fazer duas coisas ao mesmo tempo, e portanto, acredita que levaria esta sugestão a uma eventual consideração, para alterar o Regulamento do Quartel das Artes, para poder permitir que existam pipocas no cinema, o que considera possível e viável. -----

----- Entende ser uma estratégia do Win-win, tanto as crianças, como quem vai ao cinema gosta, podendo ser uma receita também para o Município, dizendo que há muitas formas de o fazer, podendo ser super interessante esse upgrade no cinema, ainda mais com a escassez de cinema que, atualmente existe localmente. -----

----- Questionou, relativamente ao ensino a poente, para quando o início das obras de requalificação da Escola Secundária. Terminou, dando uma nota final, e também porque na última Assembleia, viu elogiar um livro sobre os Pinheiros Mansos, que por coincidência, até consultou depois, mas foi alertado de que na página oficial do Município, não existe referência nenhuma aos Pinheiros Mansos, aos parques e espaços verdes, estranhando, e salientando que de facto, poderia ter o local, toda a publicidade que um trabalho tão bom como aquele merece.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Vela, dando de seguida o uso da palavra ao Membro da Assembleia, Marco



Alves. -- .....

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – Afirmou, que antes de entrar propriamente no ponto, queria novamente fazer um aviso à navegação, de que é tão eleito como todos os presentes e, portanto, não abdicará, em momento algum, de dizer aquilo que pensa, quer gostem, quer não gostem. ....

----- Referiu que ainda não foi desta, que a apresentação da Atividade Municipal dispensou agravo e passou às argolas, considerando que já o merece, não só pela quantidade, mas pela qualidade da informação de que dela consta. No entanto, ainda não perdeu a esperança que tal venha a suceder a muito breve prazo. Salientou que muito haveria a dizer sobre esta informação da Atividade Municipal, mas focou-se no desenvolvimento industrial, em particular nas Zonas Industriais. ....

----- Mencionou, que o Senhor Presidente da Câmara anunciou no ano passado que pretendia investir nas diversas Zonas Industriais do Concelho, qualquer coisa como dez milhões e trezentos mil euros, até dois mil e vinte cinco. Referiu também que o alargamento e criação de novas infraestruturas nas Zonas Industriais seria fundamental na estratégia de apoio à instalação e fixação de empresas, tornando por esta via, o Município, território atrativo e amigo do investimento e do investidor, julgando que a Zona Industrial de Vila Verde é a que tem este processo mais avançado. ....

----- Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, que detalhasse valores globais de investimento nessa Zona Industrial em concreto, e se o Município contará com financiamento de fundos Europeus, em que montantes, e percentagem de participação. Mas como nem só da Zona Industrial de Vila Verde vive o Município, questionou também o Senhor Presidente da Câmara, sobre que outros investimentos e montantes estão previstos para as Zonas Industriais de Bustos, Oiã e Palhaça, e se pode calendarizar no tempo, cada uma delas. ....

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor membro da Assembleia, Marco Alves e passou a palavra ao Membro da Assembleia, Francisco de Oliveira Martins. -----

----- **FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS** – endereçou os seus cumprimentos a todos os presentes. Pronunciando-se sobre a Atividade Municipal apresentada, enquanto Membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, congratulou-se e congratulou o Executivo Municipal, pela clareza, transparência e objetividade com que a informação da Atividade Municipal é apresentada a este Órgão fiscalizador e deliberativo, no âmbito do poder local Autárquico. De uma leitura atenta e integrada deste documento, realçou os itens que dizem respeito à ampliação programada, realizada e estratégica das Zonas Industriais implantadas no território do Concelho de Oliveira do Bairro, enquanto área importante do desenvolvimento económico do Concelho, que nos tempos que correm, já não é o único fim em si próprio, da qualidade de vida que as populações desejam, pois a harmonia entre o desenvolvimento industrial ou económico, o desenvolvimento das áreas urbanas e os recursos naturais disponíveis no próprio território, estarão em equilíbrio e a terão em atenção a promoção da dignidade das suas populações e do equilíbrio entre a sociedade humana e a própria natureza. -----

----- Nesta nova ordem, quer do Executivo Municipal, e nossas também, já existem iniciativas pioneiras, citando o projeto “Separar para mais Reciclar”, mas seria isto ainda manifestamente insuficiente, caso não tivessem uma estratégia de investimento mais além, para este bem cuidar, reabilitar e manter os recursos naturais existentes, que somos desafiados a conhecer como património vivo, porque esta poderá ser só uma resposta ao volume de lixos, quer industrialmente, quer das famílias, se vão produzindo numa sociedade consumista. -----

----- Referiu que, e como já foi dito noutros momentos, também fazendo parte desta Atividade Municipal, a conservação e a necessária manutenção dos Rios Cértima e Levira, e mais recentemente, Rios Lindo e Ervedal e outros cursos de água do Concelho, como atestam as últimas sessões públicas que estão a ser realizadas para apresentação e debate de projetos, quer sejam de inclusão na participação, no cuidado e na manutenção de recursos hídricos e



também florestais do Concelho, bem como nestes espaços que estão a receber intervenções, possam ser criados percursos pedonais e cicláveis que, de facto, tornem visitáveis estas zonas que, ao mesmo tempo, será uma forma de cuidar e também de conhecermos a realidade, não só para a população local, mas também para os visitantes. -----

----- Considerou não ser apenas a questão da atratividade industrial económica, que hoje deve presidir àquilo que é a boa qualidade de vida de um Concelho e o bem-estar das populações. Crê que este binómio económico-industrial e natureza, tem que ter cabimento e, é possível ser-se pioneiro, e pensa que a Atividade Municipal já diz algo deste pioneirismo, mas podem tomar mais além, neste implantar de novas atividades de lazer, de turismo da natureza, ou pelo menos de uma forma mais divulgada e mais participativa internamente, e também na abertura ao exterior. -----

----- Com este enquadramento, terminou questionando o Senhor Presidente da Câmara, sobre o rumo do já realizado ou a realizar, na conservação, reabilitação e manutenção dos recursos de património natural, em consonância com aquilo que é a ampliação das Zonas Industriais, e a implementação do novo e renovado tecido industrial. Perguntou como é que a Câmara Municipal e o Executivo Municipal pretendem manter este binómio equilibrado, criando assim, com maior sustentabilidade e consistência, uma maior qualidade de vida para as populações já aqui residentes em todo o seu arco económico-social, mas também na atratividade, ou o chamar, daqueles que visitam o Concelho e estão passagem, e aqueles que visitam o Concelho e podem um dia vir para cá. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Membro da Assembleia, Francisco de Oliveira Martins, dando de seguida, o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado. ----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – começou por parabenizar o executivo pelo início das obras de reestruturação da Rua da Banda Filarmónica, na Mamarrosa,





congratulado a população, encontrando finalmente, as circunstâncias que permitiam ao Executivo da Câmara Municipal iniciar esta obra, que lhe parece ser importante para a vila, e por isso, deu naturalmente os parabéns ao Executivo, desejando que os trabalhos decorram da melhor forma. -----

----- Parabenizou, ao mesmo tempo que chamou à atenção de quem estivesse a ver em casa, sobre a campanha de voluntários para o Canil do Município de Oliveira do Bairro, que se encontrava a decorrer, e considerou muito importante que a comunidade se mobilizasse, porque se trata efetivamente de um problema de saúde pública e de segurança das pessoas e, portanto, com a participação de todos, podia ser resolvida, e, naturalmente, com a mediação do Município com muito mais sucesso. -----

----- Referiu, como chamada de atenção que lhe pareceu importante, relativa ao Museu da Etnomúsica, que houve efetivamente uma intervenção do colega do CDS relativamente à ausência do Museu da Etnomúsica da Bairrada no Troviscal, como um lugar de turismo indicado pelo Jornal da Bairrada. Efetivamente, pareceu-lhe que, e não dizendo se concorda ou não, com os lugares que estão mencionados no Jornal, que se perdeu no tempo, pois o Museu não é de agora. Saliu que a culpa não é deste Executivo, mas merece urgentemente que seja repensado, porque os Museus, não podem ser nunca um repositório de arquivo iconográfico ou histórico, os museus têm que ter vida, tem que ser dinâmicos, tem que estar vivos e para isso precisam de se renovar constantemente, o que lhe parece que, ao contrário de outros Museus da nossa rede, não acontece com o Museu de Etnomúsica.-----

----- Chamou também à atenção para a questão do cinema no Quartel das Artes, e como o Membro Simão Vela, falou e muito bem, tendo em conta as circunstâncias relativas, porque, compreende que possam não querer relacionar-se com outros Municípios, acha que é precisamente o contrário. O Município deve estar a par e olhar para os outros, ora como aquilo que queremos ser, ora como aquilo que não queremos ser, considerando que olhar uns para os outros é sempre bom.-----



----- Esse problema parece-lhe o da Rússia, pelo facto de se olhar muito para dentro e de se querer ser muito o próprio país e não perceber que hoje em dia não existem países, existe um mundo pequenino e que, enquanto se pensar que somos sós e orgulhosamente sós, vai-se criar este tipo de conflitos. Isto para dizer, que lhe parece importante repensar e, uma vez que o Quartel das Artes tem tido essa relevância em termos de cinema, resultado do facto de não haver cinemas em Aveiro. Referiu que, a projeção de filmes portugueses e do cinema português, que houve já, o filme Fátima e também a estreia de um filme no Quartel das Artes, no entanto, ao contrário dos cinemas privados, o cinema no Quartel das Artes é financiado com o erário público, tendo uma responsabilidade pública completamente diferente, e como tal deveria apoiar o cinema português com mais profundidade. -----

----- Fez ainda uma última proposta, porque ouviu o senhor presidente da Câmara Municipal na última Assembleia Municipal queixar-se, de que, muitas vezes, as pessoas deixam resíduos orgânicos verdes, nos caixotes do lixo, e que esse tipo de resíduos representa, pelo peso que tem, uma grande despesa para o erário público. Viu noutros Municípios uma iniciativa que lhe pareceu muitíssimo interessante e que considerou importante, deixando o repto, pois com certeza poderiam encontrar enquadramento, que é a construção de um parque de resíduos verdes, onde as pessoas teriam oportunidade de deixar os resíduos verdes que têm e que vão produzindo em casa. Realçou que podiam dizer, que como se trata de um meio rural, isso aplicar-se-ia em meios urbanos, porque as pessoas têm o seu próprio quintal, mas a verdade é que não os usam, já que as pessoas estão cada vez mais desligadas da agricultura e, portanto, o ciclo de renovação e de uso desses resíduos verdes não acontece. -----

----- Julga que seria uma forma voluntária, de uma vez mais, e como acontece com o canil, o Município ser mediador dessa estratégia, organizar-se aqui um terreno e construir um parque de resíduos, onde as pessoas deixariam os seus lixos, que se transformariam depois num fertilizante de terras, que o Município poderia até vender a possíveis agricultores ou usar nos próprios espaços verdes do Município e das Juntas de Freguesia, reduzindo, assim, duas vezes



o encargo do erário público, ou seja, por um lado, na poupança no pagamento às entidades que fazem recolha do lixo e, por outro lado, a poupança na compra de fertilizantes para os nossos jardins e espaços verdes. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção do Senhor membro da Assembleia, Ricardo Regalado informando ser necessário concluir a sua intervenção.-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – finalizou de imediato a sua intervenção e agradeceu pelo uso da palavra.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado e deu uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – referiu que sobre a Atividade Municipal trazia três notas e todas elas positivas, porque é do seu entendimento enquanto Membro da Assembleia e Membro do Partido da oposição, que, sendo verdade que são todos iguais, enquanto representantes eleitos para o Órgão, é também verdade que uns são posição e outros são oposição, mas da mesma forma que entende que ser da oposição, não significa discordância total em toda a linha, em relação a tudo o que a oposição defende, também entende que, quando se é oposição e se apoia e se defende uma estratégia deste Executivo, portanto, da posição, isso obviamente também não deve querer dizer ou ser interpretado como uma concordância cega e uma ausência do direito a questionar, sendo esse um tipo de concordância que não é a sua, tendo já percebido que é a de um Membro da Assembleia.-----

----- Focou-se essencialmente nos três aspetos, dois deles já tinham sido referidos pela positiva, o que também é sintomático em relação ao valor destas iniciativas. Teve o cuidado de pegar em três assuntos relativamente diferentes, que foram abordados numa perspetiva, e gostava de os abordar numa outra. -----



----- Referiu-se especificamente ao projeto “Separar para mais Reciclar”, à questão da atividade musical e cultural do Quartel das Artes e do Parque dos Pinheiros Mansos, que são três áreas onde afirma de forma muito clara e inequívoca, que este Executivo está de parabéns. Para além de tudo o que já foi referido sobre a questão do projeto “Separar para mais Reciclar”, acrescentou um outro detalhe, que tem que ver com nos deixar orgulhosos, além de todos os ganhos formativos e ecológicos que este projeto tem, deixa-o orgulhoso quando, por exemplo, sai de casa, nos dias que estão definidos para a recolha, e consegue perceber que já é significativa a rede, a abrangência deste projeto, quando vai do seu caminho de casa para o trabalho e vê sucessivos conjuntos de mini ecopontos espalhados pelas ruas do Concelho. ----

----- Partilhou também um outro detalhe, dizendo que vive numa rua com uma construção em banda, onde todas as pessoas que estão lá, à exceção dele próprio e da sua família, são famílias que se deslocaram de fora do concelho para residir em Oliveira do Bairro e a perspetiva e a leitura que eles têm desta iniciativa é altamente elogiosa para Oliveira do Bairro, porque não esperavam algo com este tipo de dimensão, qualidade e utilidade no Concelho. Referiu também que mesmo as pessoas de fora, com quem convive e se cruza profissionalmente, que sabem desta iniciativa, dizem que é algo de extraordinário e, portanto, há aqui matéria e é um projeto que merece os nossos cumprimentos. -----

----- Em relação ao Parque dos Pinheiros Mansos, precisamente também nesse sentido, é um investimento catalisador e fixador de público e também merece o nosso aplauso. -----

----- Finalmente, em relação ao Quartel das Artes, e entroncando naquilo que os seus colegas já referiram, pensa seriamente que se devia ponderar isso, sendo outro elemento que pode ser agregador no Concelho, e com a possibilidade de poder trazer gente de fora do Concelho para assistir a espetáculos, cuja qualidade está ao nível do que melhor se faz nos equipamentos do género em toda a região de Aveiro e até no próprio espaço em si. -----

----- Para terminar, deixou uma sugestão ao Executivo Municipal, que falta ainda um outro



aspeto, que tem que ver com a programação, e os outros espaços, trabalhar-se uma dinâmica que consiga, antes, depois, e também nos dias em que não há estes grandes eventos culturais, permitir uma vida naquele espaço, mais consistente. Realçou que isto não é uma crítica, é uma sugestão, no sentido de se continuar a fazer o caminho que, no seu entender, está a ser bem feito, e para ele, o investimento que é feito no cartaz cultural é mesmo investimento, não é despesa. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor membro da Assembleia, Nuno Barata e de seguida deu a palavra ao Senhor membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – fez suas as palavras do Senhor Membro Marco Alves, no sentido, de que não evitará falar ou de se cala, sobre todas as situações ligadas ao Concelho e ao bem-estar dos Oliveirenses. Afirmou, que ia passar, quer gostem, quer não gostem, a fazer perguntas para não ser mal interpretado e eventualmente desmentido e, portanto, a partir daquele momento, não fará afirmações, mas sim perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A primeira pergunta, está relacionada com a apreciação da Informação acerca da Atividade Municipal nas páginas seis, sete, oito e nove, expropriação amigável da ampliação na Zona Industrial de Vila Verde Norte, ampliação industrial de Bustos, e requalificação da Rua da Banda Filarmónica, na Mamarrosa. Mencionou, que os valores pagos por metro quadrado variam entre um euro e noventa cêntimos, e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos, sendo que, na compra do terreno da Mamarrosa, o valor de metro quadrado foi sensivelmente vinte euros, valor atribuído a dois terrenos doados e um comprado, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara, que informe a razão destas diferenças do valor por metro quadrado. -----

----- Na página onze, no contrato de empreitada de execução de passeios no Concelho, no valor de dezanove milhões novecentos e noventa e um mil e treze euros mais IVA, solicitou



informação sobre em que freguesias e ruas vai ser executada esta empreitada. Nos contratos de empreitada, limpezas de cursos de água e rede hidrográfica, no valor de trinta e nove mil cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos, mais IVA, solicitou informação sobre a localização precisa dessa empreitada. No contrato empreitada, expansão norte da Zona Industrial de Vila Verde, anúncio de procedimento 15224/2021, de três de dezembro, questionou se o valor de dois milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e cinco euros, mais IVA, tem a ver com o valor do anúncio de três milhões e dezanove mil euros. -----

----- Mencionou, que a bancada do Partido Socialista estranhou que a informação relacionada com a aquisição amigável do Instituto de Promoção de Bustos, SA, não tenha tido direito a um ponto específico e objetivo na informação da Atividade Municipal dada pelo Senhor Presidente da Câmara, levando-os a pensar que todo o processo terá que ser objeto de esclarecimentos mais precisos, pelo que iria entregar, no final da sua intervenção, ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, uma proposta para ser discutida e eventualmente votada. - -----

----- Na página catorze, referente ao processo trinta e dois de dois mil e vinte e dois, questionou ao Senhor Presidente da Câmara, como é que o ofício de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, tenha dado origem a um despacho da Câmara, referente à alteração do horário de funcionamento, que tem a data de catorze de dezembro de dois mil e vinte e um. ---

----- Questionou ainda, o Senhor Presidente da Câmara, sobre quem solicitou o levantamento topográfico de pormenor da Extensão Educativa Frei Gil, a quantos lotes vai dar origem, quantos artigos urbanos e rústicos, se já foram inscritos nas matrizes prediais, solicitando as respetivas avaliações, e ainda, o que foi feito na Conservatória Registo Predial. -----

----- Acerca do Posto Territorial de Oliveira do Bairro da GNR a bancada do Partido Socialista solicitou ao Senhor Presidente da Câmara uma explicação objetiva dos motivos que levaram a novas correções no projeto de arquitetura, uma vez que estas irão provocar um atraso



significativo na data do início das obras de reabilitação do edifício da GNR.-----

----- Relativamente à construção do campo de padel, é importante comparar, e naturalmente que não estão contra esta infraestrutura, mas existe aqui uma comparação que julga que o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento, que assinou em trinta de outubro de dois mil e dezoito, o contrato programa desenvolvimento desportivo com o Clube de Atletismo de Oliveira do Bairro, e naturalmente, ficaram inscritas várias obras e vários compromissos, sendo que, até agora, alguns foram, outros não, considerando importante que este Clube seja reconhecido e conhecido, com excelentes resultados a nível nacional, regional e distrital e que possam também obter essas infraestruturas de treino e de competição dentro do Concelho, não sabendo se terá alguma explicação para isso, mas ia deixar uma outra proposta para que seja votada, entregando à Mesa, logo de seguida. -----

----- Referiu-se à Rua das Indústrias, que vai ser requalificada, onde existem seis lagoas, pelo que, continua a questionar, uma vez que aquilo que tem sido explorado pela “Só Argilas”, o que é que a Câmara tem previsto para ali fazer, a nível turístico, ou da utilização daqueles lençóis de água que ali estão, e o aproveitamento que podem ter para o Concelho.-----

----- Por último, quanto ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, informação, se nesse centro ou nouro projeto existe o aprender português como um curso básico de ensino da Língua Portuguesa para Estrangeiros.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira, informando que tinha de terminar a sua intervenção, referindo que já tinha sido avisado, a forma de gerir os tempos da Mesa foi explicada aos Membros da Assembleia, havendo um sinal a meio do tempo e a um minuto do fim, e por isso, teria que concluir a sua intervenção.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que concluía, com certeza. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – Pediu desculpa, mas informou ser esse o procedimento para todos. Agradeceu a intervenção do Membro Acácio Oliveira, dando de imediato, o uso da palavra ao Membro da Assembleia, Carolina Ribeiro. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – iniciou a sua intervenção, colocando duas questões. A primeira, acerca da aplicação de produtos fitofarmacêuticos, apresentada na página vinte do documento da Atividade Municipal, na União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.

----- Mencionou que, conforme afirmação do Senhor Presidente da Câmara, se encontrava em estudo a adoção de alternativas aos produtos fitofarmacêuticos, sem glifosato, pelo que a bancada do PS, gostaria de saber, se estes serão substituídos pelos já adotados em outros Concelhos, Foamstream ou Vapon System, que consiste numa água a uma temperatura elevada e uma espuma biodegradável, feita à base de óleos naturais de plantas e açúcares, ou se se trata de outro método, que desconhecem, congratulando desde já esta medida, referindo ainda, que também o Partido Socialista o integrou no seu plano eleitoral para a União de Freguesias, e que será um passo em direção a uma grande melhoria para a saúde ambiental. -----

----- Em segundo, questionou acerca da carta educativa para o Concelho, que é referida na página trinta do documento, uma vez que esse documento é de enorme interesse para a educação, ainda que tenha vindo a ser protelado ano após ano, visto que a carta educativa em vigor, data do ano de dois mil e sete. Assim sendo, questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a sua conclusão e apresentação à Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Municipal, Carolina Ribeiro, e de seguida deu o uso da palavra ao Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** - esclareceu que neste período, tinha um conjunto de considerações e questões a colocar, em relação à Atividade Municipal que foi apresentada.

----- Numa primeira nota, referente à empreitada da requalificação da Rua 18 de Fevereiro





e da Rua das Indústrias, onde é referido que a mesma já se encontra concluída, perguntou se efetivamente todos os trabalhos afetos a esta obra estão concluídos ou se há apontamentos ainda a acrescentar a todo este projeto. -----

----- Na página vinte e um, referente a candidaturas, existe uma, relacionada com a rearborização de espaços verdes e a criação de ilhas sombra em meio urbano, pelo que dá a perceber, logo à partida, ser algo de louvar e de encorajar e gostava que se falasse mais acerca deste projeto. Também é referida, a conclusão da construção das ATM's, e em relação a estas duas infraestruturas, queria perceber como se encontra o procedimento, se já há entidades bancárias interessadas naquele espaço, ou como é que depois se dará o devido seguimento. -

----- Referiu a pertinência da ação da campanha de Natal “ofereça um presente ao futuro”, que, com a recolha de quinhentos quilos de papel e cartão permitiu, o não abate de dez árvores, e se, meia tonelada parece muito, dez árvores parece pouco. Referindo que ainda têm um longo caminho a percorrer, mas é necessário continuar com esta dinâmica de insistir. -----

----- Mencionou, que da consulta do relatório, se constata a importância do CLAIM, esclarecendo, que de seiscentos e oitenta e quatro atendimentos na área social, a maior fatia vai para este setor, o que acompanha a aposta e estratégia do Município, na integração de migrantes, que tem vindo a ser feita há uns tempos a esta parte, ainda para mais, das últimas notícias que se tem vindo a ouvir do mundo, é uma aposta que precisamos registar e incentivar.

----- Na área museológica, também na página cinquenta e três, referente à fábrica da Cerâmica Rocha, perguntou quando estava prevista a colocação nesse espaço, do espólio da Cerâmica Rocha, tendo achado algo estranho, e por isso, solicitava um esclarecimento, quanto a não ser possível, de momento, quantificar a evolução do registo de inventário, perceber o porquê dessa afirmação, o que é que estava a acontecer. E também perceber como estava a ocorrer a integração do Museu de São Pedro da Palhaça, na rede de Museus Municipais. -----

----- Transmitiu duas últimas considerações finais, a ver com ao ensino na zona poente,



muito falada no anterior período, informação que consta da Atividade Municipal, e das explicações que se ouviram, falou-se na terminologia de requisição civil, e foi efetivamente um termo usado. Referiu, que a presença das bancadas que estiveram presentes nas reuniões, demonstraram maturidade política, maturidade democrática e envolvimento de todos na discussão dos temas essenciais e estratégicos para o concelho. Mas efetivamente esse início do procedimento foi de louvar, por parte do Presidente da Assembleia Municipal que, sendo logo contactado pela Câmara Municipal sobre esta matéria, questionou a abertura das bancadas da Comissão Permanente nestas reuniões, o que foi logo acolhida por parte do Executivo Municipal e ainda bem, considerando ser assim que se faz política. -----

----- Afirmou ainda, que na segunda reunião que tiveram, este termo foi efetivamente usado, alegando que não era apenas um jurista que lá estava, havia outros, que não estavam no papel de jurista, estavam num papel de política ativa, no exercício das suas funções, mas considerou importante não confundir, porque pelo menos houve duas opiniões que lhe saltaram logo à vista, sobre esta terminologia e esta possibilidade de estratégia, na raiz última de poder acontecer, referindo-se ao Membro Acácio Oliveira, como representante da bancada do PS, e , de uma forma também vincada, o Vereador Paulo Figueiredo, informando logo que isso não era, de todo, possível acontecer. -----

----- Clarificou, que depois houve um trabalho de casa a ser feito, para se esclarecer, somente em relação a essa terminologia, mas reiterou que o PSD não estava contra o ensino na zona poente, querem que o ensino continue, que o Executivo trabalhe de forma afincada para garantir que, no próximo ano letivo, as crianças continuam ali a ter aulas, e aquilo não era contradizer o que quer que seja, porque sabiam muito bem aquilo que queriam. -----

----- Terminou, afirmando que relativamente aos investimentos e ao montante em relação às Zonas Industriais, não significavam concretamente retornos e tudo dependia da estratégia assente na política de atratividade. -----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e para terminar esta ronda de intervenções neste ponto, passou a palavra à ao Membro da Assembleia, Miriam Ferreira. -----

----- **MIRIAM ZULAY PEREIRA FERREIRA** – dirigiu os seus agradecimentos a todos os presentes e um agradecimento especial à Associação que ali os acolhia. -----

----- Continuou por dizer, que as questões que tinha eram simples, breves e de maneira a cumprir o tempo que lhe era dado. Assim, e sendo já do conhecimento geral que a Unidade de Saúde Familiar localizada na União de Freguesias, se encontrava em fase de conclusão da obra, questionou para quando se prevê a sua abertura. Também, no ponto da saúde, perguntou qual o ponto de situação sobre a futura Unidade de Saúde de Oiã e se será enquadrável nos fundos do pacote de recuperação, dita bazuca Europeia. -----

----- Transpondo da saúde, para o desporto, porque são áreas essenciais ao bem-estar dos municípios, salientou que ser de louvar o investimento feito por este executivo na melhoria da zona desportiva, incluindo a conclusão dos campos de padel e muito se congratula com o cuidado que houve, para que estes fossem cobertos. No entanto, questionou para quando o mesmo cuidado com os campos de ténis, salientando que existe uma excelente equipa e uma ótima escola municipal de ténis, mas que, durante o inverno têm graves problemas e grandes dificuldades no seu treino, sendo por isso limitados. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Miriam Ferreira e, concluído que estava este período de intervenções, questionou o Senhor Presidente se pretendia usar da palavra para esclarecimentos, informando que dispunha de vinte e sete minutos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu pelo uso da palavra ao Senhor Presidente da Assembleia. Antes de proceder a alguns



esclarecimentos, passou de imediato a palavra à Senhora Vereadora Lília Águas, para clarificar primeiro algumas questões levantadas, sendo que, depois ele concluiria.-----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – informou que iria tentar ser breve e que tinha três esclarecimentos a prestar. Um, ao Membro Acácio Oliveira relativamente ao CLAIM e aos de cursos português. Dirigiu-se ao Membro, dizendo que se este ler com atenção a Atividade Municipal, iria perceber na página trinta e quatro, são referidos precisamente dois cursos de reconhecimento português, que estão em funcionamento, e se tiver memória, também percebia que, em outras atividades municipais, e já no ano transato, foi realizado um curso de reconhecimento da língua portuguesa não materna para os migrantes, acrescentando que neste momento, estão quarenta migrantes a ter português língua não materna, duas vezes por semana, sendo uma iniciativa naturalmente promovida pelo Município no âmbito do Gabinete CLAIM, em parceria com o Centro Qualifica de Anadia. -----

----- Dirigindo-se ao Membro Carolina Ribeiro, relativamente à Carta Educativa, informou que a mesma se encontra em revisão, como já referido, acrescentando que o projeto de revisão já foi revisto e a Universidade do Porto já enviou a proposta de revisão. Os serviços já acrescentaram todos os esclarecimentos e todas as alterações à proposta de revisão, que está agora do lado da Universidade do Porto e presumem, como estimativa de prazo, que até ao final do primeiro semestre terão a proposta de revisão da Carta Educativa para trazer à Assembleia Municipal. Disse ainda, que nesta proposta de revisão, também já está acautelado, e que tiveram que alterar também, de acordo com as pretensões da inclusão do estabelecimento de ensino a poente, e de outras também, que fazem parte da educação do Concelho de Oliveira do Bairro, porque naturalmente de dois mil e sete até hoje, muita coisa mudou, e ainda bem. -----

----- Para terminar, dirigiu-se ao Membro Álvaro Ferreira, relativamente às questões que colocou da Cerâmica Rocha, esclarecendo que, neste momento são três mil e setecentas peças que possuem, que já há uma atualização, porque muitas peças já estão na própria Cerâmica Rocha, portanto, desde a atividade já lá estão, afirmando que iram fazer uma exposição,



apontando para dezoito de maio, Dia Internacional dos Museus, sendo essa a estimativa e que estão a trabalhar para isso. Saliu-se que se trata de um projeto em parceria com a APATVC, e que estes prazos e timings da exposição também são concertados. Esclareceu, relativamente à questão de não se poder quantificar, se devia ao facto do funcionário que estava responsável pela catalogação e pela composição da exposição das peças, nessa altura não estava ao serviço e, portanto, não poderia prestar a informação, mas no momento já se encontra, e se tudo correr bem, em maio teremos a inauguração da exposição na Cerâmica Rocha. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu a intervenção à Senhora Vereadora Lília Águas, esclarecendo que ia começar os seus esclarecimentos pela ordem das intervenções. -----

----- Relativamente ao ensino e à requalificação da Escola Secundária, referiu que falou com a adjunta do Senhor Secretário de Estado, porque se trata de uma das obras sinalizadas para requalificação, esperando que a discussão das instalações do ensino não trave esse investimento. Dirigiu-se ao Senhor Presidente de Junta, afirmando que estão os dois a lutar para o mesmo lado, e tem a certeza absoluta, nesse e em muitos aspetos, que não existem entraves.

----- Esclareceu, que naturalmente são bem vindas e sempre bem recebidas, sugestões no que toca à utilização de alguns espaços do Quartel das Artes, referindo-se ao Membro Nuno Barata, e que recentemente esteve presente o Senhor Presidente da Junta, ouviu a sua opinião, e considerou que tem que ser fomentados, que o desafio foi lançado a algumas coletividades de Oliveira do Bairro, que tem uma apetência para isso mesmo, mas existe sempre alguma dificuldade em desenraizar as pessoas do seu espaço, é sempre mais difícil, mas, não temos que nos afastar, só porque uns estão na posição e outros estão na oposição. Saliu-se que todos estão pelo bem do Concelho, pelo seu desenvolvimento e para se criarem condições, outros que vierem a seguir, terão melhores condições. -----

----- Relativamente aos investimentos nas Zonas Industriais, em particular a Zona de Vila



Verde e face às questões que foram levantadas, esclareceu que, o processo de expropriação que decorreu, trata-se de um processo de expropriação amigável, até à última instância. Explicou que foi feita uma avaliação, como se compreende, por um perito na área e especializado, assumindo que não poderia ser de outra forma, porque poderá enveredar pela via judicial, como todos sabem. Foram efetuados depósitos na conta das pessoas, há outras que optaram, mesmo já com o depósito efetuado, voltar atrás, e fazer contratos com o Município de forma amigável, o que é perfeitamente normal, não havendo qualquer tipo de problema. -----

----- Declarou ainda, quanto ao que aconteceu, resultou dessa avaliação, assim como para a Banda Filarmónica, assim como todos os processos. Estão presentes os Senhores Presidentes de Junta que já o ouviram falar muitas vezes disso, que quando pede para fazer um trabalho perante as pessoas, perante a população, quando querem ou é importante pavimentar uma estrada, é fulcral que haja uma intervenção. Referiu que as intervenções se tiverem uma cedência, tem que ter sempre uma avaliação por trás, e essa avaliação não tem de ser feita prédio a prédio, é feito para aquela zona e se porventura existir algum tipo de benfeitoria, terá que se avaliar e pagar, dando como exemplo o facto de a pessoa não querer sequer ceder e por isso, pedem sempre a graciosidade. -----

----- Considerou ser uma forma de trabalhar e é assim que deve ser, porque é um bem comum, estão a favorecer toda a gente, mas muitas vezes não acontece. É necessário ter uma avaliação para depois se proceder, de acordo com o interesse público, para chegar a um entendimento e prosseguir com as obras, e essa avaliação tem de ser sempre efetuada, no início das mesmas, antes ou até mesmo quando estamos a projetar, porque senão, depois temos que contar também com esse custo no futuro, encadeando-se isto um pouco também naquilo que se queria referir sobre as Zonas Industriais, em particular pela Zona Industrial de Vila Verde. -----

----- Esclareceu que lançaram um concurso por três milhões e alguns mil euros e a empresa que ganhou, ganhou com uma proposta de dois milhões e meio mais qualquer coisa, mas temos de considerar também os custos com a aquisição de terrenos, já que se compraram mais de vinte



hectares a um preço médio de dois euros e meio, ao qual acrescentam um conjunto de avaliações e de custos, também com eles relacionados e facilmente consultáveis. -----

----- Relativamente à questão e à estratégia do investimento nas Zonas Industriais, deu nota de uma reunião que teve no dia anterior, numa apresentação da CCDRC, com o Senhor Vice-Presidente, na Universidade de Aveiro, onde deu nota do crescimento demográfico e de comportamento demográfico da nossa região, em particular de Oliveira do Bairro. Face a isto, será uma curiosidade, que o Município de Oliveira do Bairro daqui a dez anos será aquele, face às características migratórias, face a um conjunto de situações, terá maior população ativa, sendo curioso, porque será o único com crescimento positivo. Isto cria-se com condições, com estas atitudes que se tomam, num conjunto de áreas, se calhar, felizmente, há um tempo atrás, à dois ou três anos atrás, que a migração tinha que ser uma aposta no Município, para conseguir ter mão de obra, para que efetivamente fosse possível fazer um conjunto de outras situações. -----

----- afirmou que, para as Zonas Industriais crescerem, é necessário haver mão de obra e outras condições, e que estariam a reunir muito boas condições para as apostas em curso. As perspetivas para daqui a dez anos, também demonstram que essas condições estão a ser reunidas, que terão a tendência da evolução demográfica e da estrutura etária da pirâmide, a aumentar para idades maiores. -----

----- Esclareceu que falaram sobre diversas questões, nomeadamente a habitação, o que se está a oferecer, como se está a recuperar, a questão das casas devolutas, sendo as estratégias de cada um dos Municípios unânimes e idênticas, que ninguém quer roubar um lado ou outro, têm de se reunir condições no Município para aflorar estes investimentos. -----

----- De seguida, dirigiu-se ao Membro Marco Alves, para referir que na Palhaça já têm uma parte substancial de terrenos adquiridos. Disse ainda, que o Senhor Vice-Presidente Jorge Pato, anda há algum tempo a tentar negociar a abertura e a entrada da Rua do Paraíso para a Zona Industrial, que entendem ser fulcral para o desenvolvimento o que já lá existe, estando a



desenvolver os projetos, tendo sido um dos desafios lançados, pelo que, conta ficar com a discussão do PDM concluída, para avançar já com os técnicos, para o desenvolvimento do projeto, para lançar a concurso, e também as obras, em Vila Verde. -----

----- Na Zona Industrial de Bustos, referiu que também andam a adquirir terrenos e na de Oiã, sempre foi essa a estratégia, sempre foi isso explanado, não estão a mudar, sobre qualquer tipo de circunstância, sendo uma postura bastante concreta, com avaliações constantes dos terrenos, para que seja feito sempre de uma forma justa, e para que tenham sempre todas as ferramentas para não deixar parar o investimento. -----

----- Relativamente às questões dos resíduos, quis deixar um esclarecimento, mostrando a sua preocupação, porque apesar do esforço que tem sido feito a nível da comunicação, no que toca aos resíduos verdes, ficou com a sensação, não querendo de forma alguma que o Membro Ricardo Regalado ficasse melindrado com o que ia dizer, mas o Membro era um de muitos dos Municípes, que ainda não conseguiu entender, que possuem o serviço, pediu que não levasse a mal, assumindo que podia ser uma falha, mas não estavam a conseguir, apesar serem feitas várias campanhas de sensibilização, deixando bem patente, que têm o serviço incluído como se dos monos se tratasse, ou seja, em casa, se tiverem folhagens ou ramos, podem telefonar para os serviços, que eles iriam recolher, em data e hora marcada com o Município. Saliou que existe esse serviço e, não obstante isso, também estão a preparar, para situações maiores, essa mesma recolha. Gostaria muito de lançar o desafio de se transmitir isso mesmo, de que esse serviço existe, não havendo necessidade nenhuma de se colocar no contentor, porque todos estão a pagar um serviço para que ele exista dessa forma. -----

----- Posteriormente, dirigindo-se ao Membro Nuno Barata, disse a aposta será num reforço, para o dobro da existência de mini ecopontos nas habitações. Tem sido feito de forma gradual, lançaram um novo concurso, para aumentar a recolha para o dobro, o que será feito por patamares, têm os equipamentos para distribuir, sendo a intenção simples, retirar os ecopontos que conhecem, e que verificam ali e ao mesmo tempo também de suprimir, tentando reduzir os





locais para resíduos normais, porque se estão a apostar numa recolha seletiva, de certeza que as pessoas nas suas casas estão a fazer já essa distribuição, ou seja, vão produzir menos lixo comum, pelo que, se pagará menos, não só no aterro, mas também na recolha, porque funcionam os dois, por produção de peso, considerando ser esse o caminho. -----

----- Respondeu às questões do Membro Francisco Oliveira Martins, dizendo que na parte industrial existe um caminho que foi feito e está a ser feito, quase que sem a intervenção municipal, porque já existem regras muito apertadas no que toca a estas matérias ambientais.

----- Referiu que hoje, os Municípios têm uma palavra muito mais importante a dizer e tem-no feito, mas acima de tudo, este tratamento de resíduos já é quase mecânico das próprias empresas, existem organismos paralelos que já fazem essa recolha, aliás, o mercado da recolha de resíduos é um mercado bastante apetecível, existem players, passando a expressão, ou seja, hoje a colocação de resíduos por parte de uma empresa num local menos próprio, faz com que haja um desperdício para a própria empresa. -----

----- Relativamente às perguntas do Membro Acácio Oliveira, pediu imensa desculpa, mas não conseguiu apanhar nem metade porque não foi perceptível, mas iria tentar responder àquilo que conseguiu entender. Relativamente à Zona Industrial e à Banda Filarmónica já tinha falado e relativamente à localização das valas era a vala que ia do Parque do Troviscal até ao Rio Levira, depois a outra, trata-se do Rio Lindo, lateral à linha de caminho de ferro e que também vai até ao Rio Levira, depois da Seara até ao Rio Levira, Rio Ervedal, e depois algumas valas no Repolão, quase nas traseiras dos Atómicos, porque apesar das obras que efetuaram, essa vala não estava incluída nas obras, para a zona do Parque do Ribeirinho e também mais uma vala lateral, que é paralela ao próprio Rio Levira. -----

----- Disse que isso era uma primeira fase, sendo intenção de prosseguir para outras valas que também existiam no Concelho, não obstante, uma intervenção também já foi feita recentemente na vila da Palhaça, com a ligação também a uma vala paralela que existe e que



divide os Concelhos de Oliveira do Bairro e de Vagos.-----

----- Relativamente à questão de Bustos, de as obras estarem concluídas ou não, esclareceu que a empreitada mãe está concluída, entendeu o Município que, face às características nomeadamente na Rua das Indústrias, devia encerrar como estava, e abrir uma nova empreitada para prolongar mais até ao final da mesma, mais para a zona a nascente, já foi a concurso, estando em fase de adjudicação e também, prolongar a entrada mesmo do Concelho, sendo alguns metros, entendeu-se que devia ficar a entrada do Concelho completa e terminada no que a esse aspeto diz respeito. -----

----- No que toca aos arranjos florais que existem no próprio arruamento, pensando que era a isso que o Membro se estava a referir, disse que estão a ser feitos porque ficaram já definidos que seriam feitos pelos serviços, porque pretendiam aproveitar os materiais que são ali produzidos, nomeadamente os resíduos das cerâmicas ali localizadas. -----

----- Relativamente às lagoas, explicou que a APA recentemente definiu um conjunto de obrigatoriedades e elas estão sinalizadas como meios para combate a incêndios, são de foro privado, não são do foro Municipal e é de acordo com a APA, que têm trabalhado no que toca a estas questões, referindo que a verdade é que, neste momento, a APA está mais preocupada com a sustentabilidade das questões hídricas. Lembrou que o Parque dos Pinheiros Mansos veio dar também uma possibilidade desta recuperação e utilização de outros meios, nomeadamente, a acumulação de águas porque o Município vai, este verão, face à escassez que existe de água, utilizar a água da Lagoa, uma vez que já a utiliza para a rega do estádio, para toda a rega que existe, quer na Alameda, quer junto aos Paços do Concelho, explicando que toda ela vai ser bombeada dali de baixo, porque prepararam um poço lateral exatamente para fazer a exploração naquele local, e não prejudicar a utilização do mesmo. Se baixar o nível da lagoa, será por essa utilização ali, e certamente, que com algumas chuvas se irá repor.-----

----- Relativamente à utilização de fitofármacos referiu, que de facto, o Município já tenta



utilizar, ao máximo um conjunto de meios para evitar os fitofármacos, sendo estes atualmente controlados. Esclareceu, que há tecnicamente pessoas que acompanham e limitam a utilização dos glifosatos, acrescentando que aquilo que é utilizado, é o recomendado, já é muito mais amigo do ambiente do que outrora se utilizava, e que criaram alguns locais para a sua preparação e lavagens. Deu nota que o Concelho de Oliveira do Bairro e a União de Freguesias, de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, são os únicos que possuem autorização para a aplicação, sendo dos poucos na região de Aveiro, que possuem a referida autorização, ou seja, que cumprem as regras, que podem utilizá-los e aplicá-los. -----

----- Esclareceu que, apesar de não quererem utilizar herbicidas, os que são utilizados já são recomendados, referindo que também conhece as técnicas que a Carolina Ribeiro falou, que recentemente tiveram uma demonstração no Município, mas infelizmente, não funcionam, podendo ser utilizadas, mas em cinco ou seis dias, voltam as ervas outra vez, até porque o calor colocado, não atinge a raiz, sendo mais eficaz o corte com uma roçadora, do que propriamente a aplicação do calor, não tendo ainda conseguido uma evolução muito grande, esperando vir a tê-la e será para aí que caminham. -----

----- Relativamente às ATM's, esclareceu que tinha terminado naquele dia o concurso para as entidades bancárias se candidatarem e não sabia precisar quem ganhou, esperando que o Membro compreendesse. -----

----- Quanto à requalificação de espaços verdes e espaços de sombra, assumiu que é um projeto próprio que vem no âmbito do PRR, essencialmente para a zona da cidade ou alguns espaços que têm características para poder colocar espaços sombra, estando o Município a estudar alguns deles, nomeadamente, na Zona Industrial de Vila Verde, como exemplo o "olho" pedindo desculpa pela expressão, que existe mesmo junto à rotunda, como sendo um dos locais hipotéticos que podem vir a colocar, junto no espaço que é de domínio privado do Município na zona do Sobreiro também e podem vir a desenvolver projeto para a área da Tojeira naquele espaço enorme que existe e que são terrenos municipais que estavam previstos para vir a ser



colocados e adensar a nível da floresta. Deu nota que são estes que estão a estudar para aproveitar nesta cena, até porque têm feito investimento também em alguns terrenos já no adensamento florestal, nomeadamente no topo e na lateral da Escola Secundária, sendo visível por todos o trabalho que lá se efetuou, exatamente neste âmbito do adensamento florestal, do aproveitamento e da reflorestação, o que também se deve dar como exemplo, principalmente com as espécies que se têm lá colocado.-----

----- Para terminar, referiu-se às USF's e disse que, de facto, a Unidade de Saúde Familiar de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, estaria quase concluída, também nos últimos pormenores internos, pelo menos foi o que a Engenheira Patrícia transmitiu nos dias anteriores, os equipamentos estarão todos adquiridos, num processo bastante acelerado, prevendo no mês de abril, início de maio, para estar a funcionar. Assumiu que estão a fazer todas estas fases de limpeza, de testes e essas circunstâncias, e como se recordavam na Palhaça, entenderam retardar para se poder fazer todas essas fases de testes e preparar tudo convenientemente para abrir e entrar em funcionamento, porque foi uma conversa que tiveram com a saúde e não poderia ser de outra forma.-----

----- No que toca a Oiã, quanto ao PRR, disse que era um projeto do Município avançar imediatamente com os projetos, estando isso claramente definido. Aliás, já solicitaram o programa funcional à saúde, exatamente para começar a desenhá-lo e a arrancar com tudo como fizeram com as unidades de saúde, quer da Palhaça, quer de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, e tal como conversou há alguns dias com a Presidente da CCDRC, é que estarão preparados para colocar no PRR , ou para colocar no 2030, mas se for colocado num lado ou noutro, vão avançar com a obra de certeza absoluta, como fizeram sem financiamento para a União de Freguesias Bustos, Troviscal e Mamarrosa.-----

----- Aproveitou para informar todos os presentes, que foi com muito agrado que recebeu naqueles dias, a proposta de atribuição de cerca de setecentos e alguns mil euros de financiamento, encontrando-se na análise preliminar, na entrega de alguma documentação para



a União de Freguesias Bustos, Troviscal e Mamarrosa que, como todos sabem começaram com ela, com zero de financiamento. -----

----- Para terminar, referiu que o financiamento na Zona Industrial de Vila Verde é cerca de um milhão e oitocentos mil euros, para a obra, incluindo os projetos, e a obra vai custar dois milhões e meio, estava incluído na revisão orçamental e bastava dividir porque a obra será feita metade este ano, e espera que a outra metade seja no próximo ano, se tudo correr bem. Acrescentou ainda que ela deve estar a seguir para visto do Tribunal de Contas, porque foi recentemente adjudicado pelo Município em reunião de executivo. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e pronunciou-se sobre as propostas que o Senhor Acácio entregou à mesa, disse que, relativamente às mesmas, a mesa não as poderia acolher, atendendo ao período da ordem de trabalhos, o Senhor Acácio como deve saber, o próprio Regimento determina que este tipo de propostas, sejam apresentadas no período antes da ordem do dia. Acrescentou também que, relativamente a uma das propostas onde têm um propósito, que não faz qualquer sentido, porque é um direito dos Membros da Assembleia, com o propósito de exibir toda a documentação e atos praticados até à presente data, relativamente à resolução em tempo útil da abertura do ano letivo da escola E.B.2,3. a poente do Concelho. Dirigiu-se ao senhor Acácio, Senhor Membro da Assembleia Municipal, dizendo que é um direito que lhe assiste, bastando para isso requisitar ao Presidente, não é preciso fazer uma proposta, é um direito que está consagrado, quer na lei, quer no Regimento, pelo que se pretender consultar, ou dependendo também do tamanho da documentação, será facultada, via digitalmente a própria documentação. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – interrompeu a intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para dar um pequeno esclarecimento que considerou importante, para estas questões que têm sido recentemente levantadas no que toca ao RGPD. Alertou não só o Senhor Presidente da Assembleia, sabendo



que é bastante sensível a isso, mas os Senhores Membros, porque cada vez mais, a quantidade de documentação que facultam tem que ser tratada e tem de se ter muito cuidado.-----

----- Referiu que gostaria que se fosse sensível a isso, clarificando que, naturalmente o Município tem toda a disponibilidade para junto da Mesa, tentar esclarecer ao máximo toda esta informação que é disponibilizada, para que não exista aqui, agradecendo ao Senhor Presidente por lhe ter dado aquela oportunidade, qualquer tipo de mal entendidos, acerca de, poder ou não se poder disponibilizar informação, achando muito importante, e que se tenha consciência disso, face a todas as novas regras que surgiram e que estão em vigor. Acrescentou ainda, ser muito importante que fique salvaguardado também os direitos dos Senhores Membros, salvaguardando, naturalmente, todo o direito à informação que todos temos.-----

----- Pediu uma vez mais desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por ter feito aquela observação naquele momento, mas queria que entendesse que a achava muito relevante.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Presidente, afirmando que todos na Assembleia teriam em boa conta, aquilo que o Senhor Presidente tinha acabado de referir. -----

----- Posteriormente, dirigiu-se ao Senhor Acácio, esclarecendo, relativamente às propostas, não as poderia aceitar, sugerindo relativamente a uma delas, que o assunto seja abordado primeiro na Comissão Permanente. Mencionou que era apenas isto que lhe podia dizer, que as propostas nem poderiam ser apresentadas neste ponto, não estava a fazer qualquer juízo de valor sobre as propostas, era apenas dizer aquilo que é, e o que está definido no próprio Regimento, questionando o Senhor Acácio se pretendia dizer algo sobre aquilo que tinha acabado de referir.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e porque este não tinha ouvido algumas questões, para voltar a colocá-las e depois



falaria sobre as propostas, muito concretamente sobre elas e da forma como as voltariam a apresentar. -----

----- Começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara não ouviu, naturalmente, porque há a necessidade de colocar as questões mais rápidas, mas haviam três questões que os Membros da Assembleia do Partido Socialista gostariam que falasse, sobre os levantamentos topográficos e sobre os lotes, sobre os artigos rústicos, as inscrições matriciais e também respetivas avaliações, bem como o registo na respetiva conservatória, também sobre a elaboração do projeto de execução de obras da GNR, em que diz que houve necessidade de mudar, por motivos que levaram a novas correções do projeto de arquitetura, uma vez que estas irão provocar um atraso significativo na data do início das obras de reabilitação da GNR, não sabendo se estas correções ao projeto de arquitetura, vão implicar ou não morosidade na conclusão. A última questão estava ligada ao campo de padel e à sua cobertura, em comparação com aquilo que tem a ver com o local e, portanto, se efetivamente não deve considerar o contrato-programa desenvolvimento desportivo assinado a trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, com tudo aquilo que diz e está consignado no plano de desenvolvimento desportivo que está anexado a esse contrato-programa de desenvolvimento desportivo, não sabendo se vem em detrimento ou não desta infraestrutura, mas entendem que deverá dar-lhes alguma explicação sobre aquilo que o executivo pretende sobre o desenvolvimento deste clube, que tantas conquistas tem dado e tanto mérito tem recebido no desporto nacional, distrital e também local.

----- Em relações às propostas, afirmou que iriam colocá-las novamente na próxima Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia, como o Regimento assim o indica. --

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia e questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse



que pretendia usar da palavra, pelo menos para tentar responder às questões, tendo-se lembrado de mais uma que tinha sido levantada e que também não tinha respondido. -----

----- Relativamente aos passeios referiu que são junto à Câmara Municipal e na Zona Industrial de Oiã, zonas que não estão construídas e que tem que ser construídas, que já deviam estar feitas e algumas delas estão paradas há vinte anos. -----

----- Em relação ao projeto da GNR, quis relembrar todos que o Município fez um protocolo com o Ministério da Administração Interna para o desenvolvimento dos projetos, dando nota que o Município desenvolve os projetos, mas quem os fiscaliza, quem dá opinião, quem mexe neles para trás e para a frente é a GNR e o Ministério da Administração Interna. Explicou que as alterações são feitas pelo Ministério da Administração Interna que, entretanto, alterou algumas questões e que não está nas mãos do Município conseguir mudar ou alterar desta forma o projeto. Acrescentou ainda que, e isto é replicado na saúde e, daí que quererem mudar, alargar e fazer mais desta forma ou mais daquela, mas têm que seguir o programa funcional. Por isso é que teve o cuidado de referir o programa funcional, que é o que se pretende, que dimensões, se se pretende desta forma ou se se pretende daquela, alertando que quem vai pagar a obra é o Ministério da Administração Interna. O Município só vai fiscalizar a obra e, como tal, só é o veículo, Disse ainda que se não nos disponibilizarmos, por vezes, para ser o veículo nunca teremos a obra e foi isto que o Município se predispôs a fazer, aproveitando, o Sr. Presidente da Câmara, uma visita do Senhor Secretário de Estado a Anadia, para lançar a escada e também para fazer a requalificação do quartel da GNR em Oliveira do Bairro. -----

----- No que toca aos levantamentos topográficos, disse que continuava sem perceber, pensando que se estava a referir aos levantamentos topográficos no Frei Gil, e claro que tiveram que o fazer e naturalmente, tiveram que avançar com um processo de avaliação, tendo ido lá um perito avaliar, pormenor a pormenor, linha a linha para poderem fazer uma proposta que seguiu na sexta-feira anterior para a DGAL, com todos os pressupostos, e que foi aprovada pelo executivo na reunião de executivo. Esclareceu que não é por causa de nenhum loteamento e





para além do trabalho que já tinham efetuado, tiveram de ser tão pormenorizados de forma a que salvaguardassem o que todos têm medo, ou seja, que o processo fosse todo certinho para a DGAL, porque é essa a intenção e tem que ser dessa forma, naturalmente. Complementou dizendo que se a sua preocupação era sobre as questões do eBUPI, têm também feito dezenas de levantamentos, e Oliveira do Bairro é dos Municípios que mais tem trabalhado no eBUPI, por força também dos técnicos e do entusiasmo deles mesmos porque são muito entusiastas sobre esta matéria e isto é uma ferramenta extraordinária para os Municípios, em particular na parte rústica. - .....

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção do Senhor Presidente para pedir a conclusão da intervenção.....

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que tinha concluído e mostrou-se disponível, como sempre, se o Senhor Acácio quisesse ter mais informações.....

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Presidente e deu por concluído este ponto, dirigiu-se às Senhoras e Senhores Membros da Assembleia informando que eram vinte e três horas e quatro minutos e factualmente, não iriam conseguir concluir nem o ponto e muito menos o resto da ordem dos trabalhos. Nesse sentido, deu por encerrada a reunião, recordando ainda todos os membros da Assembleia que a realização da segunda reunião da sessão, conforme convocatória, estava prevista para o dia seguinte no mesmo espaço e à mesma hora.....

----- Antes de interromper os trabalhos, e até porque houve lugar a uma deliberação, questionou os membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse em minuta a deliberação tida naquela reunião para dar seguimento ao assunto da mesma. ....

----- Não havendo nenhum membro que se opusesse, considerou-se aprovada em minuta a



deliberação tomada, e concluiu dizendo que dava como interrompida a sessão nos termos previstos no Regimento, desejando a todos um resto de boa noite, com um bom regresso a casa.

-----  
-----  
----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, convocada para o dia vinte e quatro de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** e **ELISABETE RESTE REI**. -----

----- Para além do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo. -----

----- Eram dezanove horas e vinte e cinco minutos, quando foi declarada aberta a Sessão.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - Após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, informou que uma vez verificada a existência de quórum entre todas as bancadas, estando assim assegurada a sua representatividade, deu início aos Trabalhos da segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal, nos termos do Regimento em vigor. -----

----- Deu, de imediato, o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, a fim de verificar a presença dos Membros da Assembleia Municipal. -----



----- Efetuada que foi a chamada, verifica-se a ausência do Membro Luís Sérgio da Silva Pelicano, que será substituído pela Membro Jéssica Dias, a ausência da Membro Miriam Zulay Pereira Ferreira, que será substituída por António Pato, a ausência do Membro João Diogo Vitória, que será substituído por Lília Tavares e a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Bruno Seabra, que será substituído por Valter Matos . -----

----- Informou que chegariam mais tarde aos trabalhos da presente reunião, a Membro da Assembleia Lília Tavares e o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Vela.

----- Verificou também que estavam presentes o Presidente da Junta da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, Acílio Santos Ferreira e o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, Luís Miguel Barros Ruivo. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Primeiro Secretário e deu nota que o Senhor Presidente da Câmara, no final da reunião do dia anterior, informou a mesa que, por motivos pessoais, não estaria presente naquela reunião, que seria representado pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pato. -----

----- De seguida, retomou o quinto e último período da ordem de trabalhos, a ordem do dia com o seu ponto **5.2 - Primeira alteração ao Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro** e questionou o Senhor Vice-Presidente se pretendia usar da palavra para apresentação do mesmo.

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – cumprimentou todos os presentes e dirigiu uma palavra de agradecimento à Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, pela cedência do espaço. -----

----- Referiu que este ponto era o culminar de um trabalho de quase três anos, de um processo burocrático relativamente moroso e embora não se tratasse de uma revisão do PDM, apenas de uma alteração, a complexidade foi alguma. Esta alteração decorreu da necessidade de atualização de várias realidades, nomeadamente da alteração legislativa que terminou com o



solo urbanizável e que passou a ser só rústico ou urbano com a necessidade de integração do Plano Municipal de Defesa da floresta contra incêndios, com a introdução do Plano Operacional Municipal, alteração de várias regras que, ao longo dos últimos anos, se vinham mostrando desadequadas ou seja, foi um conjunto de situações em que houve necessidade de alterar e o enquadramento legislativo permitiu, sendo isso que está em questão. -----

----- Admitiu que não foi um processo fácil, debateram-se com alguns problemas, nomeadamente a intransigência de algumas entidades, as exigências ambientais também foram muitas e a burocracia inerente a estes processos é notória e evidente. Entretanto, decorreu o período de consulta pública, em que tiveram cerca de seis dezenas de participações, algumas atendidas, a maioria não devido à intransigência das entidades, mas garantiu que se fez o possível. -----

----- Deixou também uma nota de agradecimento pelo excelente trabalho e esforço enorme das técnicas municipais envolvidas, a Dra. Joana Almeida e a Dra. Graça Gonçalves, que foram sempre lideradas pela Dra. Isabel Simões e que fizeram um excelente trabalho e permitiram concluir este processo muito a tempo em relação aos prazos e muito à frente da maior parte dos Municípios, afirmando que todos os documentos foram entregues e mostrou-se disponível para todos os esclarecimentos necessários. Pensa que, em termos de votação que não suscitará grandes dúvidas, até porque o Município precisa dessa alteração para resolver um conjunto de situações urbanísticas que estão pendentes e, portanto, pareceu-lhe que não há justificação nenhuma para não se aprovar um documento que é essencialmente técnico, que passou pelo crivo de todas as entidades e pelo corpo técnico, permitindo ao Município também melhorar muito nesta área urbanística. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, deu nota da chegada da Senhora Membro da Assembleia, Lília Tavares, e de imediato abriu o debate sobre o ponto, questionando os Membros da Assembleia se pretendiam inscrever-se para intervir neste ponto.



----- Verificadas que foram três inscrições, por parte da Senhora Membro Carolina Ribeiro, do Senhor Membro Acácio Oliveira e do Senhor Membro Álvaro Ferreira, dando de imediato a palavra ao Membro da Assembleia, Acácio Oliveira-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – cumprimentou todos os presentes e apenas deixou uma pergunta ao Senhor Vice-Presidente sobre as vantagens ou desvantagens que esse plano, que se entende como uma “parte obrigatória”, traz para o Município, se ele tem algo de negativo, e se as alterações vêm em benefício do Município. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira, e de seguida passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente pelo uso da palavra e cumprimentou todos os presentes. Começou a sua intervenção com a temática sobre a alteração do PDM dando uma primeira nota de destaque, e antes de qualquer análise profunda, de que esta alteração vem no sentido de o Executivo Municipal continuar a dar o mesmo seguimento clássico de procedimento, para que os Vereadores eleitos e sem pelouros, a oportunidade de não conseguir analisar documentos estruturantes para o concelho em tempo útil. -----

Voltou a afirmar que quando a entrega atempada deste tipo de documentação é feita, permite haver uma discussão mais rica e sustentada, fortalecendo os valores do sistema democrático e foi até mesmo nesse pressuposto que os Vereadores apresentaram logo no início do mandato, um conjunto de sugestões para melhorar o trabalho do Executivo Municipal, referindo que a não concretização dessas sugestões e não possibilitação de uma análise séria e cuidada que o documento merecia, levou ao voto contra por parte dos Vereadores neste ponto. -----

----- Contudo realçou o facto de, depois da reunião de Câmara, ter havido uma reunião entre a Permanente, a Mesa, Vereação, Presidentes da Junta de Freguesia, Senhor Presidente da



Câmara Municipal, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a chefe de divisão para ser apresentado o documento e esclarecer possíveis dúvidas, momento sempre positivo, de enorme sinal de abertura e de maturidade democrática entre todos os envolvidos. Referiu que conforme aquilo que lhes foi apresentado, e de forma resumida, as alterações constantes do documento ora em análise prendem-se com a necessidade de adequar e adaptar a classificação e qualificação do solo às alterações legislativas, ajustar o sistema de infraestruturas da realidade atual, proceder a acertos cartográficos por adaptação, realidade cadastral, bem como efetuar pequenos ajustes ou adaptações que não colocam em causa o modelo territorial definido para o concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Referiu que no meio deste enquadramento a alteração que mais foi vincada e que mais se comunicou foi a consolidação das Zonas Industriais, integrando as áreas de ampliação já previstas em dois mil e quinze na revisão, como espaço de atividades económicas, estando agora legalmente protegidas conforme a legislação em vigor, contudo continuam ainda à espera de ver vertido um plano de estratégias de desenvolvimento económico. Disse que outro dado importante desta alteração tem a ver com o novo troço para a ligação ao acesso à A17, dando a maior proximidade das Zonas Industriais da Palhaça e de Bustos, a adequação de vias em zonas de enorme sensibilidade das diferentes freguesias do concelho, bem como ajustar a implementação da circular externa em função da morfologia existente. -----

----- Relativamente a esta temática em particular fez duas questões, a primeira se já existem conversações com a Câmara Municipal de Vagos sobre a implantação desta via ou de outras e a segunda se a circular externa proposta coloca em causa uma melhoria ou não de acessibilidade, a pretensão de acesso ao nó da A1. -----

----- Para além disso, reparou também no desaparecimento das propostas de implantação de Zonas Industriais existentes na revisão de dois mil e quinze, uma no lugar do Barreiro, Bustos e outra na Mamarrosa. Nessa alteração, essas áreas aparecem agora classificadas como espaço agrícola de produção, o mesmo acontecendo com o lugar do Portinho de Mamarrosa, onde em



dois mil e quinze, neste espaço, estava prevista a possibilidade de implantação de uma zona residencial. A justificação que é dada no relatório de fundamentação é a mesma, ou seja, nestas zonas não estavam reunidas as condições para continuar a haver a mesma classificação, apelando a um melhor esclarecimento sobre estas a situações que acabou de referir. -----

----- Reparou também na inclusão de imóveis de interesse patrimonial, na planta de ordenamento de elementos patrimoniais, havendo agora salvaguarda Coreto de São Pedro da Palhaça, da Caleira das Cales em Malhapão, do pombal da antiga Quinta do Salão em Águas Boas e do fontanário das obras públicas, na Mamarrosa. -----

----- No mesmo sentido, disse que a alteração do regulamento, nomeadamente o artigo 21º em que é estabelecido que, sempre que haja revolvimento de solos em todas as igrejas, capelas e santuários, construídos em data anterior a mil oitocentos e trinta e cinco, que é referente à lei de proibição dos enterramentos nas igrejas, assim como dos respetivos adros, ficam condicionados a trabalhos arqueológicos, ignorando todos os espaços religiosos que foram construídos depois dessa data e que foram construídos a partir da demolição dos pré existentes ou enquadrados na zona envolvente desses, o que asfixiava qualquer possibilidade de recolha de informação arqueológica fidedigna, sendo que a proteção e a valorização de pré existências em subsolo não se limitava somente a espaços edificados de cariz religioso, havendo a necessidade de, por exemplo, orientarem este raio de ação para os centros das vilas e para as zonas envolventes dos rios ou outro tipo de especificações inerentes a um estudo específico, que deveria existir neste domínio. -----

----- Referiu que estes apontamentos iam ao encontro daquilo que pensam e que notam na apresentação dos diferentes documentos com a importância como a visão conservadora de curto prazo, existindo até uma certa coerência na gestão municipal liderada pelo CDS PP. Sentem que as propostas de alteração que foram apresentadas não deslumbram nada de impactante para os futuros anos, sendo mesmo uma oportunidade perdida, colocando-se a questão de qual é que será a percentagem de execução das propostas vertidas em PDM, que serão concretizadas nos



próximos anos. Todas estas dúvidas, fizeram com que o PSD não tivesse outra opção a não ser abster-se nesta alteração. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Carolina Ribeiro. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – cumprimentou todos os presentes e deu ênfase de que este tipo de documento é votado numa grande densidade e já por isso, um documento de difícil análise, quando se trata exclusivamente das alterações feitas ao mesmo. Análise essa que ainda é mais dificultada pela complexidade dos conceitos técnicos a ele adjacentes, uma vez que, e limitou-se a falar pela bancada do Partido Socialista, não são de qualquer forma especialistas neste assunto. -----

----- Assim considerou que os esclarecimentos acerca deste documento devem ser feitos de uma forma mais resumida e restringindo-se às suas alterações, critérios de alteração e, obviamente, justificando com exemplos significativos para evitar precisamente o tipo de questionamento que fez, mas continuou a considerar essencial, e por isso questionou quais foram as alterações mais significativas feitas ao PDM, qual foi o critério para estas alterações ao plano e requisitou também exemplos explicativos acerca do que foi alterado, agradecendo desde aquele momento os esclarecimentos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Municipal, Carolina Ribeiro, deu nota da chegada do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Vela e para finalizar a primeira ronda de intervenções passou a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Rita de Jesus, que, entretanto, a pedira. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Cumprimentou todos os que ali se encontravam e dirigiu uma primeira palavra para a reunião que aconteceu entre os Vereadores da Câmara





Municipal, a Mesa da Assembleia e com a chefe de divisão para apresentação do documento e para esclarecimento de algumas dúvidas que surgissem, tais como algumas das questões que a colega que lhe antecedeu colocou, agradecendo e enaltecendo esse tipo de diálogo, que era feito entre as várias instituições, inclusive com os técnicos da Câmara Municipal, que são sempre de enaltecer, porque não são especialistas nem têm conhecimento para analisar realmente um documento assim tão fortemente técnico e que tem tanto impacto naquilo que é o Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Deu nota que este era um dos documentos que servia de base à elaboração de todos os outros planos municipais transversais nas suas várias áreas para Oliveira do Bairro e custalhe ter de ouvir que realmente este PDM, ou algumas alterações que têm vindo a ser feitas, este reajustamento por força da lei ou por força de algumas situações que se foram acumulando, e que havia ali uma abertura na lei de poderem ser ajustadas, realmente disse que não estavam lá vertidas algumas das grandes prioridades para Oliveira do Bairro. -----

----- Referiu que tudo o que seja no sentido de abordar às questões da sustentabilidade e da qualidade do que será o ambiente urbano, as intervenções que se iriam efetuar dentro dos centros das vilas, a parte da reestruturação da via viária, a implicação que a nova lei iria ter na configuração da abertura de novas vias, até da colocação de alguns sinais, estava lá vertido, por isso dizer que não espelhava em nada, quais eram as grandes opções do executivo do CDS, que não estavam lá contempladas algumas das suas políticas a nível de mobilidade, transportes, habitação, a política de habitação local, as intervenções nos centros das vilas estão lá contempladas e, por isso não entende o porquê de dizerem que não estão vertidas e que são conservadoras e de curto prazo, ainda mais com aquilo que foi exposto sobre as intervenções nas Zonas Industriais em Oliveira do Bairro. -----

----- Acrescentou que às vezes custava acreditar que Oliveira do Bairro conseguia marcar a diferença pela positiva em relação aos demais Municípios, não só da CIRA, até da CCDR, mas até a nível nacional. -----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Municipal, Rita de Jesus e concluída a primeira ronda de intervenções, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos que entendesse. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que tinha todo o gosto em prestar os esclarecimentos em tudo aquilo que houvesse. Iniciou o seu discurso, dirigindo-se ao Senhor Acácio, relativamente às vantagens e desvantagens, e previamente quis esclarecer que, apesar de já ter sido dito na reunião de Câmara, na reunião que existiu de esclarecimentos e naquela Assembleia, estão a falar de uma alteração necessária e decorre da lei, não é porque se tenham lembrado de a fazer e não é uma revisão do PDM, é uma alteração e, portanto disse não tem nenhuma desvantagem, apenas o trabalho que deu, o tempo que os ocupou e os meios que absorveu. Quanto às vantagens são várias, nomeadamente a de adequação das regras e da classificação do solo à realidade legislativa e à realidade do concelho e, nomeadamente, a questão das Zonas Industriais, porque permitiu a garantia dos passos para a ampliação das Zonas Industriais que eram solo urbanizável, mas não era garantido que pudessem ser objeto de ampliação das mesmas. Expôs esta como a sua opinião da grande vantagem desta fase, sem prejuízo de um conjunto de pequenas alterações de regras que permitirão melhorar o serviço de urbanismo, no sentido de adequar à realidade e permitir aquilo que muitas vezes o PDM anterior não permitia fazer. -----

----- Relativamente às questões do Membro da Assembleia Álvaro Ferreira no que toca à entrega dos documentos atempadamente, referiu que não queria entrar muito por aí, porque acha incompreensível que se vote contra, porque se acha que não se teve o tempo necessário para ler os documentos, realçando que os documentos foram entregues no devido tempo legislativo. Acrescentou que se na primeira votação, que era a alteração do PDM, chama-lhe a versão provisória, em que efetivamente a documentação era enorme, mas que, na sua opinião era perfeitamente passível de ser lida, então na segunda que decorreu apenas, era a análise da



discussão pública e fala-se das participações dos munícipes, se podia haver alguma desculpa, nesta questão é que não haveria de certeza, já que a documentação não era assim tanta e era perfeitamente possível ter lido. Além disso, disse que os técnicos municipais estão sempre disponíveis, os dossiers estão sempre disponíveis para os Senhores Vereadores esclarecerem as dúvidas e, portanto, não há a mínima razão para votar contra, ainda por cima, porque o voto contra significa atrasar mais o processo e significa prejudicar o concelho, não concebendo que se vote contra e que se contribua para atrasar um documento e um procedimento destinado a melhorar a vida dos munícipes e das empresas com a razão de que não se teve tempo para ler os documentos. -----

----- Afirmou que a questão das vias de comunicação é perfeitamente pacífica, porque todas as Câmaras Municipais vizinhas se pronunciaram sobre o assunto, estão de acordo e, portanto, não houve o mínimo obstáculo em nada e com nenhuma. -----

----- Quanto ao Plano de Desenvolvimento Económico e a sua não inclusão, deu nota que no processo que decorreu de revisão do PDM em dois mil e quinze, também não viu lá Plano de Desenvolvimento Económico nenhum e mesmo que estivesse agora era impossível de incorporar, dizendo que esta pergunta demonstrou que, infelizmente, o Senhor Membro da Assembleia não percebeu qual é a diferença entre uma revisão e uma alteração, porque a alteração do PDM não incorpora alterações estruturais, era para alterações legislativas necessárias e pequenas alterações e a prova disso é que a esmagadora maioria das solicitações dos munícipes que tiveram a ver com questões de alteração de classificação do solo foram recusadas, precisamente porque não houve abertura da CCDRC para mexer e para deixar alterar questões de reserva e perímetro da reserva ecológica. -----

----- Para as questões da Membro da Assembleia Carolina disse que já falou relativamente às alterações mais significativas que é, claramente, a questão das Zonas Industriais, a questão da implementação, e informou que, entretanto, está a ser elaborado o relatório de Estado do ordenamento do território que fará a monitorização e a medição da aplicação das ações à



alteração do PDM. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para o segundo período de intervenções. -----

----- Verificadas que foram duas inscrições, deu imediato a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – apresentou mais uma dúvida, e daquilo que falou com o Senhor Presidente da Câmara em particular, depois da reunião que tiveram na Câmara com a Mesa da Assembleia, referiu que algumas zonas que estavam no Plano Diretor Municipal tiveram que ser retiradas por força desta lei que veio fazer algumas alterações ou algumas exigências. Saliu que as Zonas Industriais são extremamente importantes, e o executivo está a tratar delas muito bem, mas mencionou também que não podem cair outras questões que poderiam eventualmente ser benéficas para o concelho e para os oliveirenses e estavam com algumas expectativas em que, no conhecimento do Plano Diretor Municipal, agora ocorreu uma alteração, pudessem vir no futuro a serem utilizadas e viabilizadas para construção, para outras coisas que eventualmente lá estariam a pensar fazer. Esclareceu que foi por isso que começou por perguntar que prejuízos poderiam advir ou estão a advir desta questão da alteração do PDM.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira e para finalizar a última ronda de intervenções, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – disse que o seu pedido de intervenção vinha no seguimento daquilo que foram os esclarecimentos prestados pelo estimado Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Em relação a esta alteração, a primeira nota que quis dar era de que, efetivamente,



estão a ocupar cargos públicos, não é uma responsabilidade qualquer e todos têm as suas diferentes funções, diferentes competências e, logicamente, que os Vereadores, por muito que estejam com vontade de dizer amen ou não, não podem ir ali votar só porque sim, e têm que votar, porque da forma como eles foram eleitos, apesar do PSD ter perdido, foram eleitos e representam a população, não só quem os elegeu, mas depois do seu cargo todo o concelho naquilo que são as suas competências como Vereadores sem pelouro, e sempre que se fundamenta qualquer tipo de deliberação de forma sustentada, a credibilidade e a pujança que o documento atinge é sempre diferente e é sempre mais amplo. Acrescentou que de uma votação se prejudicou o concelho e até a própria proposta foi deliberada e estavam ali para aprovar o mesmo documento e é numa certa forma, cair em cima a uma posição feita de forma refletida, correta e justa. -----

----- Disse que efetivamente não havia dúvida nenhuma que também cometem erros, e aquando da revisão, porque nunca fazem documentos findos, nem agora nem no futuro vão fazer, não é o facto de não ter existido um plano fundamentado que acompanhasse aquilo que era a ideia do Município relativamente ao espaço de atividades económicas, e não quer dizer que agora na apresentação desta alteração, a intervenção de apresentação fosse diferente. Sabe que, numa alteração ou até mesmo uma revisão, pode não ir *ipsis verbis* nos artigos, no regulamento, no relatório de fundamentação, a estratégia clara e inequívoca, mas a forma como os documentos eram apresentados, a forma como querem esclarecer, e indo ao encontro do que o Presidente da Câmara Municipal disse no dia anterior, que valorizava que o concelho de Oliveira do Bairro daqui a dez anos estaria com mais atividade, com mais população em função de um conjunto de situações, isto tudo ajudava a perceber o caminho que o concelho iria ter e tinham este enquadramento, a consolidação das Zonas Industriais, e questionou o que é que pretendiam. -----

----- Esclareceu que pretendiam investir de forma igual na atratividade em todas as Zonas Industriais, abrir a todos os setores ou querem que Zonas Industriais sejam mais específicas para



um determinado tipo de serviços, ou para outros e para além disto, tudo o resto conseguem atrair, entroncando-se no que o Presidente da Câmara Municipal disse, a nível das políticas de habitação e das políticas de melhoria das acessibilidades. -----

----- Saliu que não se pode esquecer nunca que a condição geomorfológica e natural do concelho de Oliveira do Bairro estava associada a dois polos muito próximos e que atraíam pelas razões daquilo que são os preços dos terrenos, pelas razões das acessibilidades, maior facilidade das pessoas se instalarem pois, estão próximos de Aveiro e de Coimbra. Esclareceu que o que queriam para o concelho de Oliveira do Bairro, de forma específica e clara dos vários setores, e foi por isso que também reforçou aquilo que era a área cultural e patrimonial que estava presente, porque efetivamente aproveitou-se também a alteração e afirmou que, na altura de revisão, as propostas foram apresentadas e não tiveram cabimento, mas agora teve-se esse cabimento nesta alteração, dizendo que achava curioso. -----

----- Acrescentou que se criticou na altura mas agora valorizava, porque elas foram incluídas, as propostas que saíram na altura pela JSD a partir do PSD, mas o que era certo é que este esforço de comunicação de chamar as pessoas, não era só as pessoas entregarem aquilo que são os seus contributos e sugestões para o documento, era caminhar com elas para perceber o verdadeiro alcance que esses contributos têm para o projeto, neste caso para o concelho de Oliveira do Bairro e referiu que era esse o caminho nessa área específica que poderia ser feito e eram estas as balizas e as nuances que faltavam para dar o verdadeiro seguimento a um PDM, a algo concreto que Oliveira do Bairro precisa e necessita de forma urgente. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e, terminado então o último período intervenções, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que apenas tinha duas notas rápidas. Relativamente à questão levantada pelo Senhor Acácio disse que sim,



que efetivamente tiveram uma luta titânica com a CCDR para conseguir manter todas as áreas que pretendiam e em termos de áreas urbanas para a construção de habitação, na situação de solo urbano não foi possível manter todas, porque a CCDR levantou muitas dificuldades em manter áreas que não estão estruturadas e, portanto, onde não há infraestruturas eles entendem que não tem que ser urbano, porque implicará um custo adicional em infraestruturar e entendem que há muito espaço infraestruturado para utilizar e, portanto, algum obrigaram-no a cair, não tanto assim, tendo havido algumas situações pontuais, mas que foram perfeitamente compensadas por aquilo que se conseguiu em termos de perímetro para infraestruturas económicas. -----

----- Relativamente às questões do Membro da Assembleia Álvaro Ferreira esclareceu que não se pretendia, nem nunca se pretendeu que os Senhores Vereadores da oposição digam ámen a qualquer assunto, pretende-se que votem com responsabilidade, favoravelmente a favor dos interesses superiores do concelho. Este documento estava, e foi apresentado de forma sustentada, devidamente documentada, tendo todas as razões para ser votado favoravelmente, não foi, cada um assume a sua responsabilidade, acrescentando que o caminho do concelho é o caminho do desenvolvimento económico e a filosofia base e o principal ganho desta alteração do PDM foi essa e, portanto, é esse o percurso que vão continuar a trilhar. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, e concluído que estava este período de debate e discussão, procederam para a votação do documento do ponto. Antes disso, solicitou ao representante do PSD que chamasse o membro, Nuno Barata. -----

----- Visto que já estavam todos presentes, deram início à votação do ponto **5.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 39.2022|DPGU APRESENTADA PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO – APROVAÇÃO DA PROPOSTA FINAL** -----



----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Maioria, com 14 votos a Favor e 11 Abstenções, dos Membros da bancada do PSD, Carlos Ferreira, Nuno Barata, Almerinda Belchior, Álvaro Ferreira, Sérgio Pelicano, Joana Mota, Ricardo Regalado, João Vitória, Annelise Guimarães, e da bancada do PS, os Membros Carolina Ribeiro e Acácio Oliveira , aprovar a 1.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro – Aprovação da Proposta Final, nos termos da Informação/Proposta N.º 9.2022|DPGU apresentada pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 10 de fevereiro de 2022, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Concluído este ponto, deu início ao ponto seguinte, a eleição do representante ou representantes das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. - -----

----- Esclareceu que como vem sendo habitual neste tipo de deliberações, a proposta apresentada pela Comissão Permanente, após auscultação e concordância dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia e informou ainda que, neste ponto, haverá duas deliberações, a primeira relativa ao número de representantes das freguesias a integrar na referida Comissão, que irá ser votada nominalmente e uma segunda liberação relativamente às indicações dos representantes a integrar na referida Comissão que designaremos por lista A, que irá ser votada por escrutínio secreto. -----

----- Concluído o esclarecimento da Mesa, solicitou à Senhora Membro da Assembleia Rita de Jesus, para apresentar a proposta da Comissão Permanente. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – agradeceu ao Senhor Presidente pelo uso da palavra, mas começou por pedir um esclarecimento sobre se o primeiro momento não seria para definir quantos elementos seriam, para poder apresentar a proposta, uma vez que tinha uma proposta para dois membros, mas se essa proposta não fosse aprovada não podia apresentar esta proposta, salientando que primeiro têm de definir. -----





----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que gostava de saber qual foi o entendimento por parte dos Senhores Presidentes de Junta relativamente a essa matéria. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – explicou que o entendimento que lhe foi passado é que seriam dois membros, ficaria ainda por definir se seriam os dois efetivos ou um membro efetivo e outro suplente, dependendo daquilo que fosse aprovado, pedindo desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, que foi aquela a conversa que tiveram, sugerindo interromper os trabalhos dois minutos, porque era só mesmo a questão de estrutura e semântica.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu que o entendimento que foi chegado por parte de um dos elementos da Comissão Permanente era que o assunto iria ser apreciado pelos Senhores Presidentes de Junta e a proposta era uma proposta única, relativamente a haver um ou dois representantes e as indicações para esses mesmos lugares,

está definido que serão dois membros, a única questão que estava em esclarecimento, e também foi sincera porque não se recorda na documentação ou no tipo de conversa que tiveram, se terão de ser dois efetivos, ou um membro efetivo e um membro suplente, é só essa a diferença que está, porque, de resto, a proposta está definida, será apresentada, mas se serão dois efetivos, são dois efetivos, se não é um efetivo e um suplente, apenas esse entendimento que tem de ser feito. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que tinha que interromper os trabalhos porque estava convicto que a proposta estaria fechada por parte da Comissão Permanente, não estando fechada, teria de interromper os trabalhos para que se proceda à proposta e depois chegue à Mesa para continuar os trabalhos.

----- Após indicação dos senhores Membros Acílio Ferreira e Simão Vela, para a composição



da designada Lista A, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA**, pediu ao Senhor Primeiro Secretário para fazer a chamada. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** informou que os membros da Assembleia iriam receber o boletim de voto à subida para o palco e agradeceu que fossem munidos de caneta. -----

----- Concluída a chamada e a votação do ponto **5.3 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE(S) DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS**, procederam à contagem dos votos.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Foi deliberado, por Unanimidade, determinar a designação de dois representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Foi apresentada uma lista: .....

Lista A – proposta pela Comissão Permanente: .....

Acílio dos Santos Ferreira .....

Simão Moreira Vela.....

Tendo sido: .....

Deliberado, por escrutínio secreto, aprovar a Lista A, com 24 Votos a Favor e 1 Voto em Branco, ficando designados como representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Acílio dos Santos Ferreira e Simão Moreira Vela.

----- Concluído este ponto, deu início ao último ponto da ordem do dia, a apreciação de relatórios anuais dos concelhos e das comissões do Município referentes ao ano de dois mil e vinte e um, referindo que iam apreciar o relatório da Comissão Municipal de Proteção Civil, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Segurança, da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, do Conselho Cinegético Municipal, do Conselho Municipal de Juventude e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Bairro. -----



----- Informou os membros da Assembleia Municipal que a análise e discussão será feita ponto a ponto, dando o uso da palavra aos membros da Assembleia que pretendam intervir e, posteriormente, ao senhor Vice-Presidente, ou quem entender, por conveniente para responder às questões que poderão ser colocadas.-----

----- Relativamente ao relatório da Comissão de Proteção Civil, questionou os membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra. -----

----- Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou que tinham dois inscritos, o senhor Acácio Oliveira e Annelise Guimarães. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu de imediato a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Annelise Guimarães.

----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – começou por cumprimentar todos os presentes e tinha uma pergunta muito simples dirigida ao Executivo Municipal, na pessoa, neste caso, do Senhor Vice-Presidente. Mencionou que este ano tem sido um ano atípico, apesar de ainda só estarem em fevereiro, nomeadamente em relação à falta de água, o que pode daí advir um ano de secas, como já se vivenciou no passado e como já tiveram alguns amargos de boca no concelho de incêndios indesejados, perguntou ao Senhor Vice-Presidente relativamente às bombas de incêndio e manutenção preventiva o que é que tem sido feito, se têm sido feitos testes regulares, se têm sido testadas e qual a periodicidade, salientando que gostava de obter essa informação, se possível. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Annelise Guimarães e deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal pelo uso da palavra, e naturalmente estes relatórios têm sempre grande



importância para a informação anual, mas também disse que a sua apresentação às vezes revela um cuidado especial. Referiu que já tem visto relatórios que realmente aparecem, e costuma dizer que os olhos também comem, também têm o interesse apelativo sobre os relatórios da forma como eles são apresentados, se são a preto e branco, a cores, se tem uma capa, também faz parte do cuidado que devem ter ou que deve ter o executivo na apresentação destes relatórios. -----

----- A questão que se coloca, como dúvida é se na Comissão Municipal de Proteção Civil não deveria referir os elementos que compõem esta Comissão, que não está, podem saber e ir à procura deles, mas se tivessem plasmados, naturalmente, ficariam a saber de todos os elementos que a compõem, dando nota de que noutros relatórios vem, mas neste não vem, não sabendo se foi uma falha ou se foi propositado.-----

----- Falou também numa questão de que no presente Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Oliveira do Bairro está em processo de revisão, dizendo que não sabem se esta revisão vai ter de ser extensa, vai ser prolongada, se vai ser curta, se já está concluída, porque não está lá ainda essa informação, dizendo que ela também se refere a dois mil e vinte e um e estão em dois mil e vinte e dois na questão de reuniões, mas, naturalmente, e estão em fase de pandemia, em que a preocupação principal tem sido a análise da situação epidemiológica e também a questão do confinamento e desconfinamento.-----

----- Lançou a pergunta ao Senhor Vice-Presidente se num ano não se devem fazer simulacros, se a proteção civil não deveria ter feito ou não deverá fazer também simulacros para que, em casos de emergência, possam também estar apetrechados, quer de situações de evidência no terreno. Sabe que têm operacionais com muita capacidade, mas nunca é demais experimentarem essa capacidade numa situação de simulacro, agradecendo desde já a resposta.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira e,



concluída a primeira ronda de intervenções, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu relativamente às questões da Membro da Assembleia Annelise que o relatório de dois mil e vinte e um fala na questão das bocas de incêndio, e considerou que é uma questão que é sempre alvo de preocupação, porque o concelho há uns anos conheceu uma realidade que não quer que volte a acontecer. Acrescentou que tem sido acompanhada pelos bombeiros, pela ADRA e tem havido contacto permanente, e inclusivamente também pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta que também têm intervenção neste assunto e que tem sido pedida informação relativamente à manutenção das bocas de incêndio, e portanto há uma preocupação constante das várias entidades nesta matéria e, considerou que quando, e infelizmente, acontecer alguma tragédia vão ter as bocas de incêndio funcionais, com água suficiente e com a pressão necessária. -----

----- Relativamente às questões do Membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que é verdade que os olhos também comem e que a imagem é importante, mas querem essencialmente falar e preocupar-se com conteúdos e a imagem deixa de ser secundária. Os componentes da Comissão efetivamente não estão mencionados nesta, tem quase todas, mas nesta não, decorre da lei, a lei tipifica exatamente quais são as entidades que estão presentes e os seus representantes e, portanto, assumiu que não será difícil chegar lá, mas também não teria qualquer problema em disponibilizar uma ata para perceber quem são as entidades presentes.

----- Como disse estão a falar do relatório de dois mil e vinte e um, e, portanto, já passou e a questão dos simulacros, o Município contratou o ano passado uma responsável técnica de proteção civil, algo que nunca tinha tido e, portanto, ficaram melhor apetrechados nesta matéria. Terminou salientando que a articulação e o diálogo com os bombeiros são permanentes e diria que farão, com certeza, o melhor possível nesta matéria e, estão garantidamente melhor do que no passado, porque têm mais meios humanos e meios humanos especializados nesta matéria.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, e concluída esta primeira ronda de intervenções, questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra, passando-a de imediato ao Senhor Acácio. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – questionou em que situação estava a revisão, não sabendo se o Senhor Vice-Presidente lhe podia responder. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira e deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que de facto tinha o apontamento e não leu. Acrescentou que a revisão ainda não está concluída, mas está a ser processada, e por coincidência há dias, falou com a responsável da Proteção Civil e estão com documento em mãos, está a ser trabalhado, pensando que na próxima reunião já será analisado. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente. Concluída a apreciação do relatório da Comissão Municipal de Proteção Civil, de imediato procederam à apreciação do relatório do Conselho Municipal de Educação, questionando os membros da Assembleia quem pretendia usar da palavra. -----

----- Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou que tinham dois inscritos, Carolina Ribeiro e Ricardo Regalado. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Primeiro Secretário e, de imediato, deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Carolina Ribeiro. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – disse que ao verificar o relatório do Conselho



Municipal de Educação, o registo para a última vez que este Conselho reuniu no passado ano de dois mil e vinte e um data de julho, pelo que a bancada questionou ao Senhor Vice-Presidente, ou a quem o mesmo designar para que se esclareça esta situação, se desde o início do presente ano letivo dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, não existiu necessidade de reunir o Conselho, que se encarrega de uma área de tamanha importância, questionando também se não houve ou não se pensou haver necessidade de reunir para discutir a educação a poente até ao momento, uma vez que este é um assunto que não surgiu apenas agora, mas que já tem vindo a ser relatado desde o ano passado e é mais uma vez determinante nesta área. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Carolina Ribeiro e, para finalizar esta primeira ronda de intervenções, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado.-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – começou por cumprimentar todos os presentes e mencionou que têm efetivamente o relatório do Conselho Municipal de Educação muito particular no tempo e muito difícil de gerir. Deu nota que foram dois anos que colocaram, em termos de circunstâncias, contra os princípios mais fundamentais da educação e que estão espelhados de alguma maneira neste relatório, não deixando de ser evidente, e como já tinha sido falado, a ausência de dois assuntos, em particular, um deles aqui relatado, mas não é relatado no próprio Conselho Municipal de Educação, deixando a pergunta de qual foi o contributo do Conselho Municipal da Educação para a construção da carta Educativa. Questionou se é efetivamente um órgão consultivo, onde é que estava o seu papel de consulta na construção desta carta, que lhe parece ser fundamental para a educação, cujo papel do Conselho Municipal de Educação deveria ser muitíssimo mais relevante. Do mesmo modo, e agora de uma forma muito mais particular porque estão em cima do acontecimento, a questão do ensino a poente, há novo desfecho e há novas perspetivas. Deu ênfase que, efetivamente, o Conselho Municipal de Educação já não se reúne há meio ano e parece-lhe premente e urgente que isso se faça daqui



em diante com uma regularidade completamente diferente, porque este assunto o exige. -----

----- Disse que espera que este tempo que se avizinha de retoma de uma vida pós pandémica ajude a restabelecer alguns princípios fundamentais na educação que foram perdidos com a desculpa, que às vezes entende, outras vezes não, desta pandemia, tais como a reaproximação da escola à comunidade, que é uma luta e sempre o foi enquanto o PSD foi executivo e que teve um lapso nestes dois anos porque não era possível, a reintegração do património cultural identitário no conteúdo programático, pós letivo ou extra curricular naquilo que compete à Câmara Municipal, a valorização do património cultural dentro da escola e a construção do património identitário cultural da própria escola. Referiu que os poetas, os escritores, os músicos estão ausentes das bibliotecas escolares, estão ausentes do ensino programático e, uma vez que o Município está a abraçar, e Oliveira do Bairro até é pioneiro nesse sentido, esta delegação de competências, pareceu-lhe premente repensar esta forma como olham para a escola, esquecer esta escola fechada sobre si mesma, cujos muros impedem os alunos de viver nas localidades e numa visão completamente contrária àquela que defendia o Armando Humberto, com todo o respeito, de uma escola central, achando que é precisamente o contrário. Afirmou que as escolas têm que viver a comunidade em que estão inseridas, se não perdem os alunos que lá estão, porque não têm identidade e perdem a identidade dos lugares. Completou dizendo que não há nenhum poeta do Troviscal, na escola do Troviscal, não há nenhum poeta da Mamarrosa na escola da Mamarrosa e alegou que esqueceram os escritores, esqueceram as pessoas que construíram a cultura e, portanto, estão a esquecer a cultura, e não há cultura sem educação e é grave se houver educação sem cultura. -----

----- Informou ainda que, é importante também mais educação para a cidadania e para a participação ativa dos estudantes, tendo falado sobre isso no Conselho Municipal da Juventude, no Conselho Municipal de Educação, mas houve este contexto pandémico que serviu sempre de, com a legitimidade que tem, desculpa para que não houvesse mais projetos, parecendo-lhe que agora essa justificação não colhe e espera que efetivamente o futuro traga muitos projetos,





porque o racismo, xenofobia, totalitarismo, violência, abusos, corrupção, crime, opressão só têm uma maneira de ser resolvidos que é partir e através da educação, assumindo que vai demorar muitas décadas, mas se querem um mundo sem os problemas a que hoje assistem, só há uma maneira de os resolver, educando, e para educar é preciso diálogo entre as instituições e a escola não pode estar fechada sobre si mesmo. -----

----- Salientou que o Conselho Municipal de Educação devia servir para se pensar a educação, não apenas como instituição, com o seu papel de jurídico, de consulta, para relatar processos administrativos competentes à Câmara Municipal, devia ser um lugar de pensamento, de pensarem a educação, e isso exige que as pessoas se esforcem e que haja conexão entre várias instituições, entre as associações, entre as várias instituições de ensino artístico, recreativo, cultural, e entre a escola e entre o Município, naturalmente, o que lhe parece não existir da forma saudável que devia. Terminou o seu discurso, dizendo que cada um pensa a educação à sua maneira, a escola com as suas prioridades que o Ministério lhe exige, o Município com as prioridades que lhe são exigidas e as instituições fora completamente daquilo que é educação no Município, parecendo-lhe premente que se repense o Conselho Municipal de Educação, e se ele não for efetivamente um tempo e um espaço de pensamento que se crie esse tempo e esse espaço de pensamento fora do Conselho Municipal de Educação, mas que se o faça, porque é preciso pensar a educação, é preciso pensar em futuros, senão os problemas regressam. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Ricardo Regalado e passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu o uso da palavra ao Senhor Presidente e disse que estava presente a Vereadora do pelouro, sua colega, e portanto, iria passar-lhe a resposta, porque teria mais informação para responder às questões colocadas. -----



----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – começou por cumprimentar todos os presentes e tentou esclarecer a Senhora Membro da Assembleia Carolina Ribeiro e o Senhor Membro da Assembleia Ricardo Regalado, dizendo o seguinte: o Conselho Municipal de Educação não reúne há meio ano, mas o Conselho Municipal deixou de existir em setembro e, portanto, o hiato temporal tem a ver com isso, tem a ver que, em setembro, e porque houve eleições e, decorre da lei e nessa medida, aquilo que fizeram foi iniciar um novo processo de constituição do novo Conselho Municipal pedindo ou solicitando às entidades o seu representante e, infelizmente, e começa a ser uma prática habitual, as instituições, as entidades demoram muito tempo a indicar o seu representante, há várias insistências da nossa parte, mas, de facto, é o que tem acontecido. Finalmente, já têm o novo Conselho Municipal de Educação, já levaram o mesmo a reunião de Câmara e virá à próxima Assembleia Municipal a nova constituição, nova composição do Conselho Municipal de Educação e assim, irá reunir de imediato, e a previsão que têm é que reúne ainda durante o mês de março, naturalmente, para debater também este assunto do ensino a ponte, que é um assunto que já foi debatido no Conselho Geral, em sede de agrupamento e de reuniões com a DGEstE e todas as entidades aqui envolvidas. -----

----- Esclareceu que o Conselho Municipal não reuniu especificamente sobre este assunto, mas a verdade é que também muitos membros do Conselho Municipal estavam no Conselho Geral e o próprio Conselho Geral pronunciou sobre este assunto com parecer favorável que está junto do processo na DGEstE. -----

----- Acrescentou que relativamente à questão do ensino a ponte, vão reunir e vão juntar ao próprio procedimento, embora a DGEstE tenha exigido o parecer do Conselho Geral e esse é que era urgente e não o do Conselho Municipal de Educação. Portanto, pese embora entenda que o órgão, como todos os outros, os Conselhos Municipais são relevantes, para a discussão em si, a verdade é que obrigatório, a exigência da DGEstE foi do Conselho Geral e conseguiram reunir porque também tiveram a questão da urgência, uma vez que a Presidente do Conselho Geral também cessou funções e tiveram que fazer um esforço, mas conseguiram fazê-lo. -----



----- Referiu que essa foi a exigência de imediato da DGEstE, não obstante ser do entendimento e, portanto, aquilo que era o entendimento, aquilo que era a necessidade era saber se havia ou não, ou se era entendimento de toda a gente e de toda a comunidade educativa, da necessidade da manutenção da continuidade do ensino a poente e confessou que, não obstante estas restrições e constrangimentos todos, achou que era uma decisão unânime do Conselho Municipal de Educação, assim porque o é, e fizeram-no através das bancadas e através de todas as outras entidades, para que, de facto, se pronunciassem sobre esta anuência da necessidade da continuidade do ensino a poente, não invalidando em nada aquilo que foi dito relativamente ao papel do Conselho Municipal de Educação e entendem que é um órgão essencial. -----

----- Continuou dizendo que a verdade é que estes dois anos de pandemia os limitaram em muito, o espelho que está no relatório, é aquilo que foram as reuniões do Conselho Municipal que se basearam essencialmente na gestão das escolas e dos alunos no seu dia a dia, numa fase pandémica, a maior preocupação quer de pais, educadores, auxiliares, quer dos representantes políticos, era, de facto, que as crianças tivessem o máximo de segurança possível e conseguissem estar na escola, que não houvesse as interrupções na sua aprendizagem, como infelizmente aconteceram e que isso traria, como trouxe e estão à vista, e estão a trabalhar para combater isso, o facto dos atrasos naquilo que foi a normalidade da aprendizagem que eles deveriam ter tido e não tiveram nestes dois anos. -----

----- Disse ainda que relativamente à carta educativa, o documento está em revisão, no dia anterior tinha falado sobre isso, já têm a proposta, foram auscultados, a própria Universidade do Porto que está a fazer, reuniu com todas as entidades que tem intervenção na área educativa no concelho, a proposta já veio, fizeram a revisão e agora esta proposta irá ao Concelho Municipal de Educação e o próprio Conselho Municipal de Educação irá pronunciar-se sobre a carta educativa, sendo esse o próximo passo, mas estão a aguardar, como disse no dia anterior do documento já revisto ou a segunda revisão da Universidade do Porto. -----

----- Terminou mostrando-se disponível para qualquer esclarecimento. -----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Vereadora Lília Ana Águas e questionou o Senhor Vice-Presidente se pretendia acrescentar mais alguma coisa à intervenção.-----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – respondeu que não tinha nada a acrescentar e agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou novamente os membros da Assembleia para a segunda intervenção e de imediato deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, José Cotrim. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – começou por cumprimentar todos os presentes e deixou o seu parecer sobre uma situação que considera pertinente. Ao ouvir o seu colega Ricardo Regalado disse que tinha de concordar com ele em alguns pontos, porque faz falta e, por isso, na sua intervenção na Assembleia que foi realizada no Quartel das Artes, onde estava mais empolgado, faz falta poetas, faz falta poesia no concelho, faz falta darem apoio aos músicos que existem no concelho e têm ali um excelente espaço para que eles possam divulgar e crescer e faz falta, concordando com o colega Ricardo Regalado sobre parte da sua intervenção. -----

----- Uma outra questão que o trouxe é esta questão que já foi extremamente debatida, que é o assunto IPSB. A sua visão desta situação é muito simples. Referiu que já foi discutida a questão da renda à diocese, quanto é que foi pago, como é que era pago, a questão do arrendamento, a questão se deveríamos mudar ou não o símbolo do IPSB, a questão da compra ou não do edifício, sendo a sua visão desta situação muito clara e é se todos não agirem e não estiverem de acordo em que exista realmente a vontade de fazer daquele edifício um edifício de referência do concelho onde possam surgir os novos poetas, onde possam surgir uma série de alunos com das mais altas notas do país, questionou se não estão a hipotecar a priori, já a educação. Afirmou que na sua visão, estão, porque se o edifício é importante, se ele faz falta, se



é muito importante que seja validado o ensino a poente, porque é que não agem, porque é que não correm todos no mesmo sentido, porque é que se discute uma coisa que, se estão a discutir o valor, se é compra ou não compra, mas depois requalificam o edifício, pois falta ali alguma coisa, têm de avançar. Acha que só nesse sentido é que podem crescer e fazer daquele edifício uma referência, assim como a escola Acácio Azevedo, e terem novamente o concelho de Oliveira do Bairro na liderança, no ritmo. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, José Cotrim e por este fazer anos naquele dia, permitiu-lhe que fizesse uma intervenção um bocadinho fora do enquadramento. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente, de coração pela lembrança. Agradeceu também a todos aqueles que o felicitaram, aos que não o felicitaram provavelmente não saberiam e também não ia exigir isso, mas deixou nota se o quisessem fazer no final, estaria ao dispor. Deixou uma última mensagem de agradecimento, em relação ao seu sentido e à sua postura um pouco mais exacerbada, nervosa e ansiosa, mas referenciou que, e não se querendo valorizar e sobrepor a qualquer um ali presente, naquele dia era o seu aniversário, mas a sua responsabilidade está primeiro, e por isso, assumiu o compromisso, como tinha dito na assembleia anterior, do amor que tem para Oliveira do Bairro.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, José Cotrim e disse que continuou com a sua tolerância pelo facto de fazer anos e felicitou-o, alertando-o para não se esquecer para no final não ir embora, porque teria contas a ajustar com a mesa. -----

----- De imediato, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – disse que teria três ou menos notas em relação aos esclarecimentos que lhes foram prestados pela Senhora Vereadora e também indo ao encontro



do que o Senhor Membro da Assembleia, José Cotrim disse. Reforçou que estão todos com a mesma vontade, que querem todos o mesmo, mas ao mesmo tempo também querem que as coisas sejam efetivamente claras e transparentes entre todos e, referiu que isto não estava fora do enquadramento, se Senhor Presidente da Assembleia Municipal o permite, está dentro do enquadramento, porque durante o ano anterior, do qual também foram lembrados, os relatórios fazem menção. Tinha sido no ano anterior que se deu a denúncia do contrato de arrendamento e é natural que, a partir daquele momento, e em função de duas competências que são do Conselho Municipal da Educação, nomeadamente daquilo que é a sua alínea d) e alínea e), que referem que na primeira alínea que referiu participação na negociação, execução dos contratos de autonomia e na alínea e) apreciação dos projetos educativos a desenvolver no Município. São duas alíneas que entroncam nas intervenções que foram feitas tanto pelo Partido Socialista como pelo Partido Social Democrata e vai ao encontro da importância, derivado aos momentos que se vivem, pese embora as pessoas se possam duplicar nas funções, os órgãos existem e havendo apreciações dos próprios órgãos nos seus devidos momentos, logicamente que o impacto e amplitude é e será sempre outra e maior. Era esta a referência que queria dizer, pese embora, obviamente que aceita a explicação, mas acha estranho como é que Conselhos Municipais que não reuniram já tomaram posse no ano anterior e outros com esta amplitude ainda não tomaram posse este ano, a explicação foi dada e já terão um novo momento a partir do próximo mês, sendo estas as notas que queria deixar em função daquilo que são as competências do Conselho Municipal da Educação. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e concluído este segundo período intervenções, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. ---

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu o uso da palavra ao Senhor Presidente, mas devolveu-a à Senhora Vereadora que tem o pelouro. ----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – passou então a palavra à Senhora Vereadora, Lília Ana Águas.-----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – agradeceu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Vice-Presidente e referiu que queria dar um esclarecimento ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e que concorda em tudo aquilo que foi dito, no entanto, se reparasse a última reunião foi em julho e, não podia precisar o dia, a denúncia veio após a reunião ter sido realizada.-----

----- De qualquer forma, independentemente disso, disse que a participação nas negociações e execução dos contratos de autonomia não estava em causa e não sabe qual era o entendimento dele sobre o contrato de autonomia, mas não tem nada a ver com aquilo que é o contrato, nem com de arrendamento com a extensão Frei Gil, nem a autonomia, porque a autonomia é da Acácio Azevedo enquanto estabelecimento de ensino e, nunca esteve em causa e, portanto, não havia o assunto para se discutir.-----

----- Relativamente aos projetos educativos a desenvolver, o Município também não é nenhum projeto educativo, porque o projeto educativo, não se revê, não é o estabelecimento, não é o sítio, mas o projeto no seu todo do agrupamento de Escolas e, portanto, em momento nenhum estiveram em causa estas duas situações. No entanto, disse que se os assuntos foram discutidos também posteriormente, quer em sede, quer com a direção do agrupamento, quer com o Conselho Geral e que são as entidades que tutelam até a componente pedagógica e tudo o que diretamente se refere à educação no concelho e não houve em momento nenhum, mesmo até nas reuniões com a DGEstE, qualquer indício de que estivesse em causa a alteração aquilo que é o projeto educativo para o concelho, naturalmente o assunto não iria ao Conselho Municipal de Educação. Não obstante, de entender e confessou que gostaria que o concelho já tivesse reunido antes, já estivesse composto, mas, de facto, é sempre uma dificuldade para a indicação dos elementos, e acha que neste período pós pandémico o Conselho Municipal vai reunir de forma diferente, porque os assuntos também já poderão ser outros e, portanto, também haverá um espaço para a reflexão. -----



----- Têm também que entender que essa reflexão é trazida por todos os elementos que a compõem, mas também há uma parte que deve ser trabalhada nas próprias escolas, nomeadamente aquilo que o Senhor Membro da Assembleia Ricardo Regalado referiu, naquilo que são as opções de formação ou de conhecimento e até das próprias opções a nível cultural dentro das escolas, o Município está limitado, pode sugerir, mas é tudo decidido em Conselho Pedagógico. A intervenção aí seria através das AEC's e fazendo sugestões, mas nunca mais do que isso, no entanto, estão sempre disponíveis. -----

----- Este trabalho tem sido feito este último ano ou meio ano e, também houve uma transição naquilo que foi a direção do próprio agrupamento de Escolas, tiveram que aguardar que a direção tomasse posse, e também foi nesta altura se recordarem e tudo isto levou a que tivessem que, não diz voltar ao início, mas foi quase que recomeçar, porque quem entrou, entrou de novo, entrou praticamente a zero e foi um trabalho que está a correr bem e é isso que tem a transmitir. De facto, as relações com o Agrupamento de Escolas são excelentes e há uma predisposição para resolver, para cumprir, para contribuir, para colmatar as necessidades em todas as vertentes, porque existem todos os dias quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista de equipamentos, dizendo que é o dia a dia, mas a verdade é que há uma comunicação diária entre as duas entidades e só pode congratular isso e acredita que o futuro na educação seja muito melhor para aqueles que compõem a comunidade educativa. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Vereadora Lília Ana Águas. -----

----- Concluída a apreciação do relatório do Conselho Municipal de Educação, procederam, de imediato, à apreciação do relatório do Conselho Municipal Segurança e questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra. -----

----- Verificada uma inscrição, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS**





**MANUEL FERREIRA FERREIRA**, chamou a Senhora Membro da Assembleia, Joana Mota. ---

----- **JOANA MIRANDA MOTA** – começou por cumprimentar todos os presentes e no que à temática da segurança rodoviária no concelho diz respeito, solicitou alguns esclarecimentos que considera essenciais, serem analisados de forma diligente, a fim de encontrar soluções imperiosas para todos os veículos e peões. -----

----- Primeiramente, questionou sobre qual o futuro da sinalização vertical que se encontra tapada, na estrada da Pastelaria Virgem Maria na Rua Engenheiro Agnelo Prazeres e/ou se se irá manter camuflada e por mais quanto tempo. Considerou que esta é uma situação algo incompreensível, quer pela demora na sua resolução, como também pela imagem negativa que deixa sobre quem decide sobre estas matérias.-----

----- Em segundo lugar, disse que era importante haver uma intervenção da Câmara Municipal em relação ao viaduto que liga a Silveira a Oiã, de forma a alertar os motoristas de pesados com uma altura superior a três metros, um reforço de sinalização vertical ou através de uma intervenção construtiva podem prevenir futuros acidentes que, aliás, já se tem vindo a registar ultimamente, à existência de sinalização vertical apenas no sentido Silveira-Oiã, mas o inverso não se verifica, potenciando sinistralidade rodoviária. -----

----- Por fim, realçou que também era importante haver um levantamento da sinalização já obsoleta e/ou danificada existente no concelho. Deu como exemplo disso o sinal da indicação do Parque da Seara, na estrada nacional 235, no cruzamento do Facho, que se encontra impercetível, assim como, a placa que indica o Kartódromo de Oiã, que está desativado.-----

Dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente e às Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, sabendo que talvez sejam apenas detalhes, mas considera serem detalhes que sendo resolvidos, terão um impacto relevante. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Joana Mota, e não



havendo mais intervenções, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para prestar os esclarecimentos que entender. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu as questões colocadas pela Membro da Assembleia Joana Mota, dizendo que não são só detalhes, todas as questões são importantes e tinha todo o gosto em esclarecer. -----

----- Esclareceu que relativamente à questão da sinalização junto da Pastelaria Virgem Maria já provaram em termos de Conselho Municipal de Segurança, reunião de Câmara e Assembleia, mas acontece que aquela alternativa e fundo o estado do pavimento não é satisfatório, afirmando que vai ser corrigido brevemente, e logo que seja mais fácil e não seja tão penoso passar na rua ao lado, depois retirarão a cobertura da sinalética. -----

----- Considerou a questão do viaduto e da sinalização pertinente, referindo que ainda há dias houve lá um acidente e está em processamento e, garantiu que dentro de pouco tempo estará sinalizado também. -----

----- Afirmou que quanto à questão do levantamento da sinalização, está a ser concluído um estudo de toda a sinalética do concelho e, pensa que, a curto prazo, terão um relatório e um inventário exaustivo de toda a sinalética do concelho, daquela que será necessário substituir, aquela que está incorreta, porque muita foi colocada pelas Juntas de Freguesia ao longo dos anos e há muita que não está validada em termos de Assembleia Municipal, sendo o objetivo de uma vez por todas, regularizar todas essas situações, assegurando que a empresa que fez o trabalho, já o concluiu. Neste momento, estavam a verificar se estava tudo bem, se não há falhas e, portanto, depois desse trabalho exaustivo de verificação de que não há erros, vão trazer para aprovação para regularizar de vez este assunto. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e questionou novamente os Senhores Membros da Assembleia se pretendiam intervir. -----



----- Verificada que foi uma inscrição, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu de imediato a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que queria referir que os índices de sinistralidade no concelho subiram em relação a dois mil e vinte e, considerou isso preocupante, tanto para o executivo como para nós, para todos os presentes tanto para os que os acompanhavam em casa.-----

----- Referiu que isso só tinha uma leitura e que devia ser feita de uma forma objetiva e como objetiva que tem que ser, ela tem que ser analisada pelo executivo nas questões aonde, como, e por quem, com as autoridades, que têm relatórios e podem dar uma ajuda preciosa para que sejam corrigidas no concelho onde há sinistralidade, a sinalética e também os limites de velocidade. -----

----- Considerou que o grande problema de qualquer sinistro, tem a ver, normalmente, com o excesso de velocidade e o não cumprimento das regras de sinalética, afirmando que todos carregam às vezes um bocadinho no acelerador e verificam que não estamos a ser bons cidadãos no sentido de cumprimento das regras de trânsito, mas há alternativas que passam pela sinalização dos semáforos de excesso de velocidade, os limitadores de velocidade, realçando que a Câmara e o executivo devem pensar bem nisso. Deu o exemplo de que quem vem de Aveiro para Oliveira do Bairro, na estrada 235 apanha muitos sinais que obrigam a ir a quarenta ou a parar, assumindo que deve ser um exemplo a seguir, quer nesta continuação da 235, quer noutros locais onde os moradores se queixam do excesso de velocidade, do perigo que atravessam, nas Agradas e outros lados que efetivamente não são cumpridos. Assumi que todos têm responsabilidades e passam essa responsabilidade para o executivo, que tem que fazer baixar estes níveis de sinistralidade que subiram de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um.

----- Dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente, dizendo que devem passar uma atitude de levar



e sensibilizar todos aqueles que andam na estrada, todos os familiares e todos os jovens no sentido de serem cívicos dentro do concelho, devendo respeitar a sinalética, mas afirmou que deve ser mais rigorosa, mais apelativa e mais proibitiva no sentido dos abusos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira, e de seguida deu palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu as sugestões, compreende e não pode deixar de, parcialmente estar de acordo, mas quis lembrar que a questão do cumprimento da sinalética e dos limites de velocidade é uma responsabilidade das autoridades policiais e não da Câmara Municipal, já chegando ter a fama de ficarem com o dinheiro das multas e por isso, o que é necessário é as pessoas terem o civismo necessário e as autoridades fazerem cumprir as regras. -----

----- Relembrou, a propósito dos semáforos e, deu como exemplo, o cruzamento Porto Clérigo, de que nos últimos meses, houve uma série de acidentes e estão lá semáforos e na Rua do Paraíso, onde as pessoas se queixam, que os veículos circulam em alta velocidade, há lá um semáforo e, não podem pôr um semáforo de cem em cem metros, sendo que as pessoas passam os semáforos, passam as lombas e entram em aceleração outra vez. Referiu que mora a trezentos metros de uma lomba, os carros passam lá e depois de passarem na lomba já estão em plena aceleração, portanto ou as autoridades exercem o seu papel de fiscalização ativo e a única forma, e diz isto há muitos anos, é uma opinião pessoal, de que as pessoas só cumprem quando lhe doer na carteira, enquanto não doer, a falta de civismo é permanente e o exemplo que deu do Porto Clérigo, onde estão semáforos é absolutamente paradigmático. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, e concluída a apreciação do relatório do Conselho Municipal de Segurança, de imediato procederam à apreciação do relatório



da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

----- Questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra, e verificada uma inscrição, deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Almerinda Belchior. -----

----- **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** - começou por cumprimentar todos os presentes e mencionou que se vivem tempos atípicos e também é atípico o ano que há pouco se iniciou. As alterações climáticas, são um facto e talvez para alertar ou convencer os mais céticos, estão perante um ano que se perspectiva muito seco, alertando-os para a obrigação de tomarem, o quanto antes, medidas preventivas de proteção de populações e bens. A possibilidade da existência de fogos florestais é grande, aliás, já se verificaram alguns, felizmente, poucos e de pouca relevância e gostaria de ver esclarecidas algumas questões. -----

----- Questionou se tem sido feita a monitorização ou está prevista a fiscalização das faixas de gestão de combustível, garantindo a segurança das populações, bens e zonas industriais, se está previsto no concelho, a florestação de compensação das zonas florestais, cuja massa florestal desapareceu devido à obrigatoriedade de existência das faixas de gestão de combustível e respetivas medidas de proteção de edifícios e bens. Perguntou ainda se há indicações específicas para a realização dessas novas manchas florestais, como, por exemplo, as espécies a utilizar e, se têm alguma indicação da estratégia de vigilância da manta florestal durante a época crítica de incêndios, por parte das entidades competentes e que diligências está a desenvolver o Município junto dessas entidades. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Almerinda Belchior e de imediato passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu as questões colocadas pela Membro da Assembleia Almerinda Belchior, e antes de responder, destacou que estão a analisar o relatório do ano passado e as perguntas foram viradas para o



futuro. De qualquer maneira, considerou importante refletir e lembrar o trabalho feito pelas técnicas do gabinete florestal e também com a ajuda do sistema de informação geográfica, e na questão do PDM esqueceu-se do papel importante do SIG do Engenheiro João Pinto e do Engenheiro Simão Santos, que de uma forma transversal em todas as áreas do Município, prestam um trabalho muito relevante na qualidade da informação e têm sido inexcedíveis no interesse e são referências sempre que há reuniões entre autarcas, e de comparação em temos técnicos, que fazem um trabalho brilhante e que nos orgulham muito. -----

----- Relativamente às questões levantadas, respondeu que sim, as faixas de gestão de combustível, obviamente que estão a ser implementadas e estão a preparar um procedimento de substituição para mal termine o prazo de gestão das faixas de florestas e substituir quem não cumpri, acrescentando que é um procedimento ambicioso, de reduzir drasticamente o número de situações com maior perigo de ocorrência. Salientou que a questão da compensação das faixas é uma questão já antiga, que já tem sido colocada, encontra-se em estudo, não é fácil, porque têm de pensar e verificar que estão a falar essencialmente de propriedade privada, e isso mexe com a vontade das pessoas, sendo esse trabalho e esse estudo que está a ser feito, e espera dentro de pouco tempo, terem uma proposta para apresentar. -----

----- A questão da vigilância garantiu que também tem sido feita em todos os anos, também têm recorrido aos jovens estudantes que no verão fazem umas semanas de voluntariado na Câmara Municipal e que percorrem de bicicleta as nossas florestas, os bombeiros e a GNR também têm o serviço permanente e todos interligados, em trabalho de equipa, coordenados pelo gabinete técnico florestal e pela Proteção Civil, quer acreditar que vão ter um ano de incêndios sem grandes casos no concelho, referindo que aqueles dois ou três que tiveram foram situações muito pontuais, de pilhas de sobrantes, que alguém depois tem a preocupação de ir lá atear o fogo, com a noção do problema que obviamente, são fogos postos, mas as autoridades estão atentas e quer crer que vão resolver.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente. Antes de concluir, questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para a segunda intervenção e não havendo inscrições, deu como concluída a apreciação do relatório do Conselho Municipal de Defesa da Floresta. -----

----- De imediato procederam à apreciação do relatório do Conselho Cinegético Municipal e questionou os Membros da Assembleia de quem pretendia usar da palavra. Não havendo inscrições, questionou o Senhor Vice-Presidente se queria dar uma achega sobre esta temática, este relatório. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que o tema não suscitou comentários entre os Membros da Assembleia e ele também não tinha muito a acrescentar, pensando que o relatório é claro, e por isso não suscita grandes reparos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e verificadas que foram duas inscrições dos Senhores Membros da Assembleia Álvaro Ferreira e Acácio Oliveira para a segunda ronda de intervenções, deu a palavra primeiro ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – contestou que efetivamente o relatório era claro porque não houve nenhuma reunião do Conselho Municipal, e isso era verdade que não houve intervenções, porque não podem quantificar o trabalho que não foi feito. Acrescentou que efetivamente têm-se pronunciado, enquanto bancada em todos os relatórios, sabendo que os relatórios são do ano passado, porque leram os relatórios, têm preocupações sobre o futuro e, por isso, agradecem as intervenções e explicações do Senhor Vice-Presidente de Câmara, em função das dúvidas, de esclarecimentos e sugestões que foram alvo de intervenção. No entanto, referiu que não precisava de estar constantemente a repetir que são relatórios do ano anterior e que são perspetivas de futuro, porque se não, não valia a pena virem aqui os relatórios para



poderem dar contributos, já que tomaram posse recentemente de futuros compromissos para o concelho nesses domínios.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e dirigiu-se a este, sobre aquilo que tinha acabado de dizer, que a condução dos trabalhos era dirigida sempre pela mesa, e quando entender que a intervenção está fora do ponto seria o primeiro a chamar a atenção. Nesse sentido, percebe que estão perante o relatório de 2021 e assumiu que o Senhor Vice-Presidente também percebeu, e tem dado esses esclarecimentos relativamente às questões que são colocadas, que agradeceu e também permitiu a toda a gente fazer essas considerações, essas questões e esse debate relativamente aos relatórios. -----

----- De imediato, para terminar a segunda ronda de intervenções, passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – deixou nota que o período de pandemia levou a um benefício natural e normal do repovoamento da zona cinegética do concelho de Oliveira do Bairro, alegando que os caçadores colocaram coelhos e que tem visto alguns pequenitos e perdizes perto da sua casa e, portanto, fruto daquilo que está a acontecer, e também é uma questão que têm ouvido falar, que dentro do concelho há javalis e que têm provocados alguns estragos a agricultores. Pareceu-lhe que isto não foi dito só por dizer, era uma constatação, e questionou o que é que se pode ou não fazer em relação a este tipo de caça ou de animais para que possam minorar os estragos que têm provocado nas explorações agrícolas dentro do concelho ou nos limites do concelho. -----

----- Referiu que não sabe bem, que já foi caçador, mas nunca pegou numa arma, tem uso e porte de armas, mas também não quer andar atrás de um coelho ou de uma perdiz, não lhe apraz isso, mas do javali talvez já lhe desse algum interesse. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**





**FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira e deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que, de facto, não houve reunião nenhuma, sendo a pandemia uma boa razão para o que de diferente aconteceu no ano. Acredita também que tenha contribuído neste aspeto para provavelmente não ter havido motivo nenhum substancial de reunião, porque se não haveria, alegando que não sofrem de “reunite”, afirmando que reunirão brevemente. Acrescentou que o importante, mais do que tudo, é manter, de resto as coisas iriam funcionando normalmente. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, Jorge Pato. Concluída a apreciação do relatório do Conselho Cinegético Municipal, de imediato procederam à apreciação do relatório do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Questionou os Membros da Assembleia de quem pretendia usar da palavra e, verificada uma inscrição, chamou ao púlpito a Senhora Membro da Assembleia, Jéssica Dias Gaudêncio.-----

----- **JÉSSICA DIAS GAUDÊNCIO** – agradeceu o uso da palavra e começou por cumprimentar todos os presentes. De seguida, iniciou a sua intervenção sobre o relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, saudando todos os intervenientes que, no último ano, contribuíram em prol da juventude do concelho. Enquanto membro do CMJ, no último ano, participou ativamente nas reuniões em representação da JSD, e como constava no relatório, o CMJ reuniu várias vezes. No entanto, dois mil e vinte e um continuou a ser um ano atípico e a área da juventude sofreu com ausência das atividades direcionadas aos jovens e apesar da ausência da programação específica, após vários pedidos daquela estrutura foi aprovado em reunião de câmara, o procedimento de alteração do regulamento do Conselho Municipal da Juventude. -----



----- Esclareceu que o regulamento se encontra em fase de alteração, com o objetivo de poderem tornar o órgão mais apelativo aos jovens, devendo ser responsabilidade da CMJ incentivar os jovens a participar no associativismo e na política, e deveriam promover a realização de fóruns de discussão jovem, de forma a trazer os jovens a conhecerem o funcionamento do poder local. -----

----- Afirmou que a Juventude Social Democrata irá também propor a integração, com membros no Conselho Municipal da Juventude, de um representante do IPB que, enquanto elemento educativo do concelho, é essencial para o seu funcionamento e de outras instituições cuja atividade se centra de sobremaneira na juventude. Chamou também à atenção para o assunto que já foi falado diversas vezes no Conselho Municipal, o estudo sobre o estado real da juventude no concelho, declarando que este estudo é fundamental para poderem perceber de que forma é que Oliveira do Bairro é um concelho atrativo para as faixas etárias mais jovens a todos os níveis, seja académico, profissional e habitacional. Considerou importante terem números reais de quantos dos nossos jovens seguem percursos académicos superiores, quantos é que regressam ao território trazendo mais valias, quantos é que seguem outras vias e de que forma se conseguem fixar profissionalmente no concelho, quais as dificuldades ou facilidades que têm no acesso à habitação, entre outros temas que são essenciais. -----

----- Julgou ser importante neste ano, o estudo começar a ser uma realidade e sair do papel, sendo a sua missão procurar as melhores formas de promover a emancipação e incentivar os jovens a criar elos de ligação com o poder local para poderem conseguir transmitir as suas ideias e desejos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção da Senhora Membro da Assembleia, Jéssica Dias e de seguida, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que antes de



passar a palavra à Vereadora Susana que tem o pelouro, não quis deixar de referir, relativamente à intervenção anterior, que a questão do futuro da juventude e da atratividade do concelho já foi mencionada no dia anterior pelo Senhor Presidente, e o concelho ao contrário da maioria de todos os que o rodeiam tem crescimento demográfico e, portanto, essa é a melhor demonstração de que a atratividade do concelho é grande. -----

----- De seguida, passou a intervenção à Vereadora Susana. -----

----- **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – começou por cumprimentar todos os presentes e relativamente à exposição do membro Jéssica Dias, que não fez questões, mas fez uma exposição do que tem sido o Conselho Municipal da Juventude, e já referiu isso em reunião de Câmara e em reuniões do Conselho Municipal da Juventude que realmente o ano dois mil e vinte e um foi o término de um mandato e o início do outro. Deu ênfase que à semelhança dos outros concelhos, tiveram membros, e um número muito relevante de novos membros no Conselho Municipal da Juventude e membros jovens, não querendo deixar de agradecer aos membros que representaram o Conselho Municipal da Juventude durante o mandato de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, que teve grande relevância, que discutiram de forma saudável as linhas políticas da juventude, deixando ainda uma palavra de apreço a quem representou o anterior mandato no Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Dirigiu-se aos novos membros, e que o são, como já tinha dito mesmo novos de idade, que muito a satisfaz, após receber os representantes de cada membro, que vão ter um trabalho jovem que realmente os vai conduzir às verdadeiras linhas políticas e, assim espera que, durante estes quatro anos, a juventude em Oliveira do Bairro trace um caminho para ajudar a motivar estes jovens a ficarem e a evoluir o concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Sobre a atividade, disse que a pandemia era a desculpa para tudo, grande parte das atividades não se realizaram e era fácil justificar porquê, mas espera que em dois mil e vinte e dois, pelo menos já o estão a programar, e este executivo quer iniciar as atividades, porque a



pandemia deixa de ser desculpa e teve de passar-se à vida normal. -----

----- Quanto à alteração do regulamento, deu nota que realmente tem sido uma das medidas do Conselho Municipal da Juventude e têm alertado, pedido e ouvido bastante tudo o que são as opiniões do Conselho Municipal da Juventude e foram abraçadas e acolhidas e já foram implementadas. Salientou que já foi a reunião de Câmara para iniciar o processo, já foi pedido aos membros do Conselho Municipal da Juventude para se pronunciarem sobre as novas implementações para o regulamento. -----

----- Afirmou que o IPB não estava implementado e já foi demonstrado o interesse de implementar o IPB, entre muitas outras alterações que pensa que em conjunto, o Conselho Municipal da Juventude vai melhorar bastante este regulamento.-----

----- Terminou, dizendo que não tinha muito mais a acrescentar, depois da análise dos concelhos que já foram este foi o concelho que mais reuniu, não fosse esta a juventude de Oliveira do Bairro, e espera que o futuro caminhe para aí, que tudo corra da melhor forma para o concelho de Oliveira do Bairro e para a juventude de Oliveira do Bairro.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu à Senhora Vereadora Susana Martins.-----

----- **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – interrompeu dizendo que se tinha esquecido de dizer que relativamente ao estudo realizado, já pediram e estão numa fase de pedir orçamentos a várias empresas para implementar o plano estratégico para a juventude de Oliveira do Bairro, pedindo desculpa ao Senhor Presidente pois tinha falhado aquela abordagem. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu à Senhora Vereadora Susana Martins pelos seus esclarecimentos. Questionou novamente à Assembleia Municipal se alguém pretende usar da palavra para este segundo período intervenções e não havendo pedidos de intervenção, deu como concluída a apreciação do relatório do Conselho Municipal de Juventude. -----



----- De imediato, procederam à apreciação do relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Bairro e questionou os membros da Assembleia de quem pretendia usar da palavra. Verificada uma inscrição, passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que, e achava que todos concordariam, que esta Comissão era de grande importância para o concelho para promover e salvaguardar os direitos das crianças e dos jovens e estão a falar concretamente no concelho de Oliveira do Bairro. Referiu que cada concelho tem a sua Comissão de Proteção de crianças e jovens e, cada um trabalhava os seus casos mediante os recursos humanos e o empenho que cada um deles, tanto na Comissão restrita, como também na alargada, se dedicavam no interesse de salvaguardar realmente estes direitos. -----

----- Depois de ler este relatório, e tem sempre fatores comparativos, alegando que já esteve na Comissão de Proteção de Menores de Aveiro, sabe um bocadinho sobre isto e está interligado de uma forma direta no Tribunal de Família e Menores de Oliveira do Bairro como juiz social, pensando que estará ali mais alguém que esteja a dar esse contributo cívico para salvaguardar e acompanhar todos os casos que lá chegam. Constatou que das comissões de proteção de menores envolvidas, que estão dentro do círculo do Tribunal de Menores de Oliveira do Bairro, nem sempre viu, enquanto juiz social de serviço, muita atividade da Comissão de Proteção de Menores de Oliveira do bairro, assumindo que vê mais de outros lados, e as audiências e tudo aquilo que acontece à volta das crianças e dos jovens situam-se mais, não sabe se por acaso, se pela densidade populacional, se pelas características da sua população, do lado de Águeda e de outros concelhos. Em Oliveira do Bairro, referiu que não sabe se faltará pessoal, havendo uma justificação plausível e aceitável dos porquês, porque não houve possibilidade de haver audiências presenciais e isso dificultou um pouco o trabalho dos técnicos e de quem está na Comissão restrita e de quem está na Comissão alargada. -----

----- Alegou que tudo isso deixa um espaço de tempo em que as crianças ou jovens



ultrapassaram as idades, ficaram com maior idade, os processos foram arquivados e com isto por vezes, perdem-se oportunidades de correções, de manifesto interesse e acompanhamento desses jovens que se perdem no tempo e na sociedade, não tendo tido oportunidade de terem sido acompanhados psicologicamente ou de outra forma, realçando que há muitas, que os possam guiar para a sua vida futura. Admitiu que isso provocava desvios e tinham que estar todos atentos, porque isto não era só uma questão das comissões, era também uma questão cívica, cada um pode ver, pode verificar e pode fazer a sinalização de casos que entender por bem fazer, porque isso não custava a ninguém, nem em nada nem em prejuízo das suas vidas.

----- Reforçou a ideia de que têm de estar atentos, têm que ser pessoas com olhar sobre as crianças, sobre as famílias e sobre os jovens e se colaborarem, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens vai ter mais trabalho, mas também vão ter a consciência de que esse trabalho resulta num bem para quem está muitas vezes perdido na sociedade e na delinquência, ou até nas famílias que maltratam os seus filhos, ou os seus familiares, não falando na violência doméstica que ali não cabia. -----

----- Deu nota que tudo isso é muito importante e, não sendo da Comissão restrita nem alargada, são cidadãos com responsabilidades acrescidas na sinalização de todos aqueles que merecem a atenção, cuidado, respeito e o amor de quem tem a obrigação de o dar, ficando o alerta e não era uma crítica à Comissão de Proteção de Menores, porque se não pôde fazer mais, não fez, excedeu a sua capacidade física e psicológica, o que também compreendiam, se faltavam meios, não sabia, não podia afirmar isso nem o devia afirmar, mas no relatório notou-se, lendo atentamente, que houve exaustão, e havendo exaustão, o trabalho não fluiu não chegou a bom porto. -----

----- Deixou esta reflexão para que todos, não tendo problema de pensar que indo a tribunal ou colocando esses jovens num CAT, centro de acolhimento temporário, ou numa instituição de acolhimento, possa ser um prejuízo, afirmando que não o é de todo, e da experiência que lhe é dada e de alguns que ali podiam estar que pudessem saber também nesta matéria, sabiam que



muitas vezes salvam vidas e salvam uma sociedade ou jovens da delinquência, da droga e de tantas outras coisas que possam vir a acontecer e que vão perturbar as suas vidas e a dos seus familiares. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, e de seguida, deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia Rita de Jesus. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – disse que depois da intervenção do Senhor Acácio, aprez-lhe dizer só algumas considerações, de que realmente não terem casos tão preocupantes na CPCJ acabava por ser uma coisa negativa. Entendeu que, se calhar é porque há uma série de estruturas que estão criadas no Município e certas estruturas de apoio a famílias e a crianças que fazem a mediação familiar, que intervêm precocemente junto de certos casos, que não permitem que haja uma evolução para casos graves e sempre ouviu dizer, e foi fruto da sua educação, que o melhor sítio para educar uma criança era no seio familiar, agora percebia que, se calhar, indo para um CAT acabava por ser, e compreendia que havia casos que fosse a única solução ou a solução que era possível, mas tentam sempre salvaguardar o que é o seio familiar para uma educação e o facto de também, e para além das estruturas que dão apoio, quer nas escolas, quer nas instituições, haver todo um conjunto de apoios que a própria Câmara Municipal e até outros institutos estão a dar como a Santa Casa da Misericórdia e IPSS , o que seja, a nível de apoios sociais, económicos, financeiros, exatamente para manter as famílias unidas. -----

----- Deu ênfase de que não estava a ver que com um maior número de delinquência teriam uma CPCJ com mais trabalho e, se calhar, o relatório tinha mais páginas, se calhar já poderia vir com argolas, encadernado, uma coisa mais bonita, mas pediu que não se pusesse em causa tudo o que estava para trás a ser feito, para depois dizer que realmente a CPCJ traz pouca coisa, e que se calhar não fizeram mais, porque estão exaustos e são poucos técnicos, achando que também tem que se avaliar o conjunto e que a CPCJ será quase o fim do curso de quando há problemas deste foro. -----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Rita Jesus e para terminar a primeira ronda de intervenções, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – cumprimentou todos os presentes e deu nota que este, de todos os relatórios, era certamente o mais sensível e se calhar, foi precisamente por isso mesmo que não existiu nenhuma intervenção da bancada do Partido Social Democrata. Entendem que a existência do relatório era importante, deste e dos outros todos, entendem certamente também que quem entender devia por ele ou sobre ele fazer a sua análise, a sua interpretação e eventualmente, as suas sugestões, e pensa que foi e não precisa de advogado de defesa, até porque também não era advogado, e também não gostava muito de caçadores, mesmo que sejam de caça grossa, mas respeitava. -----

----- Para terminar e dirigindo-se ao Senhor Acácio, e o Partido Socialista não precisava de defesa, mas o que lhe parecia é que não era suposto ter-se feito combate político sobre esta matéria e a intervenção que o antecedeu foi uma intervenção de combate político e não havia necessidade de o terem feito. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata e de seguida deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – afirmou que era verdade e concordava que, de facto, aquele era de todos os relatórios que se analisaram, o mais sensível. -----

----- Relativamente à questão levantada e a forma como foi colocada pelo Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira, esclareceu que, e porque o Senhor Membro da Assembleia disse que via poucos casos em comparação com outros concelhos, jamais saberiam onde é que





começa a falta de trabalho ou a falta de capacidade da Comissão e termina na estabilidade económico-social do concelho ou, como disse a Membro da Assembleia Rita de Jesus, na existência, e pediu permissão ao Membro da Assembleia Nuno Barata para discordar absolutamente daquilo que tinha dito, de um conjunto de estruturas, nomeadamente IPSS, e estruturas sociais que permitiam ajudar a resolver muitos destes casos.

----- Reiterou que aquilo que podia dizer, e pensava que todos percebiam isso, era que a generalidade dos casos que são analisados resultavam de sinalizações de família, vizinhos e escola e, portanto o trabalho dos elementos da Comissão resultava essencialmente do conjunto de sinalizações que eram efetuadas e podia garantir, porque conhecia muito bem e compreenderiam porquê, que a Comissão tem meios suficientes e estava escrito no relatório que a Comissão não estava exausta, tinha os elementos suficientes, até decorria da lei, que as pessoas que a integravam, quer por inerência de funções, quer por convite, eram pessoas de capacidade reconhecida e o que lhe parecia era que tem sido feito um trabalho integrado entre a Comissão, a realidade social, as estruturas sociais do concelho e também a justiça, obviamente quando fosse necessária. -----

----- Em resumo, o que lhe pareceu era que o trabalho desta Comissão era exemplar, era de louvar e, felizmente, a realidade social do concelho, tendo sempre, obviamente, casos preocupantes, não era provavelmente tão preocupante quanto outros, mas, infelizmente, também todos deveriam saber que às vezes não conhecem a realidade e que existem sempre casos que se lamentam existir e que não conhecem, cabendo quer a Comissão quer às autoridades tentar resolver da melhor maneira.-----

----- Voltou a alertar à sensibilidade do caso, e como disse o Membro da Assembleia Nuno Barata, concordando com ele nessa parte, que de todos os temas aquele era o que menos se justificava e onde até não deveria acontecer combate político. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



**FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e questionou os Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para o segundo período de intervenções. Verificada uma inscrição, deu o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – deu a primeira nota para ativamente corroborar tudo aquilo que o colega, membro da Assembleia Municipal e da sua bancada, Nuno Barata tinha dito, de que não era matéria de se fazer combate político, mas era matéria de se aprofundarem do trabalho que era feito de forma específica, e ao mesmo tempo, também de dar conta que, enquanto agentes autárquicos, neste caso, podem usar para minimizar situações e, por outro lado, aumentar a capacidade de resposta para estas faixas etárias, naquilo que diretamente diz respeito ao Município ou à Câmara Municipal enquanto entidade local. -----

----- Disse isto de forma concreta, dando como exemplo, e como tinha sido referido, várias instituições e entidades que trabalhavam entre si, que ajudavam a resolver um conjunto de situações, mas ao mesmo tempo, era preciso ter atenção que era na faixa etária associada à adolescência que não têm capacidade de resposta social direta na rede social. Saliu que era importante perceber que os casos que chegam à CPCJ, ou a nível de outras entidades na área social, são casos para resolver ou para dar a volta, mas existia toda uma área preventiva, e dentro desse modelo tinham as associações desportivas, culturais e recreativas que conseguem colmatar essa ação. Por isso, era importante, naquilo que é o raio de ação da Câmara Municipal, de reforçar, de apoiar, de abrir horizontes juntamente com estas associações, de forma a que os jovens se sintam mais atizados para participarem na vida de formação, quer seja desportiva, quer seja musical, que podia ajudar e muito a resolver ou a dar espaço para que os jovens crescessem de forma social e saudável. -----

----- Não esquecendo, no entanto, também que a nível de respostas sociais de forma direta, não tinham a capacidade de resposta ou era muito redutora, assumindo que não era culpa das IPSS, não era culpa também da Câmara Municipal, mas era uma realidade que, e obviamente a seu tempo poderiam agilizar para ajudar a resolver, se assim fosse.-----



----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira e deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – disse que para concluir, e na sequência da intervenção do Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, efetivamente o Município não tinha responsabilidade, nem podia ter na criação de estruturas para aquelas idades, mas que apoiava as IPSS, e tem apoiado cada vez mais no sentido de permitir fazer o trabalho de excelência que têm feito no concelho. -----

----- Em resumo, e voltou a realçar que a Comissão não deixa processos por tratar, trata dos processos da forma mais adequada possível, sendo integrada por um conjunto de voluntários, de pessoas com reconhecimento social no concelho, alguns dos quais indicados pela Assembleia Municipal, e não tem qualquer dúvida, sentindo-se absolutamente tranquilo, que nesta área é feito um trabalho de acompanhamento das situações que aparecem e que é feito o melhor possível. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e concluída a apreciação do relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Bairro e antes de encerrar os trabalhos da sessão, quis agradecer à Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, na pessoa do Senhor Carlos Ferreira, quis agradecer também aos técnicos de som, na pessoa do Senhor Viriato, agradecer aos colaboradores da Câmara que foram muitos, aos membros da Comissão Permanente, ao Senhor Presidente da Câmara, Duarte Novo, por terem todos contribuído para que aquela sessão ordinária da Assembleia Municipal se realizasse na vila da Mamarrosa. -----

----- Para finalizar, questionou os Senhores Membros da Assembleia se tinham alguma oposição a que se aprovasse em minuta todas as deliberações tidas naquela reunião para dar



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

seguimento aos assuntos das mesmas. Não havendo nenhum membro que se opusesse, consideraram-se aprovadas em minuta as deliberações tomadas na reunião. -----

----- Nesse sentido, deu como encerrada a segunda reunião da sessão ordinária, desejando a todos, continuação de uma boa noite e um bom regresso a casa.-----